CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XVI



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

16ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2024 por Editora Conhecimento Livre

16ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2024

145 f.: il
DOI: 10.37423/2024.edcl1023
ISBN: 978-65-5367-574-2
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2024.edcl1023

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2024

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 5
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM TRÊS LAGOAS/MS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
VICTOR GABRIEL DOMINGUES BEZERRA
MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO
DOI 10.37423/241009376

CAPÍTULO 2 22
A GLOBALIZAÇÃO E A PANDEMIA DE COVID-19: A QUESTÃO HABITACIONAL A PARTIR DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VERTICAIS EM TRÊS LAGOAS – MS
VICTOR GABRIEL DOMINGUES BEZERRA
DOI 10.37423/241009377

CAPÍTULO 3 30
O PAPEL DO SISTEMA PJE-CALC NA EFICIÊNCIA E PRECISÃO DOS CÁLCULOS EM RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS POR PERITOS CONTADORES ATUANTES NO CENTRO DO RS
Simone Rodrigues Resch
Viviane de Senna
DOI 10.37423/241009389

CAPÍTULO 4 54
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO: BENEFÍCIOS PARA UMA EMPRESA DO LUCRO REAL
Evelyn Gomes Ferrão
Viviane de Senna
Fabio Peripolli Rossato
DOI 10.37423/241009390

CAPÍTULO 5 77
ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DOS SINTOMAS ADVINDOS DO JET LAG PARA COMPANHIAS AÉREAS
EDNA GHIORZI VARELA PARENTE
ELISETE DAHMER PFITSCHER
JADNA NARA HERBST VIEIRA PARENTE
FABRICIA SILVA DA ROSA
VITOR ANTUNES DE SOUZA
DOI 10.37423/241009413

CAPÍTULO 6 105
PRINCIPAIS TEMAS DE ESTUDOS SOBRE AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA LIMITADA A 2020
Marcos Cieslak
Alfredo Cesar Antunes
Gelson Menon
Carlos Alberto Marçal Gonzaga
DOI 10.37423/241009417

CAPÍTULO 7 125
LULUZINHA E O CASO DA CASA
ADRIELY CAMPAROTO BRITO
EDENISE APARECIDA DOS ANJOS
GABRIELA DE ABREU PASSOS
IVANILDO VIANA MOURA
LAURO BRITO DE ALMEIDA
DOI 10.37423/241009418

Capítulo 1

10.37423/241009376

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM TRÊS LAGOAS/MS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

VICTOR GABRIEL DOMINGUES BEZERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS



Resumo: Este estudo visa analisar a produção do espaço urbano em Três Lagoas/MS após a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica sobre a produção do espaço urbano, aliada à aplicação de entrevistas com moradores de Conjuntos Habitacionais vinculados ao PMCMV, utilizando roteiros semiestruturados. Paralelamente, foram empregados instrumentos de análise quantitativa, como dados do IBGE e da Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Os resultados indicam que a produção do espaço urbano na cidade, após a implementação do PMCMV, ultrapassa questões de localização periférica desses empreendimentos em relação à malha urbana consolidada, incluindo também os impactos gerados pela verticalização das unidades habitacionais. Este aspecto revelou-se central para compreender o processo, já que muitos moradores, previamente habituados a residências térreas, passaram a experimentar mudanças significativas nas relações sociais e na percepção de sua vida urbana.

Palavras-Chave: Produção do espaço urbano; Três Lagoas, Programa Minha Casa Minha Vida.

INTRODUÇÃO

Este texto foi desenvolvido com base nas discussões realizadas na disciplina de Urbanização e Produção do Espaço Urbano, ministrada pela Professora Doutora Maria José Martinelli Silva Calixto, e vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD).

O objetivo central é analisar a produção do espaço urbano em Três Lagoas/MS a partir da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e seus desdobramentos desde então.

Inicialmente, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo. Em seguida, discute-se o processo de urbanização em Três Lagoas/MS, seguido de uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

As alterações no espaço urbano decorrentes do PMCMV foram investigadas com base em entrevistas realizadas com moradores dos conjuntos habitacionais associados ao programa em Três Lagoas/MS.

Nas considerações finais, são apresentadas reflexões sobre as transformações no espaço urbano de Três Lagoas após a consolidação dos Conjuntos Habitacionais do PMCMV e suas implicações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste estudo, adotamos procedimentos metodológicos que, inicialmente, se fundamentaram em uma ampla revisão bibliográfica sobre a produção do espaço urbano em suas diferentes dimensões.

Para tal, destacamos como referenciais os estudos de Amore (2015), Carlos (2018), Corrêa (1989; 2018), Melazzo (2018), Milani (2016; 2019), Pequeno (2015), Rodrigues (1990) e Sposito (2018). Ainda que alguns desses autores não sejam citados diretamente ao longo deste trabalho, suas contribuições foram fundamentais para aprofundar a compreensão das transformações ocorridas no espaço urbano das cidades brasileiras.

Complementando a revisão bibliográfica, realizamos duas entrevistas com roteiros semiestruturados, conforme proposto por Colognese e Meló (1998), proporcionando ao pesquisador a flexibilidade necessária para explorar as informações.

Esse modelo de entrevista, conforme discutido por Bourdieu (2008), possibilita a apreensão dos *habitus* dos sujeitos sociais pesquisados, captando as práticas e percepções dos moradores sobre as transformações no espaço urbano.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM TRÊS LAGOAS – MS

O município de Três Lagoas (Figura 1) está situado na Região Leste de Mato Grosso do Sul e, conforme dados do IBGE, é o terceiro mais populoso do estado.

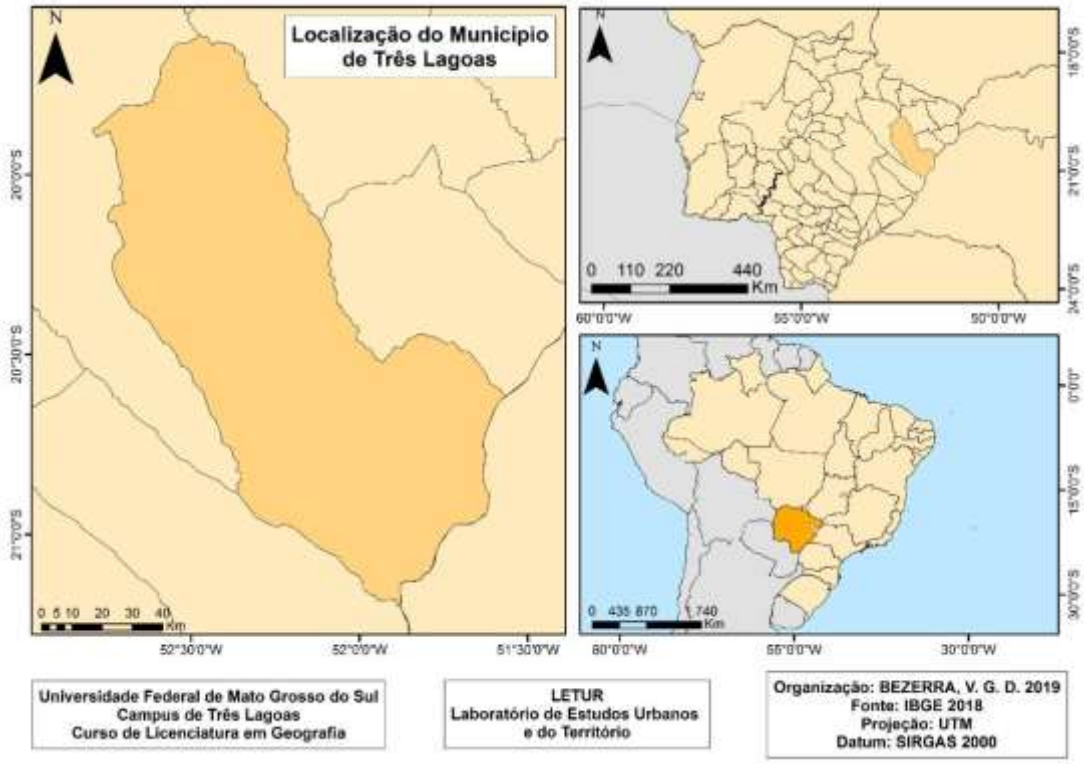
Quadro 1: Ranking dos municípios mais populosos de Mato Grosso do Sul

Posição	Município	Habitantes
1º	Campo Grande	897.938
2º	Dourados	243.368
3º	Três Lagoas	132.152
4º	Corumbá	92.268
5º	Ponta Porã	92.017

Fonte: IBGE (2022), Org: Bezerra (2023)

O quadro acima apresenta o contingente populacional de Três Lagoas em comparação com a capital e outros municípios de Mato Grosso do Sul, destacando o papel relevante do município na escala regional em que está inserido.

Figura 1: Localização do município de Três Lagoas – MS



Fonte: IBGE (2018); Org: BEZERRA (2019)

O desenvolvimento do município de Três Lagoas/MS consolidou-se por meio de diversas fases econômicas (Quadro 2).

Observa-se que a industrialização desempenhou um papel crucial ao alterar e acelerar a expansão urbana. Em consequência dessa expansão, novos espaços foram criados para atender ao setor industrial e ao aumento populacional resultante, com a implementação de serviços como alimentação, bares, restaurantes e supermercados, suprindo assim a demanda crescente.

Quadro 2: Etapas do setor econômico de Três Lagoas – MS

Acontecimentos	Período
Pecuária	Final do século XIX
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Década de 1910
Hidrelétrica de Jupiá	Década de 1960
Olarias	Década de 1970
Industrialização	A partir da década de 1990

Fonte: BEZERRA (2021)

No quadro acima, é possível observar que as atividades econômicas de Três Lagoas foram inicialmente dominadas pela pecuária, passando pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)[1] e da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (UHE Jupiá)[2], até alcançar a atual fase de industrialização.

Segundo Delcol e Milani (2022), em 2006, dois grandes players da indústria de papel e celulose, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a International Paper (IP), estabeleceram o primeiro complexo VCP-IP, um marco fundamental para a expansão da monocultura de eucalipto na região de Três Lagoas.

Esse desenvolvimento conferiu ao município o título de "Capital Nacional da Celulose", reconhecido pela Lei nº 14.142 de 19 de abril de 2021 (BRASIL, 2021), sublinhando a relevância do processo de industrialização como fator consolidador na região.

A formação do município de Três Lagoas, conforme mencionado, foi influenciada por diversas fases econômicas, desde a pecuária até o avanço da industrialização. Portanto, consideramos que o legado do passado se reflete na produção do espaço urbano de Três Lagoas (LEFEBVRE, 2004).

Com o acelerado processo de industrialização, a cidade consolidou seu papel na rede regional, atraindo não apenas novos habitantes, mas também financiamentos e investimentos públicos e privados, o que contribuiu para a redefinição da configuração espacial da área urbana.

Ao pensarmos em como o espaço urbano é produzido concordamos com Corrêa (1989, p. 11) quando ele nos diz:

> O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

Segundo o autor, existem cinco agentes que são responsáveis por produzir e modificar todo o espaço urbano, que são: a) os proprietários dos meios de produção; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado e; e) os grupos sociais excluídos.

Nesse sentido, pautado pelos interesses desses agentes, Corrêa (1989) caracteriza o espaço urbano da cidade capitalista como fragmentado e articulado, isto é, produto e produtor (LEFEBVRE, 2004). Isso se manifesta pelo modo de vida das sociedades desiguais e pelas intensas mudanças no cotidiano.

Cada um desses agentes tem um papel importante para a produção do espaço urbano, são eles que se articulam para tomar medidas e iniciativas que podem, ou não, beneficiar um grupo específico, levando em consideração que cada lugar é único, sendo assim, o processo de produção do espaço urbano de cada cidade assume particularidades.

Concordamos com Corrêa (2000) em relação à escala intraurbana, ao afirmar que as cidades são constituídas por uma diversidade de usos do solo que se justapõem, definindo áreas específicas, como o centro urbano e os condomínios residenciais fechados, entre outros (DELCOL; MILANI, 2022).

O capital condiciona e diferencia a apropriação e o uso do solo urbano, gerando uma produção e reprodução em espaços hierarquizados, segmentados

e fragmentados. Essa dinâmica resulta em uma cidade marcada pela desigualdade, fundamentada nas contradições que emergem dos interesses dos diversos agentes sociais.

> A cidade, e por extensão a rede urbana, por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma relativamente grande capacidade de refuncionalização. Por meio desta e da continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas, a cidade e a rede reatualizam-se, possibilitando a coexistência de formas e funções novas e velhas (CORRÊA, 2000, p. 125).

A cidade é um território construído e reproduzido por meio das práticas sociais e das relações de poder que permeiam nosso cotidiano. Essas dinâmicas são moldadas pelos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, que em muitas cidades controlam a expansão e atribuem novos usos às terras em locais distintos, conforme seus interesses.

Segundo Almeida (2021), a produção do espaço urbano em Três Lagoas resultou na formação de áreas de segregação socioespacial[3] e autossegregação[4] em diferentes pontos da cidade. Essas divisões podem ser observadas em articulações entre o poder público e proprietários de terras, tanto no interior quanto nas periferias (CORRÊA, 1995).

Assim, o processo de industrialização, que ocorreu simultaneamente à chegada de novos moradores ao município, levou os agentes produtores do espaço urbano a desenvolverem uma nova lógica para a configuração urbana da cidade.

Essas articulações foram estabelecidas de diversas maneiras, como o aumento dos preços de aluguel, que resultou em um custo de vida elevado na cidade. Antes conhecida apenas pela pecuária, Três Lagoas agora ostenta o título de Capital Nacional da Celulose, o que fez com que muitas pessoas buscassem alternativas para habitar a cidade, como a ocupação irregular, gerando pressão sobre o poder público para a construção de moradias populares.

Como observado por Bezerra (2021), ao mesmo tempo em que ocorreram mudanças na cidade, como a abertura de novos loteamentos para atender a essa nova parcela da população, também se registrou a expansão de grandes superfícies comerciais. No entanto, persistem problemas como ruas sem pavimentação, transporte coletivo ineficiente e a ausência de rede de esgoto em alguns bairros.

Embora a consolidação do espaço urbano de Três Lagoas tenha gerado áreas segregadas, este texto não se propõe a analisar detalhadamente o papel da segregação socioespacial na produção do espaço urbano do município, embora o reconheçamos como um elemento central nesse processo.

Uma das mudanças mais significativas no contexto urbano de Três Lagoas, que ocorreu simultaneamente ao processo de industrialização, foi a transformação no setor de habitação popular, com a instalação de Conjuntos Habitacionais Verticais oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é uma iniciativa habitacional do Governo Federal do Brasil, criada em março de 2009[5] pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, o programa é gerenciado pelo Ministério das Cidades e visa proporcionar subsídios e taxas de juros reduzidas, tornando a aquisição de moradias populares mais acessível. Desde sua implementação, aproximadamente 6 milhões de unidades habitacionais foram entregues.

Ao longo dos governos que sucederam o de Lula, o programa passou por diversas reformulações, incluindo mudanças em sua nomenclatura. Contudo, com o início do novo governo do presidente Lula em janeiro de 2023, o programa está passando por uma reestruturação[6] com o objetivo de garantir moradia para aqueles que mais necessitam.

Essa reformulação trouxe uma série de melhorias, como o aprimoramento das especificações dos imóveis, o aumento do limite de renda para a Faixa 1, a redução das taxas de juros e um incremento no valor dos subsídios.

Só no primeiro semestre de 2023[7] foram entregues mais de 10 mil unidades habitacionais em 37 empreendimentos e foram retomadas obras de mais de 16 mil unidades em 48 empreendimentos. A previsão para o próximo semestre é a entrega de mais 9 mil unidades e retomar a construção de 21 mil unidades e, até 2026, a meta é contratar mais de 2 milhões de novas moradias pelo programa.

Atualmente, o Programa atende famílias com renda mensal bruta de até R$ 8 mil reais em áreas urbanas, e renda anual bruta de até R$ 96 mil reais em áreas rurais. Para poder se qualificar no PMCMV, as famílias devem atender aos requisitos de renda, e não devem possuir nenhum imóvel registrado em seu nome.

Quadro 3: Valores e Faixas de Renda para participar do PMCMV

Faixas	Áreas Urbanas (Renda Mensal)	Áreas Rurais (Renda Anual)
Faixa 1	Até R$ 2.640,00	Até R$ 31.680,00
Faixa 2	De R$ 2.640,01 a R$ 4.400,00	De R$ 31.680,01 a R$ 52.800,00
Faixa 3	De R$ 4.400,01 a R$ 8.000,00	De R$ 52.800,01 a R$ 96.000,00

Fonte: Ministério das Cidades (2023); **Org:** Bezerra (2023)

Para que o beneficiário seja incluído no quadro acima, o cálculo da renda bruta familiar não considera benefícios temporários de natureza indenizatória, assistenciais ou previdenciários, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família.

De acordo com o Ministério das Cidades (2023):

> O programa Minha Casa, Minha Vida integra o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 11 de agosto de 2023. O programa faz parte do eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes e será responsável por R$ 345,4 bilhões em investimentos, sendo R$ 316,7 bilhões até 2026 e R$ 28,7 bilhões após. Estão contempladas a retomada e conclusão de 182.960 moradias, a contratação de 1 milhão de unidades habitacionais na Faixa 1, 800 mil na Faixa 2 e 200 mil na Faixa 3.

Em Três Lagoas, a consolidação das políticas públicas habitacionais decorrentes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se manifesta por meio da entrega do Conjunto Habitacional Novo Oeste.

Este empreendimento está situado em uma área de aproximadamente 233 mil metros quadrados, com investimentos superiores a R$ 60 milhões, beneficiando cerca de 5 mil pessoas.

Segundo Delcol e Milani (2022), tais iniciativas são fundamentais para atender a demanda habitacional em regiões urbanas, contribuindo para a redução do déficit habitacional.

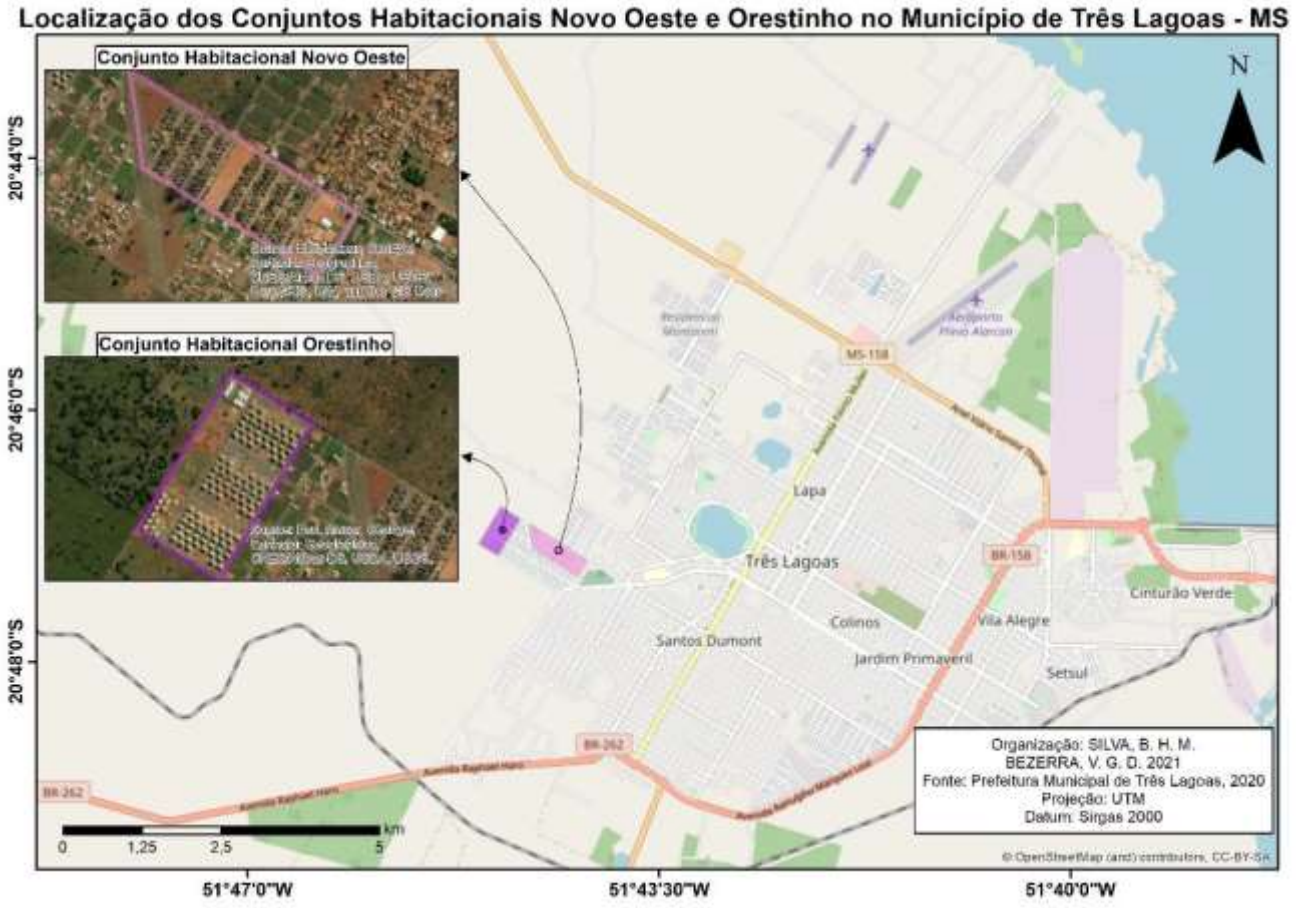
Além disso, Almeida (2021) ressalta que a implementação de projetos habitacionais como o Novo Oeste não apenas proporciona moradia, mas também promove a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

O Conjunto Habitacional Novo Oeste foi pioneiro no que tange as políticas do PMCMV em Três Lagoas, e o mesmo possui 1.224 apartamentos divididos em 8 condomínios.

Após a consolidação do Conjunto Habitacional Novo Oeste, nas imediações foi lançado um novo empreendimento também ligado ao PMCMV, o Conjunto Habitacional Orestinho, possuindo 1.432 unidades habitacionais.

A localização desses Conjuntos Habitacionais em pode ser observada no mapa abaixo (Figura 2).

Figura 2: Localização dos Conjuntos Habitacionais do PMCMV em Três Lagoas – MS



Fonte: SILVA, BEZERRA (2021).

Conforme Aranha-Silva (2010, p. 406), as políticas públicas de urbanização, planejadas e implementadas pelo Estado por meio de Programas Habitacionais, desempenham um papel importante na mitigação das distorções no processo de urbanização das cidades. As desigualdades sociais presentes têm suas raízes na formação social e são resultado das relações estabelecidas entre os moradores, considerando não apenas os espaços de moradia, mas também as dinâmicas de trabalho e as interações sociais.

TRANSFORMAÇÕES URBANAS DECORRENTES DO PMCMV

De acordo com Vieira (2020), mesmo que a política habitacional, via PMCMV, tenha representado um avanço na produção de moradias para os segmentos de menor poder aquisitivo, a produção em massa, em descontinuidade com o tecido urbano consolidado, tem gerado outros problemas[8] e ampliado o quadro de desigualdade no interior da cidade, o que também verificamos no caso da cidade de Três Lagoas (BEZERRA, 2021).

Assim, concordamos com Carlos (2011) ao afirmar que o espaço em questão não é estático nem homogêneo; é dinâmico, servindo como meio, condição e produto das relações sociais. Novas maneiras de "viver" ou "morar" (VIEIRA, 2020) emergem nos conjuntos habitacionais, transformando a percepção sobre a segregação socioespacial. Os moradores se reinventam e adaptam o espaço em que habitam de acordo com suas necessidades individuais e coletivas (BEZERRA, 2021).

Trazemos à discussão fragmentos das falas das nossas entrevistadas12, que residem nos Conjuntos Habitacionais oriundos do PMCMV, que são elementos centrais para entendermos essas transformações.

Questionamos acerca das dificuldades e facilidades em se morar no Conjunto Habitacional, temos:

> *[O que você acha que é difícil de se morar aí? Quais são as facilidades e dificuldades?]*
>
> Olha, falando assim, facilidade, como bairro ainda está em crescimento como eu já disse facilidade não tem tudo, por que ainda está crescendo né. **Então dificuldade é por que fica tudo longe né**, eu que acostumei morar mais centralizado então tipo eu quero ir a um restaurante, quero comer fora, **então onde eu morava tinha várias opções**, em casa esquina tinha um restaurante, aqui tipo não tem ainda entendeu? Pra você ir ainda em um self-service eu tenho que andar longe, aqui eu tenho a opção de 1 supermercado, onde eu morava eu tinha vários, então essa é a dificuldade (Aline, 39 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

A partir do depoimento de nossa entrevistada, evidenciamos que a localização do conjunto habitacional é um fator de grande importância, pois, em comparação ao seu antigo bairro, as distâncias são maiores e a oferta de serviços é limitada. Essa percepção é corroborada pela segunda entrevistada, que destaca a dificuldade de acesso a serviços essenciais.

Essa questão é também abordada por autores como Jirón (2010), que analisa as implicações da localização na acessibilidade urbana, e Marcuse (1997), que discute as desigualdades no acesso a serviços em contextos de segregação socioespacial:

> *[E você sente alguma dificuldade em morar lá no seu dia-a-dia?]*
>
> Pela distância, eu tenho moto, mas antes eu não tinha**, pra ir ao centro da cidade ficava mais difícil.**
>
> *[Quais as diferenças que você enxerga no bairro que você morava antes com o atual?]*
>
> Lá no meu bairro antigo eu acho bastante diferente do Novo Oeste... Eu vivi a minha vida toda lá, é um ambiente familiar (Sônia, 22 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

Com base nas declarações de nossas entrevistadas, observa-se que, ao mesmo tempo em que os moradores consideram a aquisição dos imóveis provenientes do PMCMV, o direito à cidade e os direitos garantidos pela Constituição Brasileira de 1988 e pelo Estatuto da Cidade [10]são negados.

Essa consideração também foi observada em pesquisas sobre o PMCMV em cidades distintas a Três Lagoas, como no caso de Presidente Prudente e Marília, nesse sentindo concordamos com Melazzo (2015, p. 394), se de um lado garantimos o acesso à propriedade, de outro lado, negamos o direito à cidade a essa parcela da população.

Compreendemos então, de acordo com Almeida, Milani (2020) que o direito à cidade não se restringe à obtenção da casa, mas ao acesso à cidade e aquilo que lhe é inerente; o direito à cidade abrange também, a mobilidade, o saneamento básico, acesso aos serviços de saúde e educação.

Essas alterações também são reforçadas no âmbito do espaço físico dessas novas modalidades de se habitar:

> *[Em relação ao tipo de moradia, antes era uma casa e agora um apartamento, quais as diferenças que você percebe?]*
>
> De espaço, o espaço é bem menor. A área pra fazer lazer não tem como, chamar os amigos por conta do espaço, é bem pequeno (Sônia, 22 anos, moradora do Novo Oeste).

A questão do estilo de moradia revela-se um fator significativo nas relações sociais dentro do conjunto habitacional. A maioria dos moradores que recebeu apartamentos anteriormente residia em casas térreas, o que indica uma mudança drástica nas condições de habitação.

Essa transformação impacta as interações com a vizinhança, consolidando novas dinâmicas sociais.

Autores como Lefebvre (2004) destacam a importância das configurações espaciais na formação das relações sociais, enquanto Sposito (2018) enfatiza como as mudanças nos estilos de moradia podem influenciar a convivência e a coesão comunitária.:

> *[Como são suas relações com os seus vizinhos?]*
>
> (...) Minha mãe sempre falava que vizinho é seu parente mais próximo então a gente tem que fazer de tudo pra não ter briga **por que aqui nós não temos muro, então é um grudado com o outro**, então eu não tenho amizade de um ir na casa do outro, se você me perguntar como é a casa deles eu não sei (Aline, 39 anos, moradora do Novo Oeste, grifo nosso).

Em relação a essas relações contraditórias, tanto no que diz respeito à localização quanto ao espaço físico em si, alinhamo-nos ao pensamento de Carlos (2004, p. 170), que afirma que o processo de produção do espaço envolve a articulação de diversos agentes.

> Parece-me fundamental o fato de que o processo de produção/reprodução do espaço se realiza de modo ininterrupto, apresentando, em cada momento da história, características específicas – um processo que envolve vários níveis: o político que produz o espaço de dominação (posto que o poder político se realiza no espaço); o econômico que produz o espaço como condição e meio da realização da acumulação e, finalmente, o social, isto é, a realização da vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial. Esses três planos articulados e justapostos revelam a dinâmica espacial iluminando os conflitos e contradições em torno desta produção.

Sendo assim, concordamos com Almeida (2021), pautada em Lefebvre (1999), em que nos afirma que a prática socioespacial cotidiana, geralmente relegada a segundo plano sendo vista como reflexo da lógica capitalista que valoriza as coisas em detrimento ao homem, apresenta no tecido urbano as tensões, conflitos, contradições e enfrentamentos, ainda que aparentemente silenciosos e individuais.

Nesse sentido, a resistência dos moradores dos conjuntos habitacionais verticais denota novas configurações espaciais, através do abandono e/ou modificação das moradias esses citadinos reproduzem o espaço e se contrapõem aos interesses capitalistas advindos de escalas mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas habitacionais implementadas no Brasil, especialmente aquelas relacionadas ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), desempenharam um papel fundamental na transformação do espaço urbano nas cidades.

No entanto, a questão da localização desses empreendimentos em relação à malha urbana consolidada ainda se apresenta como um ponto crítico, amplamente destacado pelos moradores dos conjuntos habitacionais, mas frequentemente desconsiderado pelo poder público ao tomar decisões sobre onde construir essas habitações.

Além disso, diversas questões emergem ao se analisar a lógica da transformação do espaço urbano, especialmente em cidades de porte médio, como Três Lagoas, que estão afastadas dos grandes centros metropolitanos.

A partir das narrativas das entrevistadas, fica evidente que o modelo de verticalização adotado gera uma série de queixas entre os moradores. Anteriormente, as políticas habitacionais na cidade priorizavam a construção de casas térreas, que ofereciam terrenos com espaço para expansão.

Contudo, com a nova abordagem do PMCMV, que promoveu a produção em massa de unidades habitacionais, o estilo de vida anterior dos moradores foi desconsiderado, uma vez que a verticalização se tornou a norma.

Essas transformações no espaço urbano de Três Lagoas, resultantes da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, permanecem evidentes e continuam a ser objeto de estudo em pesquisas subsequentes.

Há moradores que não se adaptaram ao novo modelo vertical e que expressam suas insatisfações, assim como aqueles que, mesmo permanecendo nos novos empreendimentos, sentem os impactos dessas mudanças em suas vidas cotidianas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rubenita Martins; MILANI, Patricia Helena. A resistência ao estilo de residências verticais nos conjuntos habitacionais em Três Lagoas-MS. Formação (Online), v. 27, n. 52, 2020.

ALMEIDA, Rubenita Martins de. A segregação socioespacial em Três Lagoas/MS: Uma análise a partir dos Conjuntos Habitacionais Verticais Novo Oeste e Orestinho. 2021. 117 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2021.

AMORE, Caio Santo. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Minha casa... e a cidade. Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-28.

ARANHA-SILVA, Edima. Produção de moradias e expansão da periferia: nova dinâmica territorial urbana em Três Lagoas/MS. X Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas: Ed. UFMS, p. 403-423, 2010.

BEZERRA, Victor Gabriel Domingues. Vozes da cidade: análises da vida cotidiana de moradoras dos conjuntos habitacionais verticais em Três Lagoas – MS. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Três Lagoas, p. 112. 2021.

BOURDIEU, Pierre. O *habitus* e o espaço de estilos de vida. In: BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

BRASIL. Lei Federal nº 14.142 de 19 de abril de 2021. Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF: Ano 159, n. 73, p. 1, 20 abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14142.htm. Acesso em: 27 mai. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p.41-51.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). A produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios. São Paulo: Contexto, 2011. 240 p.

CARLOS, Ana Fani. O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MELÓ, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, n.4, p.143-159, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo. Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e Formação Espacial: uma reflexão considerando o Brasil. Revista Território, Rio de Janeiro, ano. 5, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p.41-51.

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro; MILANI, Patrícia Helena. A produção do espaço urbano em Três Lagoas–MS com base na dinâmica demográfica. Geografia (Londrina), v. 31, n. 2, p. 87-106, 2022.

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Trad. Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MELAZZO, Everaldo S. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o programa minha casa minha vida em cidades médias brasileiras. In: BELLET, Carmen. MELAZZO, Everaldo S. SPOSITO, Maria E. B. LLOP, Josep M. (org.) Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias. Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente, Edicions de la Universitat de Lleida, Presidente Prudente y Lleida, 2015.

MELAZZO, Everaldo. S. O que as cidades podem nos contar sobre um país? Alguns elementos sobre o Brasil visto desde suas cidades. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; FERNANDES, José Alberto Rios (Org.). Brasil e Portugal vistos desde as cidades: as cidades vistas desde o seu centro. 1ed.São Paulo: Ed. Unesp, 2018, v. 1, p. 153-180.

MILANI, Patrícia Helena. A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto - SP: Uma análise a partir de cotidiano de moradores de espaços residenciais fechados. 2016. 252 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MILANI, Patrícia Helena. A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto por meio dos espaços residenciais fechados. IN: Revista Caminhos de Geografia. V. 20, n. 70, 2019. p. 418-432.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Minha casa... e a cidade. Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 131-164.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas Cidades Brasileiras. In: RODRIGUES, Arlete Moysés. A terra como mercadoria. São Paulo: Contexto, 1990.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p.123-145.

VIEIRA, Jeferson Cordeiro. As novas formas de produção habitacional em uma cidade média: uma análise dos residenciais verticais implantados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. 2020. 16f. Relatório (Iniciação Científica), FCH/UFGD, Dourados.

Capítulo 2

10.37423/241009377

A GLOBALIZAÇÃO E A PANDEMIA DE COVID-19: A QUESTÃO HABITACIONAL A PARTIR DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VERTICAIS EM TRÊS LAGOAS – MS

VICTOR GABRIEL DOMINGUES BEZERRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi proposto como requisito avaliativo final da disciplina de Tópicos Especiais III – Globalização e território: tempo, técnica e modernizações perversas, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, tendo como professor responsável o Prof. Dr. Luciano Duarte (UFGD), e professores convidados: Prof. Dr. Fábio Tozi (UFMG), Prof. Dr. Márcio Cataia (UNICAMP) e Profa. Dra. Silvana C. da Silva (UFF).

O objetivo central desse trabalho foi analisar os efeitos da globalização que se intensificaram com a pandemia de covid-19, analisando a partir da questão habitacional em conjuntos habitacionais verticais no município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

A construção desse texto partiu após as aulas expositivas das disciplinas que teve como principal objetivo interligar o que foi apreendido na disciplina com a nossa pesquisa em andamento, por isso, nesse caso recorremos a uma pesquisa anterior para dar continuidade no debate.

METODOLOGIA

Como citado anteriormente, esse texto faz parte do trabalho final de uma disciplina que trata sobre globalização e suas implicações na sociedade atual, sendo assim, a revisão bibliográfica foi feita a partir dos textos elencados na disciplina que tratam da mesma temática aqui abordada.

Utilizamos também, com a intenção de dar continuidade no debate anterior a pesquisa de monografia do próprio autor (Bezerra, 2021), que teve como resultados a apreensão das implicações da pandemia de covid-19 nos conjuntos habitacionais verticais de Três Lagoas – MS.

Recorremos a elementos da metodologia qualitativa, sobretudo realizando três entrevistas com roteiros semiestruturados, onde a maioria das perguntas é prevista em um roteiro mais ou menos preciso e ordenado como guia ao entrevistador, deixando uma abertura maior ao entrevistado, o que possibilita um processo de interação social para a obtenção de informações, e estas ajudam a elucidar questões (COLOGNESE E MELÓ, 1998).

Utilizaremos a entrevista pois, segundo Kapp (2020), as entrevistas são ferramentas que tornam possível ter contato com mundos e perspectivas diferentes, que só elas conseguem proporcionar.

A GLOBALIZAÇÃO A PARTIR DE MILTON SANTOS

Para o autor, a globalização é um fenômeno complexo que envolve a interconexão e interdependência dos diversos territórios e atores ao redor do mundo, e ainda, para ele a globalização é um processo que abrange aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, e que se desenvolveu e se desenvolve de maneiras desiguais.

Ainda para o autor, a globalização tem um impulsionamento pelos avanços tecnológicos e pelas transformações no sistema capitalista, enfatizando que a globalização não é um processo homogêneo, mas sim, uma complexidade de fluxos, relações e desigualdades que definem as lógicas espaciais.

Uma das principais características da Globalização é a intensificação dos fluxos de capital, mercadorias, informações e pessoas. As fronteiras tornam-se menos inviáveis do ponto de vista mercadológico, pois, à medida que o mercado financeiro e as transnacionais se expandem elas se articulam em uma escala global, que não precisa e em muitas vezes não leva em consideração a escala regional que era utilizada anteriormente.

Do ponto de vista prático, essa expansão de fronteiras tende a acentuar as desigualdades socioeconômicas que já preexistiam no mundo antes da globalização, onde se concentra poder e riqueza em determinadas regiões enquanto outras são negligenciadas e negadas os direitos básicos do bem viver.

O processo de globalização não se limita apenas ao âmbito econômico nas sociedades atuais, mas sim, podem ultrapassar mudanças significativas no âmbito da política e também na cultura, um grande exemplo disso, são as críticas sociais que estão presentes na música "*Another Brick In The Wall*", da banda *Pink Floyd*. Onde a sociedade é moldada para ser todos em mesmo padrão pré-definido, e o que foge disso seria considerado errado e descartado, podemos dizer que seria uma homogeneização, totalmente ligado a globalização.

Em outra canção intitulada "*Californication*", da banda *Red Hot Chili Peppers*, podemos observar claramente o poder da globalização acerca da homogeneização da cultura, formas de se vestir, de se produzir, e no caso especifico da música, o sonho da *Californização*.

No entanto, é importante destacar que Milton Santos faz críticas em relação a globalização e faz alertas sobre os efeitos negativos que esse processo pode ter sobre as sociedades e também para o meio ambiente.

A GLOBALIZAÇÃO E A PANDEMIA DE COVID-19

De modo mais atual, podemos observar que durante a pandemia de covid-19 a questão da globalização foi colocada em pauta como a globalização econômica pode afetar o mundo e também a globalização envolvendo a saúde mundial, haja visto que sofremos durante dois anos de uma terrível pandemia, que não seguiu nem estipulou os limites que estabelecemos no mundo atual, foi para nós, um dos maiores exemplos da globalização a nível mundial.

A disseminação do vírus pelo mundo foi facilitada pela intensa conectividade e mobilidade de pessoas no atual mundo globalizado, com uma velocidade jamais vista anteriormente, ultrapassando fronteiras nacionais em questão de dias, o que se tornou um reflexo da interconexão global.

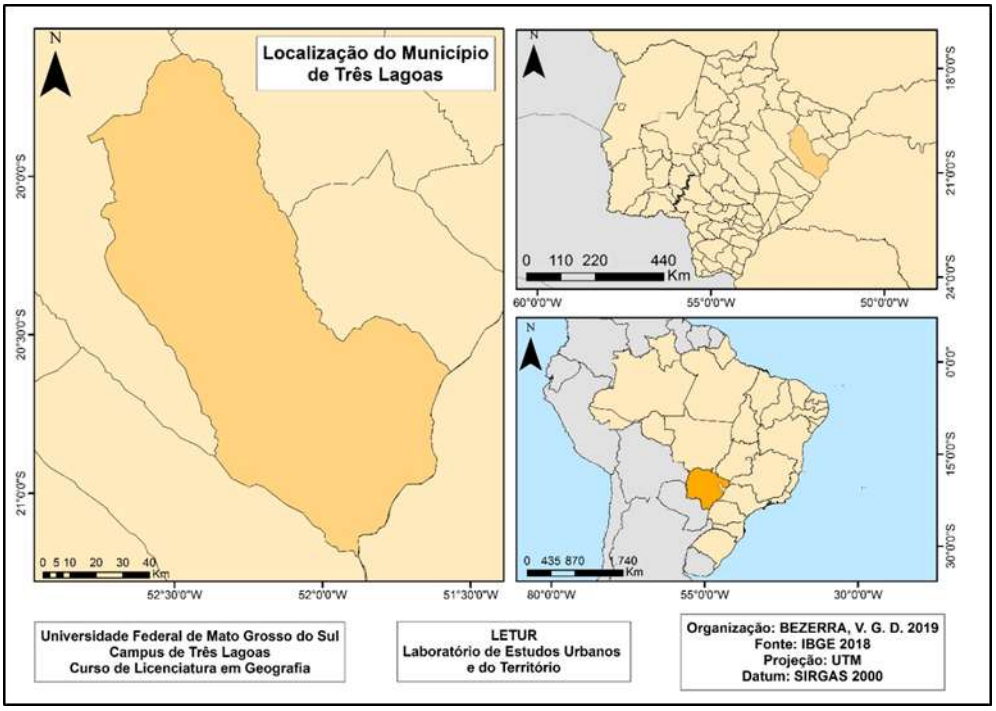
As desigualdades sociais foram extremamente aumentadas durante esse período, pois os países mais desenvolvidos tiveram um melhor tratamento e acesso mais rápido as vacinas do que os países em desenvolvimento, que sofreram com a perca de um contingente muito grande de sua população.

No entanto, a pandemia também mostrou que a globalização pode desempenhar um papel positivo na resposta às crises. A colaboração entre cientistas e pesquisadores de todo o mundo permitiu o rápido desenvolvimento de vacinas eficazes. A troca de informações e experiências entre os países contribuiu para o conhecimento científico sobre o vírus e as melhores práticas para enfrentar a pandemia.

A PANDEMIA NA QUESTÃO HABITACIONAL: UM OLHAR A PARTIR DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VERTICAIS DE TRÊS LAGOAS – MS

O município de Três Lagoas – (Figura 1) – está localizado na Mesorregião Leste Estado de Mato Grosso do Sul (Região Centro-Oeste do Brasil), e situa-se entre o limite político administrativo do Estado de São Paulo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Três Lagoas possui cerca de 125.137 habitantes (estimativa de 2021).

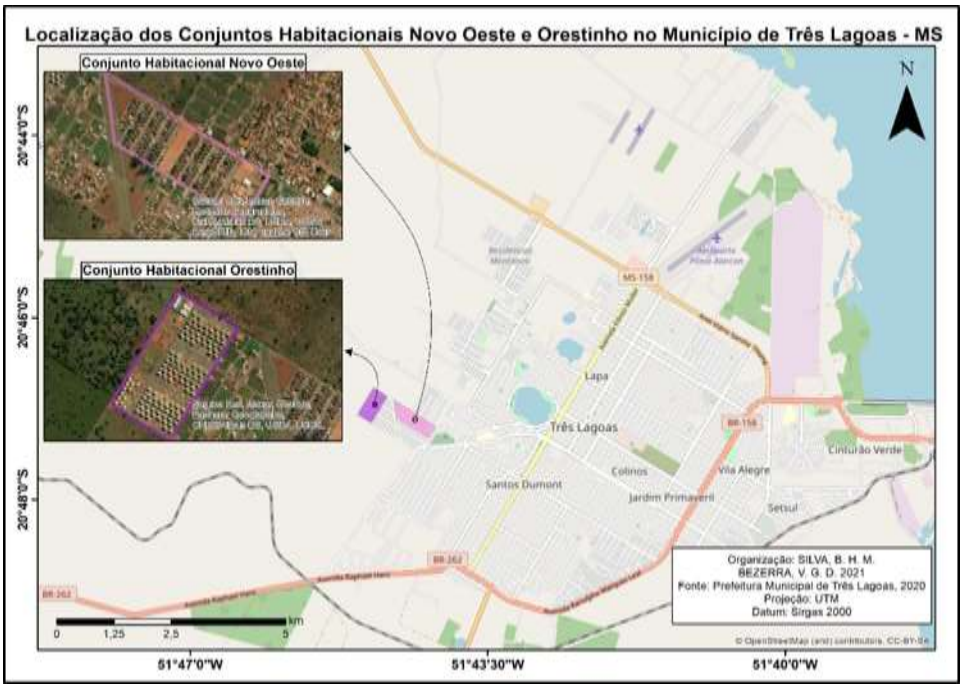
Figura 1: Localização do município de Três Lagoas – MS



Fonte: Bezerra, 2019

O município de Três Lagoas, possui dois Conjuntos Habitacionais Verticais oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida (Figura 2).

Figura 2: Localização dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas – MS



Fonte: Bezerra, 2021.

Conforme discutido anteriormente, a pandemia de covid-19 contribuiu para um aumento da taxa de desemprego no Brasil, elevando os índices de informalidade.

No caso específico dos conjuntos habitacionais verticais de Três Lagoas, pode-se observar através da realização de três entrevistas com moradoras desses conjuntos, que durante a pandemia elas desenvolviam trabalhos informais para aumentar ou até mesmo gerar a renda da família.

A primeira de nossas entrevistadas foi a mais prejudicada com a pandemia, pois antes ela tinha uma barraquinha de rua onde vendia espetinhos, em frente ao Conjunto Habitacional Novo Oeste, mas, com a necessidade de isolamento social, e no caso de Três Lagoas com a restrição de horários para funcionamento dos comércios durante a pandemia, ela teve grandes prejuízos e teve que fechar o seu comércio, em virtude dessas questões e começou a confeccionar máscaras de proteção individual para complementar a renda da família.

A nossa segunda entrevistada, possui emprego formal, é funcionária pública e em seus horários livres, é revendedora de empresas de cosméticos. A experiência durante a pandemia para essa nossa entrevistada foi diferente, pois enquanto a nossa primeira teve que parar as suas atividades em virtude do isolamento social, essa nossa segunda entrevistada ganhou muito, pois em alguns momentos durante a pandemia os comércios não-essenciais ficaram fechados, aumentando seus pedidos, e ela, que possui uma moto, entregava seus cosméticos diretamente nas casas dos clientes, fazendo além do comércio, um serviço de *delivery*.

A nossa terceira entrevistada era uma mãe de família e dona de casa e não trabalhava formalmente em outro tipo de atividade, ela fazia tapetes de crochê e oferecia nos grupos de *WhatsApp* e *Facebook*, e normalmente as pessoas iam até na sua casa buscar os produtos, ou ela também se organizava e realizava entregas.

Podemos entender, através dessas três entrevistas de como a pandemia de covid-19 foi vivida de forma diferente para um mesmo grupo de pessoas que residiam no mesmo local. Para uma, a questão financeira e os prejuízos a fizeram ter que mudar seu ramo de comércio e se reinventar. Para a segunda, a pandemia contribuiu para um aumento de suas vendas e consequentemente ela conseguiu ganhar mais dinheiro pois possuía condições favoráveis a isso. Para a nossa terceira, a pandemia não a afetou, e também continuou vivendo e realizando suas vendas normalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização dessa pesquisa, podemos compreender como a globalização vem se movimentando na atualidade, sobretudo na questão habitacional, que foi o nosso objeto de estudo.

Podemos entender, que apesar de um grupo de pessoas residirem no mesmo local, a questão da globalização intensificada pela pandemia de covid-19 foi diferente para cada uma dessas pessoas, em alguns casos contribuindo para obtenção de lucro, e em outros casos, causando prejuízo e necessidade de mudança de atividade econômica.

A discussão realizada aqui, a partir da monografia de graduação e das aulas assistidas no Programa de Pós-graduação não tem caráter de findar o assunto, mais sim contribuir e reafirmar a necessidade da continuidade do assunto, sobretudo quando analisado na cidade neoliberal, onde no caso abordado a ordenação da produção do espaço urbano e das relações sociais (aumentadas pela globalização e pela pandemia de covid-19) gera o que podemos chamar de “individualização dos riscos” (Bezerra, 2021), que faz com que as pessoas tenham que correr atrás para sobreviver e reproduzir a vida nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Victor Gabriel Domingues. Vozes da cidade: análises da vida cotidiana de moradoras dos conjuntos habitacionais verticais em Três Lagoas – MS. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Três Lagoas, p. 112. 2021.

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. Revista Tamoios, v. 16, n. 1, 2020.

CATAIA, Márcio. Território político: fundamento e fundação do Estado. Revista Sociedade & Natureza, v. 23, n. 1, 29 jun. 2011.

CHINAGLIA, Pedro Henrique. A vulnerabilidade da globalização financeira: reflexões sobre os impactos da pandemia coronavírus na economia global neoliberal em 2020. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 20, 2020.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MELÓ, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, n.4, p.143-159, 1998.

FONT, Joan Nogué; RUFI, Joan Vicente. Geopolítica, Identidade e Globalização. São Paulo: Annablume, 2006.

KAPP, Silke. Entrevista na pesquisa sócio-espacial. In. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 22, 2020.

KRÜGER, Nino Rafael Medeiros; KRÜGER, Caroline; FERREIRA, Gustavo Henrique Soares. Para ficar em casa é preciso ter casa: a covid-19 e o direito à moradia no Brasil. 2020.

PEREIRA, Jussara Placido Rangel et al. O impacto da pandemia do covid-19 para os microempreendedores individuais (mei). Revista Científica Rumos da inFormação, v. 3, n. 2, p. 104-117, 2022.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Capítulo 3

10.37423/241009389

O PAPEL DO SISTEMA PJE-CALC NA EFICIÊNCIA E PRECISÃO DOS CÁLCULOS EM RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS POR PERITOS CONTADORES ATUANTES NO CENTRO DO RS

Simone Rodrigues Resch — *Faculdade de Direito de Santa Maria*

Viviane de Senna — *Faculdade de Direito de Santa Maria*



Resumo: Com a existência de um constante crescimento de processos trabalhistas no Brasil e a modernização de sistemas do governo, a Justiça do Trabalho estabeleceu, em 2021, o uso do PJe-Calc para a padronização de cálculos de reclamatórias trabalhistas. Tendo o perito contador como profissional imprescindível na resolução de litígios na área trabalhista, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: Qual a percepção dos peritos sobre a implementação e uso do sistema PJe-Calc em processos trabalhistas? Este trabalho tem como objetivo geral investigar os possíveis benefícios e dificuldades enfrentados pelos peritos contadores da região Central do Rio Grande do Sul com o uso do PJe-Calc, a fim de fornecer *insights* para a comunidade jurídica e contribuir para a otimização do uso do sistema. A pesquisa se classifica como qualitativa, de levantamento, com uso de questionário eletrônico, encaminhado aos peritos contadores por e-mail e redes sociais, resultando em 27 respondentes. Como resultados têm-se uma percepção positiva dos profissionais peritos contadores sobre o programa em relação à padronização dos cálculos trabalhistas, sendo esta a principal vantagem citada. Como aspectos negativos têm-se a necessidade de se ter outros instrumentos além do programa para a realização do trabalho completo, pois este apresentou alguns erros de cálculos. O trabalho se inicia com as considerações iniciais, passando para a revisão bibliográfica que traz tópicos como a perícia contábil, a atuação do perito contador na Justiça do Trabalho e sobre o sistema PJe-Calc, continua com a metodologia utilizada e os resultados obtidos, concluindo com as considerações finais e as referências.

Palavras-chave: Perito Contador. PJe-Calc. Processo Trabalhista.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O número de processos trabalhistas abertos no Brasil vem em constante crescimento durante os anos. Em 2023, a Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul (RS) recebeu um aumento de 10%, em comparação ao ano anterior, em ações trabalhistas de primeira instância, resultando em 124.141 novos casos (TRT4, 2024).

Para que tais processos sejam solucionados, há uma necessidade de profissionais capacitados para guiarem os casos, e dentre estes tem-se o profissional perito contador. O profissional perito contador é aquele detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis (CNPC), que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico (NBC PP [1]01). Este profissional irá levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a solução do desacordo ou constatação de fato, mediante laudo e/ou parecer pericial contábil (NBC TP [5]01).

Existindo, então, um cenário em que os processos trabalhistas aumentam e verifica-se a figura do profissional perito contador, abre-se a mais uma variável: o avanço da tecnologia de forma desenfreada, que traz consigo a modernização de softwares, beneficiando a sociedade com melhorias consideráveis. Na Justiça trabalhista, existe o PJe-Calc que, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, representa um marco na justiça do trabalho, pois enuncia maior confiança e credibilidade na realização de cálculos trabalhistas (ARAÚJO, 2020), além de ser um sistema totalmente gratuito e que pode ser acessado sem conexão com a internet.

O sistema busca padronizar os cálculos apresentados, não deixando lacuna para o erro, impedindo, assim, danos financeiros que poderiam ser causados a uma das partes interessadas. Conforme ato do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT, 2020) os cálculos de liquidação de sentença iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, os quais sejam apresentados por usuários internos e peritos designados pelo juiz, deverão ser juntados obrigatoriamente em PDF e com o arquivo “pjc” exportado pelo PJe-Calc, já os cálculos realizados pelos usuários externos serão preferencialmente lançados no sistema, não sendo isso obrigatório.

Através desta resolução, observa-se que ainda há profissionais com dificuldades em se adaptar ao novo programa, compreensível por serem mudanças recentes, porém, que devem ser acatadas, para que se obtenha o cumprimento satisfatório do solicitado em processo. Costa (2023) conclui que existe

um gargalo substancial significativo de perda de tempo e ineficiência na automatização de uma rotina de trabalho dentro do sistema PJe.

Neste contexto, tem-se como finalidade responder à questão problema: Qual a percepção dos peritos sobre a implementação e uso do sistema PJe-Calc em processos trabalhistas?

O presente trabalho tem como objetivo geral o de investigar os possíveis benefícios e dificuldades enfrentados pelos peritos contadores da região Central do Rio Grande do Sul com o uso do PJe-Calc, a fim de fornecer *insights* para a comunidade jurídica e contribuir para a otimização do uso do sistema.

Sobre o objetivo geral relacionam-se os seguintes objetivos específicos: a) Avaliar os procedimentos e precauções essenciais para a utilização eficaz do PJe-Calc por parte de peritos, levando em consideração aspectos técnicos, legais e operacionais; b) Investigar os obstáculos e as dificuldades específicas enfrentadas pelos profissionais da área devido à padronização do programa PJe-Calc, destacando áreas problemáticas e propondo possíveis soluções para mitigar esses desafios; e c) Identificar e analisar as principais vantagens e desvantagens decorrentes da adoção do sistema PJe-Calc, considerando diferentes perspectivas, como eficiência operacional, qualidade das decisões judiciais, custos envolvidos, entre outros aspectos relevantes.

A pesquisa visa contribuir com a otimização dos processos judiciais que utilizam-se do sistema PJe-Calc, pelo foco da vivência do profissional perito contador sobre a ferramenta, mostrando atributos para possíveis melhorias. Além disso, busca intensificar o conhecimento da existência e da funcionalidade do sistema PJe-Calc sobre a agilidade e a liquidação nos processos judiciais a partir da elaboração dos cálculos trabalhistas aos profissionais contadores, oferecendo uma base para iniciar na área da perícia trabalhista no Brasil.

O trabalho seguirá após as considerações iniciais, com a revisão bibliográfica abrangendo informações sobre o trabalho da Perícia Contábil trabalhista, a Justiça do Trabalho e o sistema do PJe-Calc; continuará com a metodologia; resultados e discussões; considerações finais e, por fim, as referências.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica abordará o trabalho da perícia contábil e suas especificidades. Em continuidade, trará a atuação do profissional perito contador na Justiça do Trabalho e o que ela abrange, definindo o que são os processos trabalhistas. Por fim, ditará sobre o foco da pesquisa, o sistema do PJe-Calc.

2.1 PERÍCIA CONTÁBIL

A perícia contábil exerce o papel de aplicar a ciência contábil na resolução do conflito de interesses, através de técnicas e embasamentos eficazes. Para Crepaldi (2019, p. 47), a palavra "perícia" advém do latim *peritia* que, em seu sentido próprio, significa "conhecimento adquirido pela experiência, pela habilidade, pelo talento", conceito este que possibilita o entendimento da gama de assuntos que podem ser abrangidos. Moura (2020) destaca que a perícia, em sentido geral, é um meio de prova a partir do qual os fatos controversos, que são debatidos no âmbito judicial e extrajudicial, são verificados, examinados e esclarecidos, desta forma, Crepaldi (2019, p. 47) complementa "constitui-se em espécie de prova consistente no parecer técnico de pessoa habilitada a formulá-lo". Vê-se, então a perícia como a reunião da prova advinda de fatos por alguém com capacidade, que detém habilidades específicas sobre aquele caso.

Quanto ao viés principal, para Alves *et al.* (2017, p. 13), "a perícia contábil surgiu pela necessidade de se estabelecer as provas que subsidiam a solução de litígios ou constatação de um fato". O autor salienta ainda que, a mesma visa complementar a falta de conhecimento pelas partes interessadas com relação ao objeto da prova pericial, fato este que acalenta o cidadão que tem falta de insciência, assegurando a este a melhor solução. Para atingir a finalidade para a qual foi criada, Alberto (2002, p. 50) defende que o "objeto da perícia seria situações, coisas ou fatos oriundos das relações, efeitos e haveres que fluem do patrimônio de qualquer entidade".

"A tecnologia da perícia é a que enseja opinião sobre verificação feita, relativa ao patrimônio individualizado de empreendimentos ou de pessoas" (SÁ, 2019, p. 3).

Na visão de Sá (2019, p. 3), são razões para o raciocínio para a formação do conceito de perícia contábil:

> I - A necessidade de se conhecer uma opinião de especialista em Contabilidade sobre uma realidade patrimonial, em qualquer tempo, em qualquer espaço, qualitativa e quantitativamente, em causas e efeitos.
>
> II - O exame do especialista sobre o que se deseja conhecer como opinião.

Ainda nesta seara, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) salienta que a perícia é traduzida como vistoria ou exame de caráter técnico e especializado. Conforme a Norma Técnica de Perícia Contábil, a perícia é o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio. Por conseguinte, entende-se que a perícia é "o testemunho de uma ou mais pessoas técnicas, no sentido de fazer conhecer um fato cuja

existência não pode ser acertada ou juridicamente apreciada, senão apoiada em especiais conhecimentos científicos ou técnicos" (D'ÁUREA, 1962, p.134 apud ORNELAS, 2003, p. 34).

A perícia é definida por Hoog (2015, p. 83) como "um serviço especializado com bases científicas, contábeis, fiscais e societárias, à qual se exige formação de nível superior e, deslinda questões judiciais e extrajudiciais". Por fim, a perícia deve ser realizada com prudência e comprometimento, onde o profissional que realiza tenha ciência da importância do seu trabalho, cujo objetivo é o de produzir provas para contornar um litígio e relatar a autenticidade das informações apuradas.

2.1.1 PERITO CONTADOR

O profissional perito é aquele dotado de conhecimento e experiências que o possibilitam analisar e mostrar problemas com precisão, demonstrando sua perspectiva analítica de alcançar os resultados solicitados. O perito contábil é a pessoa que terá a capacidade intelectual da contabilidade para a resolução de litígios, ele que trabalha e faz a Perícia Contábil, que é uma das áreas de especialização da Contabilidade (OLIVEIRA, 2021). Conforme a NBC PP 01, o perito é o contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico.

A atuação do perito pode se dar de diversas formas, sendo que as principais, conforme a NBC TP 01, são a perícia judicial, na figura do perito do juiz, ou de assistente técnico das partes, mas podem ainda ocorrer cálculos que são efetuados principalmente para advogados, antes dos processos judiciais. Há também a perícia estatal, realizada no âmbito da administração pública, e a perícia administrativa, realizada no âmbito dos órgãos tributários, em defesas administrativas. Fora do âmbito judicial, ainda são observadas as perícias extrajudiciais, de maior complexidade, e a perícia arbitral.

Com o objetivo de realizar um trabalho de excelência, o perito deve conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais às quais está sujeito no momento em que aceita o encargo para a execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive a arbitral. Crepaldi (2019, p. 6) enfatiza que "para exercer a atividade de perito oficial é necessário o conhecimento prévio da atividade, da sua importância, de sua responsabilidade, além dos saberes práticos na condução dos seus trabalhos".

O CPC[3] , no art. 156, discorre sobre os auxiliares da justiça, entre os quais está relacionado o perito, que estabelece:

> O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.
>
> § 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.
>
> § 2º Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados (BRASIL, 2015).

Em conformidade com o citado, Moura (2022) destaca que a missão do perito pode consistir na apuração de suas causas ou consequências, ou ainda, sua função será a de, conhecidos os fatos, compreendê-los, distingui-los, caracterizá-los, fornecendo ao juiz máximas ou regras técnicas, científicas. “O perito tem a obrigação ética de ser imparcial, e por ética aqui se entende moralidade e dignidade humana” (MÜLLER, 2017, p. 84). Portanto, para a realização da perícia contábil, é irrefutável a participação do perito contador, que dará o aporte necessário e correto para a conclusão do caso em questão.

2.1.2 LAUDO PERICIAL

O laudo pericial contábil é o documento mais completo, pois representa a materialização do trabalho do perito, por este motivo, deve ser elaborado com precisão, para que sejam alcançados melhores resultados e, consequentemente, permitir o entendimento das partes interessadas. Pode-se definir laudo como a opinião do perito, isto é, o profissional produz seu ponto de vista e o justifica, oferecendo também as bases ou elementos de que se utilizou para poder chegar a opinar (SÁ, 2019). De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TP 01, o laudo contábil e o parecer técnico-contábil têm por limite o próprio objeto da perícia deferida ou contratada. Estes são documentos escritos nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia, bem como particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de provas necessários à conclusão do seu trabalho.

Conforme Sá (2019, p. 39), “não existe um padrão de laudo, na arbitragem ou em procedimentos extrajudiciais, mas existem formalidades que compõem a sua estrutura”. Dessa forma, o laudo deve embasar a documentação da perícia, na qual estão documentados os acontecimentos ocorridos, as operações efetuadas e as conclusões adequadas com a base que levou o perito a tais respostas (ALVES

et al. 2017). No entendimento de Müller (2017, p. 128), o laudo pericial deve conter o método adotado, o qual pode ser científico, que se refere:

> a um aglomerado de regras básicas de como deve ser o procedimento a fim de produzir conhecimento científico, quer um novo conhecimento, quer uma correção (evolução) ou um aumento na área de incidência de conhecimentos anteriormente existentes.

O laudo pericial, para Crepaldi (2019, p. 123), "é uma peça tecnológica que contém opiniões do perito do juízo, como pronunciamento sobre as questões que lhe são formuladas e que requerem seu parecer". O autor ainda destaca "que é a forma utilizada para apresentação do trabalho" (CREPALDI, 2019, p. 123). Por conseguinte, o laudo pericial é o instrumento que enuncia de modo técnico e objetivo a determinação do processo trabalhista, trazendo elemento de convicção aos juízes.

2.1.3 QUESITOS

Os quesitos são de suma importância, pois evidenciam as dúvidas existentes entre as partes, proporcionando a conclusão do laudo de modo satisfatório, alcançando o objetivo principal, que seria fazer o trabalho com clareza e exatidão para os envolvidos. Para ter o entendimento das partes, Crepaldi (2019) classifica quesitos como questionamentos a respeito do fato ou do objeto dúbio, sobre o qual versa a perícia contábil. Tais quesitos podem estar presentes no início da perícia, no seu desenvolvimento e após o término da perícia, quando estes se denominam quesitos de esclarecimentos.

Na perspectiva de Müller (2017, p. 122):

> o quesito é o foco principal do laudo, mas o trabalho do perito não se resume apenas a responder aos quesitos propostos, ao contrário, vai além, algumas vezes, dependendo do tema objeto da perícia, adentra pesquisas teóricas e cálculos, cuja metodologia deve ser exposta em laudo.

Conforme o CPC 15, Art. 469, as partes poderão apresentar quesitos suplementares durante a diligência, e esses poderão ser respondidos pelo perito previamente ou na audiência de instrução e julgamento, a NBC TP 01 define diligência como sendo o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico-contábil. Quanto as respostas para os quesitos, Magalhães (2017, p. 57) entende "que o perito deve reportar-se, primeiro, aos que são formulados pelo juiz, depois aos do autor e finalmente aos do réu".

Para tanto, “o perito terá de responder aos quesitos apresentados pelo magistrado, é seu dever oferecer respostas conclusivas a todos os quesitos apresentados pelo magistrado ou pelas partes” (ALVES et al. 2017, p. 237). Deve-se mencionar sobre os quesitos impertinentes, “que são aqueles apresentados com algum tipo de problema, de qualquer ordem ou natureza, que, quando identificados, o perito deve informar o fato por meio de petição, e requerer tal regularização com a apreciação dos juízes” (MÜLLER, 2017, p. 139). O autor ressalta que “deve-se evitar emissão de opinião ou julgamento” (MÜLLER, 2017, p. 139). Desta forma, o perito precisa ser equânime nas suas respostas, mantendo a ética, a fim de evitar controvérsias no processo em pauta.

2.1.4 TÉCNICAS NA PERÍCIA CONTÁBIL

Por ser uma área que demanda conhecimento preciso, é fundamental a utilização de técnicas para padronizar e facilitar a lide do profissional. A perícia contábil, como técnica especial, possui procedimentos técnico-científicos peculiares, dentre os quais temos: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação (CREPALDI, 2019). De acordo com a NBC TP 01:

> O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.
>
> A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
>
> A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.
>
> A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.
>
> O arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
>
> A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
>
> A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
>
> A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.

Conforme menciona Müller (2017, p. 53), “o juiz pode determinar que seja realizada uma vistoria ou exame, sobre fato ou coisa, e a referida inspeção poderá ser realizada por ele próprio, acompanhado de perito de sua confiança, se assim desejar”. Deste modo, as técnicas utilizadas na perícia contábil expressam os métodos que podem ser utilizados para ter-se o deslinde buscado.

2.2 ATUAÇÃO DO PERITO CONTÁBIL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Em meio a tanta demanda, no âmbito jurisdicional, as nomeações de profissionais habilitados para referidos processos têm se desenvolvido, alavancando áreas antes pouco procuradas, que é o caso do perito contador, fato este que pode ser explicado pelo avanço nos meios de acesso à informação, desta forma, o indivíduo, sentindo-se lesado no que se refere aos seus direitos, irá procurar a justiça. Uma das modalidades profissionais para o contador é o de perito contábil que, ao fazer Perícia Contábil, pode desempenhar esse papel como auxiliar da Justiça, assistente técnico das partes, perito em processos de Arbitragem e/ou perito em processos de Mediação (OLIVEIRA, 2021). Os peritos são também reconhecidos como assistentes da justiça, uma vez que o trabalho por ele desempenhado é de vital importância no processo, e o conhecimento técnico deste profissional pode contribuir para auxiliar o juiz no sentido de facilitar a decisão sobre a verdade dos fatos (FERREIRA, 2020).

Para demonstrar a relevância do perito, Oliveira (2021, p. 17) alude o seguinte:

> há uma legislação e uma regulação específicas para a atividade pericial, sendo importante lembrar aqui que a perícia tem força de prova em um processo judicial ou arbitral. Assim, há uma relevância para a sociedade no trabalho do Perito Contábil, uma vez que é um ator necessário para a gestão e a solução de conflitos.

O perito precisa obedecer e garantir o sigilo das informações a que tem acesso, ou seja, é desautorizada a sua divulgação, exceto quando ocorrer obrigação legal do ato, salienta Alves et al. (2017). Segundo descreve o CPC 2015 em seu Art. 158, o perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. Isto posto, verifica-se a incumbência do perito, o qual precisa aplicar seus conhecimentos e técnicas e também manter a confidência diante dos dados aos quais teve acesso, para não se abster da sua responsabilidade e profissionalismo.

2.2.1 JUSTIÇA DO TRABALHO

No que compete à justiça, mais precisamente no ramo trabalhista, pode-se, de imediato, visualizar a delonga nos processos, que se justifica pela alta procura, tanto por parte do trabalhador quanto pela parte empresária. A Justiça do Trabalho abrangerá matérias relativas ao trabalho e suas relações. Conforme o Art. 114 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

> I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; [...]

De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, qualquer um dos envolvidos na relação de emprego, ou seja, tanto patrão quanto empregado, pode recorrer à Justiça do Trabalho em busca de reparação dos prejuízos que lhe foram causados. Assim, a Justiça do Trabalho pode ser conceituada, de acordo com Ferreira (2020), como o conjunto de normas jurídicas que regulam as relações de trabalho, sua preparação, desenvolvimento, consequências e instituições complementares dos elementos pessoais que nelas intervêm. O Judiciário, na clássica categorização do mundo ocidental, é um dos três Poderes da República. A esse respeito, "vamos repetir a lição de Ferreira Filho, apoiado em Pedro Lessa, que assim o conceituou: 'no Estado moderno fazer justiça se confunde com aplicar a lei, daí a conceituação tradicional segundo a qual o Judiciário tem por missão aplicar contenciosamente a lei a casos particulares'" (SANTOS, 2015, p. 67). Em suma, a justiça busca a melhor forma de resolver conflitos e manter a ordem, buscando embasamentos conclusivos e confiáveis, dos quais podemos referir o laudo pericial contábil.

2.2.2 PROCESSOS TRABALHISTAS

Os processos trabalhistas estão em constante evolução, referindo-se a atualizações e busca por procedimentos mais assertivos e eficazes para auxiliar os envolvidos no processo a terem um retorno ágil e soluções satisfatórias. Martins (2023) frisa que o processo vem do latim procedere, que significa seguir adiante, Romar (2023) salienta ainda que entre o pedido da parte e o provimento jurisdicional se impõe a prática de uma série de atos que formam o procedimento judicial, isto é, a forma de agir em juízo, e cujo conteúdo sistemático é o processo.

Na ótica de Neto e Cavalcante (2018), o Direito Processual do Trabalho, como ramo da Ciência Jurídica, é constituído por um sistema de normas, princípios, regras e instituições próprias, cujo os objetivos são a solução dos conflitos trabalhistas decorrentes da relação de trabalho e a regulação da estrutura dos órgãos que compõem o Judiciário Trabalhista. Reis et al. (2021) destacam que o processo trabalhista (e o conhecimento trabalhista, principalmente) é comumente identificado e sintetizado pela própria audiência. Os autores ainda apontam que, a audiência, por ser una, concentra um atributo bastante singular: a oralidade.

Com a evolução da informática, a tendência do processo é passar do papel para os meios magnéticos informatizados: desde a primeira fase, que foi a de digitalização de peças físicas, até a segunda fase,

de confecção das peças no próprio sistema, substituindo os autos físicos pelos autos virtuais (FILHO, 2023). Pode-se concluir que, levando em consideração o avanço da informatização nos processos, haverá significativas vantagens tanto quanto ao acesso mais rápido dos dados do processo, quanto a identificação de procedimentos a serem realizados.

2.3 PJE-CALC

Para padronizar os cálculos dos envolvidos nas reclamatórias trabalhistas, a Secretaria de Tecnologia da Informação criou um sistema com o intuito de facilitar o trabalho e não acarretar prejuízos a nenhuma das partes, sendo estes prejuízos decorrentes de erros de cálculo. O Sistema Satélite de Cálculo Trabalhista PJe-Calc é um sistema versátil e facilmente ajustável e empregado na elaboração de cálculos trabalhistas. A ferramenta torna o processo de liquidação de decisões trabalhistas muito mais veloz e fidedigno, pois oferece aos calculistas opções adaptáveis de parametrização de cálculo (BRASIL, 2015). Além disso, o sistema apresenta, em sua interface, um menu de funcionalidades que fornece um meio eficiente para a realização de cálculos e, ainda, oferece relatórios detalhados, que contém as informações necessárias.

Os diferentes relatórios gerados pelo PJe-Calc apresentam as seguintes informações:

> parâmetros e dados inseridos para a realização do cálculo; descrição em detalhes da apuração de cada parcela do cálculo; resumo do cálculo indicando, de maneira detalhada, os créditos e débitos da parte reclamante e da parte reclamada; lista de critérios legais para o cálculo, de acordo com a parametrização escolhida; e ainda a possibilidade de gerar um relatório agrupando vários cálculos de um mesmo processo (BRASIL, 2015, p. 05).

Essas informações são importantes porque tornam o processo de cálculo trabalhista mais claro e, da mesma forma, minimizam as possibilidades de erros. É válido mencionar que, mesmo contando com diferentes opções de parametrização para a realização dos cálculos, o sistema foi elaborado já com a intenção de diminuir ao máximo a necessidade de modificar parâmetros-padrão, outra iniciativa relevante a fim de reduzir possíveis equívocos.

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN) do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), o sistema destina-se especialmente ao uso de peritos, contadores, advogados e também ao público em geral, em razão, sobretudo, das facilidades oferecidas e da gratuidade. Essa versão é chamada de PJe-Calc Cidadão, e conta com as mesmas funcionalidades da versão utilizada nos Tribunais do Trabalho, o que garante a padronização na elaboração de processos trabalhistas (FERREIRA, 2020).

Araújo (2020, p. 29) afirma que o PJe-Calc "representa um marco na história da Justiça do Trabalho, afinal, exprime maior confiança e credibilidade na confecção dos cálculos, além de ser um sistema totalmente gratuito e que não depende de conexão com a Internet para funcionar". Passos, Rocha e Lames (2022, p. 07) ressaltam a agilidade trazida pelo PJe-Calc, uma vez que, "com este programa os servidores dos tribunais regionais do trabalho efetuam os cálculos de liquidação de sentença, estabelecendo deste modo o montante líquido sem a presença de um perito contador". Dessa forma, sublinham-se os aspectos positivos associados ao sistema, entre eles, a agilidade e a confiabilidade.

Apesar disso, o processo de implementação da obrigatoriedade de uso do sistema envolveu algumas contrariedades, manifestadas, por exemplo, ainda no ano de 2019, pela OAB[4] , Seção do Estado do Espírito Santo, a qual protocolizou, junto ao TRT da 17ª Região, uma solicitação na qual pedia a não obrigatoriedade de uso do programa PJe-Calc, ação tomada também pela OAB Nacional.

Segundo Araújo (2020, p. 27), a resistência apresentada pela OAB em relação à obrigatoriedade de uso do PJe-Calc deu-se ao fato da organização considerar que "o sistema apresenta diversas falhas e problemas graves, além disto, a OAB pleiteia que sua utilização se desenvolva de forma facultativa, e não obrigatória, como determinado no ato do CSJT". Passos, Rocha e Lames (2022), por sua vez, mencionam que a elaboração do sistema PJe-Calc não envolveu os principais interessados: os usuários, isto é, os calculistas, razão pela qual entidades se manifestaram contrárias à adoção da ferramenta.

A pesquisa de Passos, Rocha e Lames (2022), desenvolvida junto a peritos contadores cadastrados em uma das varas do TRT 17ª Região, visava compreender a contribuição do PJe-Calc nas resoluções dos processos trabalhistas e na realização dos cálculos de liquidação de sentença. Entre os resultados alcançados, os pesquisadores destacam que, 58% dos peritos envolvidos no estudo confiam na segurança dos cálculos realizados pelo sistema PJe-Calc, porém, 81% afirmaram precisar de treinamentos para utilizar adequadamente o programa. Os dados apresentados por Passos, Rocha e Lames (2022) enfatizam a necessidade de familiarização dos profissionais envolvidos com as ferramentas oferecidas pelo PJe-Calc. Dessa forma, o sistema vem como uma etapa de modernização para a Justiça do Trabalho, a fim de minimizar a incidência de erros. Essa fase de implantação do programa também gera certos obstáculos para os profissionais peritos contadores.

3 METODOLOGIA

A metodologia está atrelada ao processo de produção do conhecimento, pois aprimora o senso crítico e reflexivo, ela é o instrumento necessário que possibilita conhecer certo assunto ao qual não se tem

domínio, ou até mesmo, desconhece. Neste estudo são utilizados os seguintes métodos: aplicado, descritivo, qualitativo, levantamento e questionário.

Na pesquisa aplicada, os conhecimentos adquiridos voltam-se à aplicação prática e à solução de problemas concretos da vida moderna. Esse método é bastante utilizado nos campos de conhecimento da administração e da contabilidade (MATIAS-PEREIRA, 2019). Ademais, segundo Gil (2022), a pesquisa aplicada é voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica. Prodanov e Freitas (2013) também compreendem a pesquisa aplicada como aquela que busca gerar conhecimentos com a aplicação prática destinados à solução de problemas. Sendo assim, como o presente estudo pretende identificar as dificuldades e vantagens que o PJe-Calc traz para os peritos, têm-se exemplos de aplicação.

No que se refere à classificação dos objetivos, esta pesquisa se apresenta como descritiva. Segundo Matias-Pereira (2019), o método descritivo cuida da descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelece relações entre variáveis e fatos. Por conseguinte, Sampiere, Collado e Lucio (2013) entendem que o estudo descritivo busca especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise. Dessa forma, pretende-se, através deste estudo, identificar a adaptação dos envolvidos nos processos trabalhistas, com ênfase na adequação dos procedimentos a serem utilizados para o cumprimento adequado da legislação vigente.

A abordagem do problema, por sua vez, foi caracterizada como qualitativa, a qual, nas palavras de Brandão (2001, p. 13), “se relaciona aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências e a compreensão do mundo social”. O autor continua explicando “que é tentar interpretar interações e comportamentos sociais pelo sentido que as pessoas dão” (BRANDÃO, 2001, p. 13).

É válido complementar que, para Gil (2019), o mundo e a sociedade devem ser entendidos a partir da perspectiva daqueles que o vivenciam, e isso implica considerar que o objeto da pesquisa é construído socialmente. Dessa forma, o presente trabalho tem como objeto de pesquisa o sistema do PJe– Calc na percepção, pelo uso, dos profissionais peritos contadores.

No que concerne ao levantamento, Gil (2022) destaca que as pesquisas desse tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Os autores Martins e Theóphilo (2016) salientam que os levantamentos são próprios para os casos nos quais o pesquisador deseja responder a questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos a partir da maneira como ocorrem em situações naturais. O

trabalho buscou informações sobre o programa PJe-Calc através de uma amostragem de peritos que atuam na região central do estado do Rio Grande do Sul.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário. Este, conforme Martins e Theóphilo (2016), é um importante e popular instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social. Gil (2022) complementa afirmando que o questionário é entendido como um conjunto de questões a serem respondidas por escrito pelo pesquisado. O questionário foi realizado com 16 questões, sendo estas dicotômicas: sim ou não, e para as 4 questões restantes foram colocadas caixas de respostas para que os profissionais pudessem descrever de forma mais detalhada suas perspectivas sobre a pergunta feita. O questionário foi elaborado pelo questionário eletrônico do google e enviado para o e-mail e redes sociais de 83 profissionais constantes no Tribunal de Justiça, mais especificamente na Relação dos Profissionais ou Órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos, ficando à disposição de respostas pelo mês de abril de 2024.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A pesquisa surgiu com o intuito de reconhecer a opinião dos peritos contadores quanto ao uso do programa PJe-Calc, este que foi implantado em primeiro de janeiro de 2021, segundo o ato do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 146. Os respondentes da pesquisa são profissionais peritos contadores que atuam na região central do Rio Grande do Sul e utilizam o PJe-Calc. Foram enviados por E-mail, Instagram, WhatsApp 83 questionários durante o mês de abril de 2024 e obtiveram-se 27 respostas.

A primeira pergunta do questionário foi se o profissional utilizava o programa do PJe-Calc. Dos 27 respondentes, 24 concordaram que utilizam o programa, enquanto 3 finalizaram a pesquisa negando o uso. Dessa forma, a pesquisa continuou com as efetivas 24 respostas, a fim de cumprir os objetivos.

Em continuidade, o questionário seguiu com perguntas sobre o Programa PJe-Calc, confrontando os respondentes sobre a padronização do sistema, participação de treinamento para uso, complexidade, obstáculos, falhas e erros da ferramenta. Na Tabela 1, apresentam-se os questionamentos e a relação de respostas.

Tabela 1 – O programa PJe-Calc

Sobre o Programa PJe - Calc	SIM	NÃO	TOTAL
2- Você é beneficiado com a padronização do programa PJe-Calc?	91,7%	8,3%	100,00%
3- Você participou de treinamento para uso do programa PJe-Calc?	83,3%	16,7%	100,00%
4- O programa PJe-Calc deve ser a única ferramenta utilizada pelo contador para cálculos trabalhistas?	37,5%	62,5%	100,00%
5- Na sua opinião, o programa PJe-Calc é de alta complexidade e de difícil operacionalização?	12,5%	87,5%	100,00%
6- Na sua opinião, o programa PJe-Calc apresenta falhas e erros de sistema para apuração dos cálculos trabalhista?	62,5%	37,5%	100,00%
7- Na sua opinião, a principal dificuldade no uso do sistema foi a falta de canais com informações mais detalhadas de como usá-lo?	33,3%	66,7%	100,00%
8- Na sua perspectiva, houve obstáculos durante o uso, que impossibilitaram a conclusão do cálculo no programa?	60,9%	39,1%	100,00%

Fonte: Autora (2024).

Conforme observa-se na Tabela 1, 91,7% das respostas são positivas sobre o benefício que é ter a padronização dos cálculos gerado pelo PJe-Calc (questão 2). Isso vai ao encontro com o estudo de Glombowski (2021), que tinha por objetivo identificar a afinidade dos 7 peritos contadores entrevistados quanto ao uso do software PJe-Calc nos processos trabalhistas para o estado do Mato Grosso do Sul. Assim, concluiu que, praticamente todos os peritos contadores, de alguma forma, acham importante ter um software voltado à área da perícia. Demonstra-se, então, que com o programa PJe-Calc houve o atendimento de uma necessidade da área da perícia contábil, visto as respostas em sua maioria serem positivas referentes aos benefícios do uso.

Na questão de participar de treinamentos para utilização do programa (questão 3), 83,3% dos respondentes concordam. Esse resultado vai ao encontro do estudo de Passos, Rocha e Lames (2021), que buscaram verificar as contribuições do programa PJe-Calc nas resoluções dos processos trabalhistas nas liquidações de sentenças dentro das varas de Vitória - ES, sobre as perspectivas dos 26 peritos e contadores respondentes da pesquisa, verificou-se que 88% dos participantes têm a mesma visão sobre a importância de desempenharem atividade de treinamento.

Quanto a necessidade do uso de outras ferramentas (questão 4), 62,5% dos respondentes afirmam não utilizar apenas o programa do PJe-Calc para os cálculos trabalhistas. O dado vai em concordância com a pesquisa de Glombowski (2021), que apresentou 86% de respostas sobre o mesmo questionamento, reforçando a necessidade de aprimoramento do programa. Vê-se, portanto, que essa porcentagem diminuiu com o andamento dos anos, logo, conclui-se que houveram melhorias no sistema, porém, ainda ele não é autônomo na realização de cálculos trabalhistas.

Na questão 5, 87,5% dos respondentes ditam não existir dificuldades no que tange a operacionalização do sistema. Dessa forma, tem-se que o sistema PJe-Calc oferece uma interface didática e intuitiva, permitindo uma forma natural e eficiente do usuário realizar o cálculo (SILVA; LÉO; FUZARI, 2023).

Mais de 60% dos respondentes informaram que o sistema do PJe-Calc apresenta falhas e erros na apuração dos cálculos trabalhistas (questão 6). Peixoto Filho (2018), baseado no estudo que buscou analisar a atual forma de demonstração de cálculo na liquidação de sentença na esfera da 19º Vara do Trabalho de Recife, afirma que os erros ocorrem nos cálculos que são gerados pelo próprio usuário do sistema e que reanálises de cálculos se fazem necessárias para evitar os erros relevantes.

A questão 7 mostra que 66,7% dos respondentes afirmam que a dificuldade ao uso do sistema não é pela falta de canais com informações mais detalhadas de como usá-lo. Já a questão 8 revela que 60,9% dos peritos contadores dita haver obstáculos durante o uso que impossibilitem a conclusão do cálculo no programa. Conclui-se, diante disso, que o programa ainda poderia apresentar de forma mais efetiva a demonstração do uso da ferramenta, pois ainda há “falhas perceptíveis, quer sejam conceituais ou de programação de software” (PEIXOTO FILHO, 2018, p. 43).

Percebe-se que os dados trazem concordância com estudos anteriores. O PJe-Calc tem visões majoritariamente positivas em torno de sua operacionalização e sobre o benefício de seu uso. A ferramenta ainda estabelece a necessidade de aprimoramento do sistema em questão de evitar alguns erros e falhas nos cálculos trabalhistas.

Na segunda sessão do questionário foram realizadas 7 perguntas referentes ao uso do sistema nos cálculos trabalhistas, que visam identificar as percepções dos peritos quanto aos erros, celeridade, confiabilidade nos cálculos, além de verificar sua importância para a justiça do trabalho. Segue na Tabela 2 as perguntas e seus respectivos resultados.

Tabela 2 - Uso do sistema PJe-Calc nos cálculos trabalhistas

Sobre o uso do sistema nos cálculos trabalhistas	SIM	NÃO	TOTAL
9- O programa PJe-Calc traz celeridade aos processos trabalhistas?	87,5%	12,5%	100,00%
10- Na sua opinião, com o uso do programa PJe-Calc, houve redução de erros nos cálculos trabalhistas dentro das varas da região central do Rio Grande do Sul?	70,8%	29,2%	100,00%
11- Na sua opinião, a obrigatoriedade do uso do sistema PJe-Calc para cálculos trabalhistas é favorável para os peritos?	87%	13%	100,00%
12- Os cálculos trabalhistas realizados pelo programa PJe-calc são conclusivos para liquidar uma sentença?	87,5%	12,5%	100,00%
13- Na sua opinião, a plataforma do programa PJe-Calc traz confiabilidade na execução dos cálculos para liquidação da sentença?	91,7%	8,3%	100,00%
14- Na sua opinião, a funcionalidade do programa PJe-Calc é importante para a justiça do trabalho?	100%		100,00%
15- O sistema PJe-Calc atende as demandas necessárias para a perícia contábil?	66,7%	33,3%	100,00%

Fonte: Autora (2024).

Sobre a celeridade nos processos (questão 9), 87,5% dos peritos concordam que o software cumpre com o seu papel principal, que é auxiliar a justiça do trabalho. Teixeira e Rêgo (2017) ressaltam a relação da celeridade nas ações com a eficiência do sistema, devido a agilidade com que os processos são julgados e administrados.

No que concerne a redução de erros nos cálculos (questão 10) com o uso do PJe-Calc, realizados nas varas da região central do Rio Grande do Sul (RS), 70,8% deferem que há redução. Dado que corrobora com a pesquisa de Glombowski (2021), o qual destaca que com o uso de sistemas os erros diminuem, trazendo mais precisão e clareza, além da tecnologia estar em constante atualização, auxiliando e corrigindo as demandas necessárias.

Na sequência foi questionado se a obrigatoriedade do uso do sistema (questão 11) é favorável para os peritos, com um percentual de 87% de respostas positivas, aonde conclui-se que os profissionais

acreditam na padronização dos cálculos e na eficiência e confiabilidade que o programa traz. Müller (2017, p.144) é favorável ao dado, ao salientar que, “por um lado, tudo facilita o trabalho, por outro, traz enorme responsabilidade, pela exatidão e acurácia dos dados”.

Referente a conclusão dos cálculos realizados no PJe-Calc para liquidar uma sentença (questão 12), 87,5% dos respondentes foram favoráveis ao questionamento, evidenciando sua satisfação com os resultados obtidos. Conforme menciona Peixoto Filho (2018), quanto mais fiéis à sentença forem os cálculos, evitam-se prejuízos às partes e/ou a necessidades de revisão das contas liquidadas.

Relativo à confiabilidade na execução dos cálculos (questão 13), 91,7% dos peritos concordaram, manifestando a sua perspectiva com o uso da ferramenta no auxílio do seu trabalho. Em comparação com a pesquisa de Passos, Rocha e Lames (2021), na qual 58% dos respondentes concordam totalmente e parcialmente que os sistemas trazem segurança na liquidação, evidencia-se que os profissionais estão conseguindo obter êxito e confiar nos cálculos apresentados pelo programa.

No tocante a importância da funcionalidade do PJe-Calc para a justiça do trabalho (questão 14), o resultado positivo foi unânime. Dessa forma, constatou-se que, “o profissional contábil está ciente da nova era tecnológica e as formas de utilização das mesmas, incorporando-a aos procedimentos contábeis e em análises mais apuradas e complexas” (SOUZA, s.d., p. 11).

A pergunta de número 15, a qual questiona se o sistema atende as demandas necessárias para a perícia contábil, 66,7% responderam que sim e 33,3% foram contrários. O resultado demonstra que a maioria entende que o sistema é satisfatório.

Na terceira sessão do questionário foram abordadas questões sobre as vantagens e desvantagens com o uso do sistema PJe-Calc. Da questão 16 a 19 foram colocadas caixas de respostas para que os profissionais pudessem descrever de forma mais detalhada suas perspectivas sobre as perguntas realizadas.

A pergunta 16 questionou se o programa PJe-Calc trouxe contribuições significativas para o usuário e quais seriam estas. De forma geral, a maior contribuição foi a padronização dos cálculos trabalhistas, sendo contribuições a padronização, a acessibilidade, a qualidade da informação e a rapidez. Segue a opinião de um perito contábil que respondeu ao questionário:

> “Acredito que o programa trouxe vantagens aos usuários, a principal seria [a] padronização, o que facilita o entendimento para todos os envolvidos no processo, tanto para os advogados quanto juízes, peritos e assistentes técnicos. Tendo em vista que anteriormente cada perito tinha sua metodologia para a

> apresentação dos valores encontrados, mesmo todos se utilizando de critérios legais para a execução (autor desconhecido).”

Já a pergunta 17 destaca se a utilização do programa trouxe vantagens para a área trabalhista e quais são elas. A principal vantagem, dentre as respostas dos peritos, foi a padronização. É significativo destacar o comentário de um perito contador que afirma que uma das vantagens do uso da ferramenta é que “minimizou o custo com a utilização dos programas pagos”. A resposta vai em concordância com o que Abrão (2011) destaca sobre ser indiscutível a economia da utilização de papel, tintas, carimbos, o que diminui o impacto ambiental.

No que tange as desvantagens (questão 18), erros ainda acontecem, porém, a maioria das respostas negam a existência de desvantagens quanto ao uso do sistema na área trabalhista. Um dos resultados auferidos no questionário foi o seguinte:

> *“Padronização nem sempre é a melhor saída. A perícia contábil não pode ser padronizada porque cada caso é um caso e necessita de estudos distintos. O sistema tem muitas limitações. Isso resulta em apurações externas em planilhas de Excel ou outro sistema de cartão de ponto*”.

A pergunta 19 questionou se as vantagens dos cálculos realizados no sistema se sobrepõem as desvantagens e o porquê. De modo geral, quase 96% das respostas afirmam que as vantagens se sobressaem às desvantagens. Segue o comentário de um perito contador sobre o questionamento:

> “*Com certeza, com o sistema PJE-Calc facilitou muito o trabalho da Justiça e dos Peritos em sua padronização, antigamente os cálculos em sua grande maioria eram elaborados em planilhas de Excel dificultando bastante a análise e conferência das parcelas calculadas”.*

A questão 20 discutiu sobre a relevância do programa para as varas da região central do Rio Grande Sul, obtendo-se resposta positiva de 91,3% dos respondentes. O resultado vai de acordo com o estudo de Passos, Rocha e Lames (2021), aonde 73% dos respondentes concordam totalmente e parcialmente que é relevante para as varas de Vitória (ES).

Dessa forma, com os resultados obtidos, foi possível responder os objetivos propostos e perceber o quanto é necessária uma ferramenta que facilite o trabalho do perito, possibilitando agilidade, veracidade e padronização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo de conclusão de curso tratou do tema que tornou possível o desenvolvimento e a conclusão desta pesquisa através de questionário aplicado para peritos contadores que atuam na região central do Rio Grande do Sul e utilizam o PJe-Calc.

Por intermédio das respostas, percebeu-se que os profissionais concordam que são beneficiados com a padronização do sistema, pois o mesmo não apresenta complexidade e dificuldades na operacionalização, sendo um aliado nos cálculos de reclamatórias trabalhistas.

O principal benefício mencionado pelos peritos é a padronização, por ser um único para todo o Brasil, o formato do cálculo e a estrutura das informações melhora a análise final. Entre as dificuldades citadas está que, algumas interpretações são de difícil demonstração no sistema, além de erros identificados na apuração das parcelas.

Diante dos apontamentos obtêm-se que a ferramenta vem contribuindo e otimizando com o trabalho da justiça, beneficiando as partes, porém, ainda precisa de melhoramentos, assim como outros sistemas desenvolvidos, que ao decorrer da utilização vão aperfeiçoando as demandas, até não ser mais identificadas falhas.

Para a utilização eficaz do sistema, os peritos encontraram obstáculos durante o uso, em contrapartida não foi a falta de canais com informações detalhadas que ocasionou essa dificuldade. Ao decorrer do estudo, com as respostas obtidas no questionário, conclui-se que o programa é importante para a justiça do trabalho, pois atende as demandas necessárias da perícia contábil, embora ainda exija melhorias, e apresente falhas, mas também se têm resultados positivos, que de certa forma são superiores, consequentemente trazendo mais vantagens do que desvantagens.

Durante a evolução do trabalho, o principal empecilho encontrado foi a dificuldade de que os peritos respondessem o questionário, alguns deles, apesar de estarem cadastrados no portal, não atuam mais na região, todavia foi satisfatório contatar profissionais dispostos a ajudar com o êxito da pesquisa.

Por fim, futuros estudos podem ser voltados para a análise dos percalços encontrados com os cálculos realizados pelo sistema, usando uma amostra com profissionais que atuam em outros estados do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, C. H. Processo Eletrônico. (3a ed.). São Paulo: Atlas, 2011.

ALBERTO, V. L. P. Perícia Contábil. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ALVES, A. et al. Perícia Contábil. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ARAÚJO, B. de S. PJe Calc: motivos para todo advogado aprender a utilizar. JusLaboris, v. 9, n. 90, p. 25-31, 2020. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/180012/2020_araujo_bruna_pje_calc.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 10 nov. 2023.

BRANDÃO, Z. A dialética macro/micro na sociologia da educação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 153-165, jul. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/bLYVCGRqgZKkmppCrTbvCXw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 10 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 out 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13105-16-marco-2015-780273-publicacaooriginal-146341-pl.html#:~:text=C%C3%B3digo%20de%20Processo%20Civil.&text=Art.,se%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20deste%20C%C3%B3digo. Acesso em 26 out 2023.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Resolução CSJT Nº 146/2020. Altera a Resolução CSJT nº 185, de 24 de março de 2017, que dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho Disponível em: https://www.csjt.jus.br/documents/955023/7642229/146+-+Ato+ad+referendum+-+Alterac%CC%A7a%CC%83o+da+Res+CSJT+185-2017+-+Pje-JT-assinado.pdf/727e3e9a-e8ac-472b-42f0-8b7986a8f90f?t=1608309611261. Acesso em 09 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. NBC PP 01 (R1) – Perito Contábil: 2020. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01(R1).pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. NBC TP 01 – Norma técnica de perícia contábil. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

COSTA. Amanda Madalena Fiuza. Alternativas para aprimoramento da gestão dos processos judiciais eletrônicos na raia secretaria NO PJe TJMG. 2023. 36 f. Trabalho de Conclusão de Concurso (Especialização em Design de Sistemas Aplicados à Resolução de Conflitos e Gestão Processual) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2023. .Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/60957/1/TCC%20Amanda%20VF%20para%20Dep%C3%B3sito.pdf. Acesso em 09 abr. 2024.

CREPALDI, S. A. Manual de perícia contábil. São Paulo: Saraiva, 2019

FERREIRA, A. R. Perícia e Cálculos em Processos Trabalhistas. Belo Horizonte: Arle, 2020.

FILHO, I. G. da S. M. Manual de direito e processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023.

GLOMBOWSKI, B. L. Perícia contábil: utilização do software "PJE CALC cidadão" para demandas periciais na Justiça do Trabalho. 2021. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdades Magsul, Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://magsul-ms.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/TCC-Bruna-Let%C3%ADcia-Glombowski-2021.pdf. Acesso em: 04 maio 2024.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7ª ed. Grupo GEN, 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HOOG, W. A. Z. Prova Pericial Contábil: Teoria e Prática. 12º Ed. rev. e atualizada. Curitiba: Juruá, 2015

JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT da 4º Região. Pagamentos em ações trabalhistas aumentam 20% e superam R$ 5 bilhões no RS. Disponível em: https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/600383. Acesso em 04 mar 2024.

MAGALHÃES, A. de D. F. Perícia Contábil - Uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

MARTINS, S. P. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOURA, R. Perícia Contábil: Judicial e Extrajudicial. 6ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

MOURA, R. Perícia Contábil: Judicial e Extrajudicial. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2022.

MÜLLER, A. N. Perícia contábil. São Paulo: Saraiva, 2017.

NETO, F. F. J.; CAVALCANTE, J. de Q. P. Direito Processual do Trabalho. 8ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018.

ORNELAS, M. M. G. de. Perícia Contábil. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, N. B. de. A profissão de perito contábil. São Paulo: Saraiva, 2021.

PEIXOTO FILHO, E. A. D. R. Processo judicial eletrônico: projeto modelo de unificação da demonstração de cálculo na liquidação de sentença na 19ª vara do trabalho do Recife. 2019. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Damas da Instrução Cristão, Recife, Pernambuco, 2019. Disponível em https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/804. Acesso em: 04 maio 2024.

PASSOS, C. R. de O.; ROCHA, L. F. da; LAMES, E. R. de. Perícia Contábil Trabalhista: A utilidade do programa PJE-Calc nos processos trabalhistas. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA, 19, 2022, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro: Dom Bosco, 2022. pp. 1-15. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos22/3253344.pdf. Acesso em 10 nov. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2013.

REIS, A.C. G. dos et al. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Grupo A, 2021.

ROMAR, C. T. M. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023.

SÁ, A. L. de. Perícia Contábil. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

SANTOS, A. Manual de Contrato de Trabalho Doméstico - Direitos, Deveres e Garantias dos Empregados e Empregadores Domésticos. São Paulo: Grupo GEN, 2015.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P B. Metodologia de pesquisa. São Paulo: Grupo A, 2013.

SILVA, P. A. P. da; LÉO, L. M. S; FUZARI, T. de S. O conhecimento técnico na elaboração de cálculos judiciais: promoção da celeridade e da eficiência na justiça do trabalho. Res Severa Verum Gaudium, Porto Alegre, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/resseveraverumgaudium/article/view/125478. Acesso em: 04 maio 2024.

SOUZA, S. P. De. O novo perfil do profissional de contabilidade na nova era. Sem data de publicação. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigosimarlisouzapdfcorreto.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

TEIXEIRA, J. A.; RÊGO, M. C. B. Inovação no Sistema Judiciário com a adoção do Processo Judicial eletrônico em um Tribunal de Justiça brasileiro. Revista Ciências Administrativas, v. 23, n. 3, p. 369-384, 2017. DOI: 10.5020/2318-0722.23.3.369-384. Acesso em: 05 maio 2024.

Capítulo 4

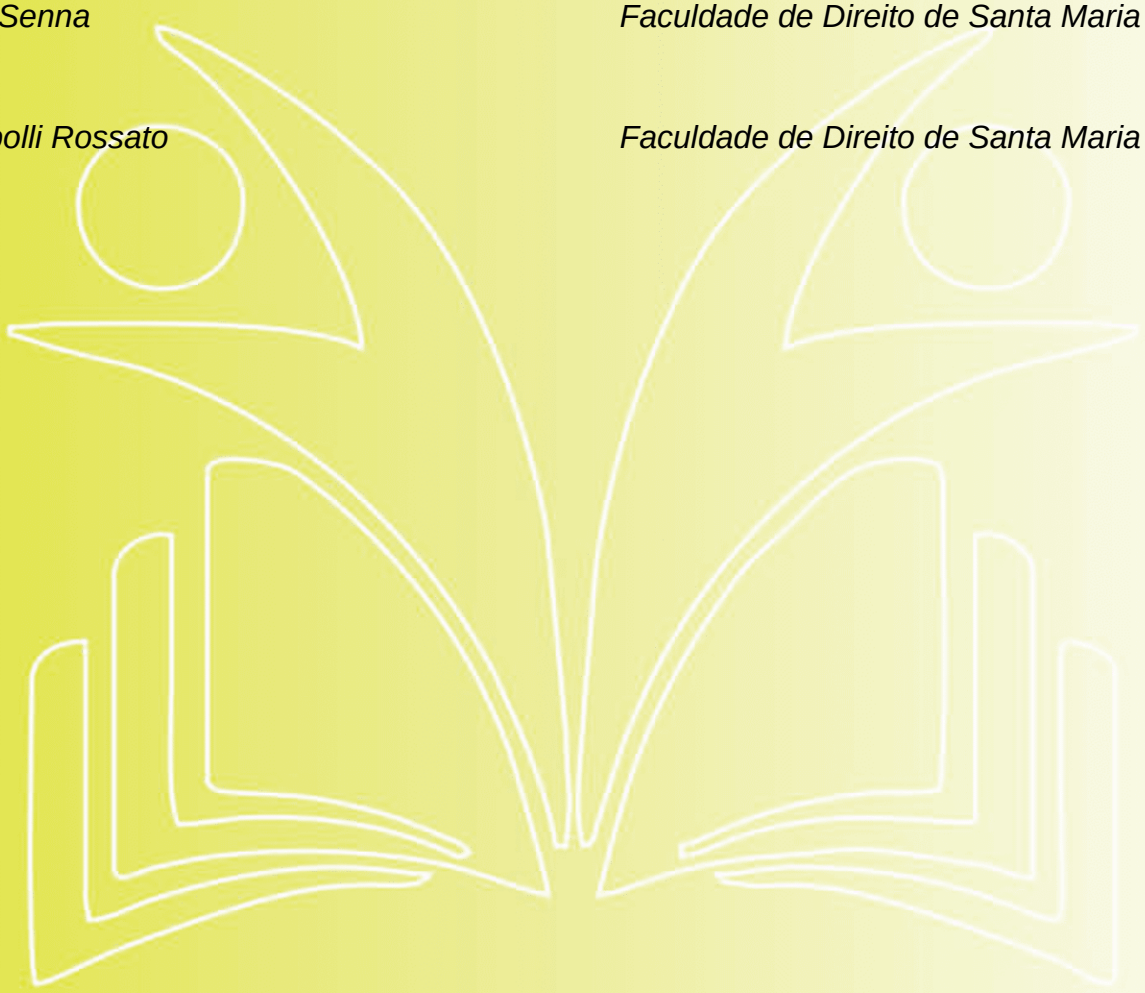
10.37423/241009390

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO: BENEFÍCIOS PARA UMA EMPRESA DO LUCRO REAL

Evelyn Gomes Ferrão — *Faculdade de Direito de Santa Maria*

Viviane de Senna — *Faculdade de Direito de Santa Maria*

Fabio Peripolli Rossato — *Faculdade de Direito de Santa Maria*



Resumo: O presente trabalho tem como objetivo geral analisar se existe economia tributária na utilização dos Juros sobre Capital Próprio em comparação com a Distribuição dos Lucros, para a empresa remuneradora, através de um estudo de caso. A empresa objeto do estudo de caso é enquadrada no lucro real trimestral, sendo considerada uma empresa de médio porte. Sua atividade principal é a venda de cartão de descontos para a área da saúde na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos da pesquisa são: analisar os limites legais para a distribuição do JCP, verificar as variações econômicas tributárias ocorridas com o lançamento da JCP ante a distribuição de lucros e comparar, com base nos resultados, qual a sistemática mais vantajosa economicamente para a empresa remuneradora. A metodologia adotada na pesquisa, quanto a sua natureza classifica-se como aplicada, no que se refere ao problema da pesquisa classifica-se como qualitativa, do ponto de vista dos objetivos classifica-se como exploratório-descritiva, quanto aos procedimentos técnicos classifica-se como um estudo de caso, a coleta de dados ocorre de forma documental e a análise de dados ocorre através da análise de conteúdo. Esta pesquisa traz um referencial teórico, metodologia, apresentação e discussão dos dados e as considerações finais. O estudo conclui que o JCP é uma boa opção para a empresa, pois reduz o ônus tributário relacionado aos lucros e possibilitou um aumento na distribuição dos resultados aos sócios.

Palavras-chave: Distribuição de Lucros. Juros sobre Capital Próprio. Lucro Real. Planejamento Tributário.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É notório que o Brasil possui uma complexa e extensa carga tributária, o que exige tempo para analisar e planejar uma maneira menos onerosa para a empresa diante o recolhimento de tributos. De acordo com um estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT (2023) "a carga tributária brasileira foi de 33,71% em 2022, de acordo com o Tesouro Nacional. Do total, 22,78% são tributos federais, 8,59% estaduais, e 2,34% municipais".

Isto posto, o tema do artigo é a Contabilidade Tributária. A delimitação do tema é o planejamento tributário aplicado na forma de retorno financeiro aos sócios, em uma empresa prestadora de serviços e enquadrada no lucro real. O problema motivador é: existe economia tributária, para a empresa remuneradora, na utilização do Juros sobre Capital Próprio em comparação a distribuição de lucros?

O objetivo geral deste trabalho foi verificar se existe economia tributária na utilização do JCP em comparação a Distribuição de Lucros, para a empresa remuneradora, através de um estudo de caso. Os objetivos específicos utilizados como meio a alcançar o objetivo proposto, foram: (a) analisar os limites legais para a distribuição do JCP. (b) verificar as variações econômicas tributárias ocorridas com o lançamento da JCP ante a distribuição de lucros e (c) comparar, com base nos resultados, qual a sistemática mais vantajosa economicamente para a empresa remuneradora.

A pesquisa se justifica por entender a relevância do planejamento tributário, uma vez que o Brasil possui uma grande carga tributária. Isso pode ser notado nas palavras de Padoveze et al. (2017, p. 378) ao afirmar que:

> Inicialmente é necessário ter conhecimento da arquitetura tributária brasileira. Esta é complexa e falha, envolve um grande número de variáveis que dificultam não somente o entendimento do assunto, mas também a sua operacionalização. O contribuinte, por meio da gestão e do planejamento de tributos, deve sempre tomar ciência das implicações tributárias no patrimônio das organizações.

Com o presente estudo, acredita-se que foi possível analisar se existe vantagem econômica, referente a tributação, utilizando como meio a elisão fiscal, sendo esta permitida por lei. Crepaldi (2021) destaca que a estimativa é de que 33% do faturamento empresarial seja destinado ao pagamento de tributos e que "somente o ônus do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas pode representar a incrível taxa de 51,51% do lucro líquido apurado".

Acredita-se que esta pesquisa contribuiu para a empresa na qual o estudo foi aplicado e também para empresas similares, visto que foi explorada uma alternativa legal visando reduzir custos de impostos,

como também agregou aprendizado para a comunidade acadêmica, pois abrangeu um estudo sobre qual a opção melhor para a empresa no que se refere a forma de distribuição de lucros, utilizando um método legal para obter vantagem competitiva, já que tributos representam um grande custo para as empresas no Brasil. Este estudo encaixa-se na linha de pesquisa Contabilidade: Pública, Societária, Tributária, Ambiental e de Custos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste artigo são abordados os principais assuntos referente ao tema da pesquisa. O primeiro tópico a ser descrito é a Contabilidade Tributária, seguido pelos tópicos de Planejamento e Gestão Tributária, Elisão Fiscal dentro do Planejamento Tributário, Opções Tributárias e Remuneração do Capital Investido.

1.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A contabilidade tributária é um ramo da contabilidade que tem como objetivo registrar, analisar e controlar as obrigações tributárias de uma empresa. Ela foca nas necessidades de relatórios e conformidades com as leis fiscais e regulamentações governamentais. A parte essencial dela é a necessidade de garantir que a empresa cumpra com suas obrigações fiscais como também desenvolver estratégias para reduzir cargas tributárias dentro dos limites legais.

Nesse sentido, Pohlmann (2024) enfatiza que “a contabilidade tributária ganhou autonomia justamente para dar suporte ao desenvolvimento de conceitos e técnicas para habilitar o contador a fazer frente à complexidade e aos desafios crescentes da área tributária”. Estes surgem devido as constantes mudanças nas leis como também as diversas maneiras de interpretações delas.

Além disso, o regime tributário de uma empresa varia conforme o tipo da organização e a atividade exercida por ela. Desta forma, Crepaldi e Crepaldi (2019, p.22) definem o objetivo da contabilidade tributária:

> O objeto da contabilidade fiscal e tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extracontábil as exigências da legislação do IRPJ e da CSLL, determinando a base de cálculo fiscal para a formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão deduzidas do resultado contábil, para a determinação do lucro líquido à disposição dos acionistas, sócios ou titular de firma individual.

Outrossim, é pertinente ressaltar que a contabilidade tributária também pode desempenhar um importante papel na gestão financeira da empresa, através de estratégias e técnicas para identificar

brechas na lei para redução da carga tributária da entidade. Como também, ela analisa riscos fiscais e elabora relatórios fiscais e financeiros para os órgãos competentes.

Em suma, ela é uma parte essencial da empresa, pois é ela quem oferece subsídios para que a gestão financeira desenvolva estratégias com o objetivo de reduzir os tributos pagos e maximizar seus lucros, colaborando para a sustentabilidade do negócio. Como também garante que a empresa cumpra com suas obrigações legais perante as autoridades fiscais.

1.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIBUTÁRIA

O Brasil possui uma grande quantidade de regras e leis para o regime tributário, sendo assim a contabilidade deve demonstrar de forma clara e objetiva, conforme rege a lei, os principais aspectos da tributação das pessoas jurídicas, com o conhecimento necessário para a correta apuração dos tributos (CREPALDI; CREPALDI, 2019). Com isso, para entender e compreender o que é contabilidade, ela é a ciência que orienta, controla e registra atos e fatos de uma administração econômica, servindo como ferramenta de gerenciamento da evolução patrimonial de uma entidade para a prestação de contas entre sócios e demais usuários (CREPALDI; CREPALDI, 2019).

Souza (2018) explica que a contabilidade tributária, também nomeada Contabilidade Fiscal, é um ramo específico da contabilidade que estuda, reconhece, mensura e evidencia as mutações patrimoniais decorrentes da aplicação da legislação tributária sobre o patrimônio. O autor também ressalta que as atividades englobadas nessa área são: planejamento tributário, escrituração de livros fiscais, a elaboração de declarações exigidas pelas normas fiscais, a apuração de montantes a serem recolhidos aos cofres públicos como decorrência da aplicação de regras tributárias e respectivos registros contábeis de despesas, passivos e ativos tributários.

Neste ramo, faz-se necessário a presença da boa gestão tributária para que se obtenha resultados satisfatórios na diminuição de tributos pagos por parte da entidade. Além disso, para o aprendizado do que é a gestão tributária, é relevante a compreensão do que é tributo.

De acordo com a Lei nº 5172/1966 em seu artigo 3º, tributo é definido como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 1966). A lei citada também explica em seu artigo 5º que os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, e estes são aplicáveis à União, Estados e Municípios. Além disso, também

são classificados como tributos as contribuições especiais e empréstimos compulsórios, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus artigos nº 148 e 149 (BRASIL, 1988).

Faria e Silva (2017) enfatizam que a principal fonte de recurso para financiar as despesas do Estado é a receita tributária, que surgem dos tributos cobrados. Além disso, Crepaldi (2021) informa que a estimativa de que 33% do faturamento empresarial seja destinado ao pagamento de tributos. O autor ainda menciona que "a carga tributária para um agente econômico é um fenômeno nitidamente econômico, uma questão de custos. O custo tributário é um ônus empresarial como qualquer outro, que deve ser reduzido em prol da maior lucratividade do empreendimento". Diante o exposto, percebe-se a importância de uma gestão eficiente dos tributos para que a empresa consiga manter uma boa saúde financeira.

Com isso, tornam-se fundamentais a presença da gestão e o planejamento tributário para que seja possível alcançar o crescimento econômico e financeiro do negócio, pois estes buscam maximizar o resultado contábil e econômico, utilizando as ferramentas que a contabilidade fornece. Isso é comprovado a partir de Padoveze et al. (2017) quando defende que a gestão tributária deveria sempre ser desempenhada por contadores, pela justificativa de que a contabilidade dispõe e utiliza informações societárias como também fiscais e tributárias. O autor ainda ressalta que a gestão tributária é imprescindível para a sobrevivência e a adaptabilidade do negócio no mundo competitivo, globalizado e de custos tributários elevados.

Ademais, o planejamento tributário é uma ferramenta de estratégia necessária para que empresas consigam otimizar sua carga fiscal dentro dos limites legais. Em um ambiente empresarial competitivo e acirrado, compreender e saber gerenciar os impactos que os tributos causam sobre o seu faturamento é fundamental para garantir a sustentabilidade do negócio. Dessa forma, o planejamento tributário visa a redução de custos fiscais, através da redução de riscos como também aproveitando as oportunidades fiscais dentro da estrutura fiscal vigente.

Nesse sentido, Ribeiro e Pinto (2014) trazem como conceito de planejamento tributário a definição de estratégias que possibilitem o gerenciamento de assuntos relacionados ao cumprimento de obrigações principais e acessórias na relação do contribuinte, neste caso chamado entidade, com o Fisco, governo, com o objetivo de reduzir ao máximo a carga tributária da organização. Crepaldi (2021) complementa que para o planejamento tributário ser lícito, este deve ser realizado antes da ocorrência do verbo "pagar" e, principalmente, antes que ele se torne devido, chamado de ocorrência do fato gerador, sob pena de a redução empreendida ser considerada sonegação fiscal.

Portanto, a contabilidade é fundamental na compreensão e aplicação eficaz das complexas e extensas normas brasileiras. Ela quem fornece o alicerce necessário para a correta apuração dos tributos, através da demonstração dos principais aspectos da tributação da pessoa jurídica. A contabilidade tributária, por sua vez, é um ramo específico da contabilidade que é responsável por estudar, reconhecer, mensurar e evidenciar todas as mutações patrimoniais decorrentes das aplicações das leis fiscais. Ela abrange diversas atividades, desde o planejamento tributário até a elaboração de declarações, com o objetivo de não somente cumprir com suas obrigações fiscais, mas também, maximizar os resultados da organização. Compreender a importância de um bom planejamento tributário é fundamental para manter a saúde financeira da empresa em um cenário econômico desafiador. Pois, é através dele que as empresas podem otimizar sua carga fiscal dentro dos limites legais, através da redução de custos e aproveitamento das lacunas e brechas fiscais disponíveis. Assim, o planejamento tributário não apenas contribui para a sustentabilidade do negócio, mas também para seu crescimento econômico e financeiro a longo prazo.

1.2.1 ELISÃO FISCAL DENTRO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

A elisão fiscal é um meio legítimo e lícito que visa à redução da carga tributária através de lacunas ou brechas existentes na legislação. Esta prática, por ser legal, não traz punições à empresa, porém acaba reduzindo a arrecadação do governo (RIBEIRO; PINTO, 2014). Os autores explicam que a elisão fiscal busca evitar a ocorrência do fato gerador do tributo (isso a diferencia da sonegação, sendo que esta deixa de recolher o tributo após ter ocorrido o fato gerador).

Crepaldi (2021) explica há diferenças entre elisão, evasão e alusão fiscal. A evasão fiscal tem como objetivo a ocultação dos fatos geradores ocorridos, utilizando procedimentos que violam diretamente a lei fiscal. Já a elusão tributária ocorre quando o contribuinte simula determinado negócio jurídico, com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador, sendo isto considerado uma modalidade de abuso de direito.

Torres (2007, apud SOUZA, 2018) explica que existem correntes doutrinárias que permitem identificar além da elisão fiscal lícita ou há ilícita também. Esta última começa de forma lícita e depois evolui para a ilicitude, o que resulta no abuso de direito. Isto é, uma economia de tributo decorrente de abuso tanto do que é permitido por lei, como também de conceitos jurídicos abertos ou indeterminados.

Ademais, há por parte do fisco o combate à elisão fiscal, com o intuito de não diminuir a arrecadação de impostos. Ribeiro e Pinto (2014) informam que a principal medida de combate à elisão fiscal está no parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional (CTN).

> Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária. (Incluído pela LCP nº 104, de 2001) (BRASIL, 1966)

A palavra "dissimular" mencionada no artigo refere-se, de acordo com Torres (2007, apud Souza, 2018), a ocultação de algo que ocorreu. A dissimulação não pode ser confundida com a simulação, sendo esta última o fingimento de algo que não ocorreu, ou apenas aconteceu em parte.

Faria e Silva (2017) explicam que fato gerador é a efetivação da existência de um tributo. Como se pode notar, a circulação da mercadoria será o fato gerador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Sobre isso, Ribeiro e Pinto (2014, p. 7) contribuem:

> Segundo o artigo 116 do Código Tributário Nacional (CTN), é o fato gerador que dá origem (gera) a obrigação tributária de recolher o tributo aos cofres públicos. Portanto, se a empresa evitar a ocorrência do fato gerador, estará evitando o aparecimento da obrigação de recolher o tributo. E aqui surge uma situação interessante na relação contribuinte (empresa) e Fisco (governo): de um lado, o contribuinte, que tem a intenção de reduzir seus custos com a carga tributária, luta com todas suas forças na prática da elisão fiscal, buscando na própria legislação as brechas que lhes dê essa condição; do outro, o Fisco, que também procura, com todas suas forças, criar e incluir na legislação mecanismos de combate à elisão fiscal, já que ela, por evitar a ocorrência do fato gerador do tributo, resulta em redução da arrecadação.

Para que a elisão fiscal ocorra, é necessário o estudo e conhecimento da legislação, para que assim os profissionais responsáveis pela parte tributária, que comumente são os contadores que a administram, consigam aliviar o ônus imposto pelo governo por meio de tributos e evitar o pagamento em excesso destes. A presente pesquisa busca apresentar um meio de reduzir custos tributários analisando a melhor opção sobre lucros, distribuição de lucros ou juros sobre o capital próprio, utilizando meios legais para isso.

1.3 AS OPÇÕES TRIBUTÁRIAS

No Brasil, existem diferentes formas de tributação aplicáveis as empresas, cada uma com suas particularidades e limites, dependendo do porte da empresa, faturamento e o tipo de atividade. Sendo estes: Microempreendedor Individual, destinado a empreendedores individuais que faturam até R$ 81 mil por ano e possuem no máximo um empregado. Simples Nacional, é um regime de tributação

simplificado e unificado, voltado para micro e pequenas empresas, criado pela Lei Complementar nº 123/2006, ele reúne todos os tributos em um único pagamento mensal. Lucro Presumido é um regime simplificado para a determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Ele é voltado para empresas com faturamento anual de até R$ 78 milhões. Nesse regime, a base de cálculo dos tributos é presumida com base em percentuais fixos aplicados sobre a receita bruta, variando conforme a atividade da empresa. A seguir, será descrito o conceito do lucro real, regime pelo qual a empresa foco desta pesquisa é enquadrada, desta forma auxiliando para uma melhor compreensão de como funciona a tributação da empresa.

1.3.1 LUCRO REAL

O lucro real é um regime de tributação de pessoas jurídicas em que o lucro tributável é o lucro líquido obtido na demonstração do resultado do exercício (DRE), ajustado pelas adições ou exclusões previstas pela legislação fiscal (SOUZA, 2018). Esses ajustes são feitos via Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, na parte A.

Outrossim, Silva e Faria (2017) ensinam que o LALUR possui duas partes, sendo estas A e B. Na primeira parte são registradas, de forma analítica e por data, as despesas, que conforme a legislação, devem ser excluídas do lucro real. Na segunda parte, é registrado o controle de valores que afetam o lucro real de períodos futuros, por exemplo, prejuízos a compensar, depreciação acelerada incentivada etc.

Ademais, Rezende, Pereira e Alencar (2010, apud SILVA; FARIA, 2017) complementam que qualquer empresa pode optar pelo lucro real, mas algumas são obrigadas a utilizar esta modalidade. Isso acontece devido as características referente ao tamanho e tipo de atividade desenvolvida, prevista em lei.

Em continuidade, é necessário compreender que após ser apurado o lucro contábil, será calculado o lucro real, que consiste nas adições e exclusões no lucro contábil, ou seja, adicionam-se as despesas que foram consideradas na apuração do lucro contábil e a legislação tributária não considera como despesas, despesas não dedutíveis. O mesmo vale para as receitas que a legislação não prevê tributação, sendo estas excluídas do lucro real, conhecido como lucro ajustado (FARIA; SILVA, 2017).

Por conseguinte, as formas de tributação de recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, IRPJ, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, CSLL, para as empresas que optarem pelo lucro real são trimestrais ou anual. Na primeira opção é apurado ao fim de cada trimestre e na segunda opção é apurado o lucro real em 31 de dezembro de cada ano calendário, nesse caso a pessoa jurídica será

obrigada a proceder antecipações mensais de IRPJ e CSLL, chamado de recolhimento por estimativa (RIBEIRO; PINTO, 2014).

Como também o lucro real apurado servirá de base de cálculo para a incidência do imposto IRPJ e a CSLL, a alíquota fixa de IR nesse regime, incidente sobre a base de cálculo apurada, é de 15%, com adicional de IR de 10% para a parcela da base de cálculo mensal que exceder vinte mil reais (BRASIL, 1996). Já a alíquota fixa de CSLL no lucro real é de 9%, incidente sobre a base de cálculo apurada.

Sobre a data de apuração, Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 313) explicam:

> Para efeito da incidência do imposto sobre a renda, o Lucro Real das pessoas jurídicas deve ser apurado na data de encerramento do período de apuração, conforme arts. 1º e 2º, Lei n. 9.430/1996. O período de apuração encerra-se: A) nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, no caso de apuração trimestral do Imposto de Renda. B) no dia 31 de dezembro de cada ano calendário, no caso de apuração anual do Imposto de Renda. C) na data da extinção da pessoa jurídica, assim entendida a destinação total de seu acervo líquido. D) na data do evento, nos casos de incorporação, fusão ou cisão da pessoa jurídica.

No que se refere aos prejuízos acumulados apurados em um período, estes poderão ser compensados nos anos seguintes, com limitação de 30% do lucro apurado no ano da compensação. Isso se deve ao fato do Fisco garantir sua arrecadação, mesmo que a empresa tenha resultados negativos em alguns anos (RIBEIRO; PINTO, 2014).

Em síntese, diante da complexidade do regime de tributação do lucro real e sua relevância na gestão financeira das empresas, torna-se evidente a importância de um entendimento abrangente sobre suas nuances e procedimentos. Desde a determinação do lucro tributável até os cálculos precisos das alíquotas de IRPJ e CSLL, cada etapa demanda cuidado e conhecimento técnico. Além disso, a necessidade de antecipações mensais de impostos e a possibilidade de compensação de prejuízos acumulados ressaltam a importância de uma gestão fiscal eficiente e estratégica. Portanto, é fundamental que os gestores e profissionais contábeis estejam atualizados e capacitados para lidar com os desafios inerentes a esse regime tributário, visando não apenas o cumprimento das obrigações legais, mas também a maximização dos resultados financeiros das empresas.

1.4 A REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO

A remuneração do capital investido é a remuneração paga ao sócio ou acionista pelo investimento aplicado e mantido na entidade. Esse retorno pode vir na forma de lucros, dividendos, juros ou valorizações do capital, compensando os riscos assumidos e a imobilização dos recursos investidos. É

uma medida essencial para avaliar a atratividade e a viabilidade de investimentos, influenciando decisões empresariais e estratégias financeiras.

1.4.1 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Quando ocorre a constituição de uma empresa, há um investimento por parte dos sócios, e esse investimento é chamado de capital social no que se refere à contabilidade. Esse capital pode ser modificado quando os sócios decidem fazer novos investimentos, aumento do capital social, ou desinvestimentos, diminuição do capital social. Estas modificações devem ser autorizadas em contrato social - empresas limitadas - ou estatuto social - sociedades anônimas -.

Há também o capital de terceiros, e esse representa o montante das dívidas da empresa. Além disso, é importante destacar que os lucros ou prejuízos ao final do exercício não alteram a conta de capital social (GRECO; AREND, 2016).

Greco e Arend (2016) explicam que existem unidades do capital social e estas dependem do modelo de organização da empresa. Nas sociedades anônimas, o capital é dividido em ações, onde a responsabilidade dos acionistas, donos das ações, é limitada ao preço das ações adquiridas. Nas sociedades de responsabilidade limitada, os sócios, cotistas, possuem responsabilidade limitada ao capital social, sendo este dividido em partes iguais, quotas.

Como os sócios investem na empresa, investimento esse denominado capital social, espera-se um retorno financeiro por parte da empresa aos seus sócios, através dos lucros apurados a cada exercício social. Para saber se ocorreram lucros, a contabilidade confronta as receitas obtidas contra as despesas incorridas. Quando a receita é maior que as despesas, o resultado é positivo, sinalizando o lucro. Caso contrário, a empresa teve prejuízo. A apuração do resultado do exercício é demonstrada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE (MARION, 2022).

O resultado obtido através da apuração denomina-se lucro líquido do exercício (quando positivo) ou Prejuízo do exercício, Lucro líquido é o lucro obtido após a dedução das parcelas de IR, CSLL e participações (RIBEIRO, 2013). O artigo 191 da Lei 6404/1976 define: “lucro líquido do exercício é o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 190” (Brasil, 1996).

Após a apuração do resultado, este deve ser transferido para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, sendo está uma conta do Patrimônio Líquido que permite tanto o crédito, lucro, quanto o débito,

prejuízo, conforme explica o autor Ribeiro (2013). É importante saber também, de acordo com Ribeiro (2013, p. 144):

> Se o Resultado do Exercício corresponder a lucro, e a empresa for uma sociedade por ações, este deverá ser totalmente destinado a cobrir prejuízos apurados em exercícios anteriores, à constituição de reservas e à distribuição aos acionistas em forma de dividendos. Entretanto, se a entidade for constituída sob outra forma jurídica que não a de sociedade por ações, além dessas destinações, havendo interesse, parte do lucro poderá ficar retido na própria conta, para futuras destinações. Contabilmente, antes de dar ao lucro líquido do exercício a sua destinação, deve-se transferir o saldo credor da conta Resultado do Exercício para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Este lucro obtido na apuração do resultado do exercício é direcionado aos acionistas da empresa que investiram capital, como também para as reservas de lucros e para cobrir os prejuízos dos outros exercícios se existir. Essa parte destinada aos acionistas, denomina-se dividendos para as sociedades anônimas e distribuição de lucros para as demais sociedades. Conforme ensina Ribeiro (2014), a forma de distribuição dos dividendos deve constar no estatuto da companhia, sociedades anônimas. Caso não conste, os acionistas têm direito a receber 50% do lucro líquido, conforme artigo 202 da lei 6404/1976. No caso das outras sociedades, a forma de distribuição dos lucros deve constar no contrato social, caso contrário será decidida pelos próprios sócios. Importante entender que conforme o artigo 10 da lei 9249/1995 os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados e distribuídos aos seus acionistas não sofre tributação, sendo considerada rendimento isento para quem recebe, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, domiciliada no país ou no exterior.

Portanto, o capital social representa o investimento dos sócios enquanto os lucros refletem a saúde financeira da organização. A distribuição dos lucros, seja na forma de dividendos para as sociedades anônimas ou distribuição de lucros para demais as demais sociedades é uma etapa crucial na recompensa de sócios e acionistas pelo seu investimento. É mediante uma gestão eficaz desses aspectos que as empresas garantem sua competitividade e permanência no mercado, assegurando também o retorno esperado aos seus investidores.

1.4.2 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Juros sobre capital próprio - JCP - é o retorno financeiro que a empresa dá aos seus sócios e acionistas como remuneração referente aos valores por eles investidos para composição do capital da empresa. Esses investimentos podem ocorrer tanto no início da constituição da empresa, por sócios, como também quando a empresa já se encontra em exercício, através de compra de quotas ou ações por acionistas (RIBEIRO; PINTO, 2014).

Em 1995 foi criada a figura Juros sobre Capital Próprio, pela Lei nº 9249/1995 em seu artigo 9º que também revogou o regime de correção monetária das demonstrações financeiras em seu artigo 4º. Esse regime revogado tinha como objetivo expressar em valores reais os elementos patrimoniais e a base de cálculo do IR.

O rendimento JCP é facultativo, porém representa um rendimento extra que os sócios, acionistas e proprietários recebem, podendo substituir os dividendos obrigatórios. O artigo 9º da referida Lei nº 9249/1995 menciona que o JCP é limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP -. Este também menciona que o JCP permite a dedução fiscal, para efeitos da apuração do lucro real. A TJLP é calculada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, CMN, sendo sua divulgação por meio de resoluções do Banco Central do Brasil – Bacen - (RIBEIRO; PINTO, 2014).

A Lei nº 9430/1996 alterou a redação do parágrafo 9º da lei nº 9249/1995 mencionando que o JCP fica condicionado à existência de lucros computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Conforme explicam Ribeiro e Pinto (2014), as empresas que optam pelo JCP têm o direito de deduzir a soma dos valores pagos a esse título da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL - e da base de cálculo do Imposto de Renda – IR - também incidente sobre o Lucro Líquido, desde que o respectivo valor seja calculado conforme as regras definidas pela legislação tributária.

Para que os valores pagos sejam dedutíveis da base de cálculo da CSLL e IRPJ, o pagamento ficará condicionado:

a. à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados;

b. a que os JCP sejam contabilizados como Despesas Financeiras;

c. que os juros sejam pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas;

d. a que os juros sejam limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP;

e. a que sejam excluídos da base de cálculo os valores das seguintes reservas:

- reserva de reavaliação de bens ou direitos da pessoa jurídica, exceto se for adicionada na determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

> • reservas especiais de que trata o art. 460 do RIR/1999 (diferença relativa à correção monetária especial facultativa das contas do Ativo Não Circulante, efetuada na forma do Decreto n. 332/1991);
>
> • parcela ainda não realizada da reserva de reavaliação constituída como contrapartida do aumento de valor de bens imóveis integrantes do Ativo Imobilizado que tenha sido capitalizada nos termos dos art. 436 e 437 do RIR/1999.
>
> f. a que o montante dos juros passível de dedução esteja limitado ao maior dos seguintes valores:
>
> • 50% do Lucro Líquido do período de apuração antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL (valor provisório, pois a base de cálculo da CSLL ainda não estará definida) e antes do IR; ou
>
> • 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. (RIBEIRO; PINTO, 2014, p. 197 e 198)

A legislação também informa que o juro sobre capital próprio terá retenção imposto de renda à alíquota de quinze por cento, na data de pagamento ou crédito beneficiário. Sendo este imposto retido considerado: antecipação do devido na declaração de rendimentos no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou tributação definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real.

As contas consideradas para o cálculo da referida remuneração são do Patrimônio Líquido, sendo estas: Capital Social, Reservas de Capital, Reserva de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados, conforme a redação da Lei nº 12973 de 2014. Sendo assim, a base de cálculo do JCP é o total do Patrimônio Líquido – PL - antes de ser apurado o Resultado do Exercício, sendo o PL considerado o existente no encerramento do período imediatamente anterior àquele da remuneração (RIBEIRO; PINTO, 2014).

Ademais, o JCP será calculado no mesmo período de apuração do resultado de exercício da empresa, isto é, as empresas optantes do lucro real trimestral, o JCP será calculado e pago trimestralmente assim como as empresas optantes do lucro real anual terão o JCP calculado e pago anualmente.

Diante do exposto, conclui-se que os Juros sobre Capital Próprio representam uma alternativa financeira significativa para empresas e investidores, oferecendo uma forma flexível de remuneração do capital investido. A legislação que rege os JCP estabelece critérios específicos para sua distribuição e tributação, visando garantir a transparência e a equidade na sua aplicação. Ao optar por essa modalidade de remuneração, as empresas têm a oportunidade de deduzir os valores pagos a título de JCP da base de cálculo de impostos, enquanto os investidores recebem uma remuneração adicional

por seus aportes de capital. Porém, é imprescindível que tanto a empresa quanto os investidores estejam cientes das regras e limitações impostas pela legislação tributária.

2 METODOLOGIA

Pesquisar é procurar respostas para alguma coisa, no que se refere a ciência, a pesquisa é o caminho para chegar até ela, ao conhecimento (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). A pesquisa, quanto a sua natureza, foi classificada como aplicada, pois foi feita uma aplicação prática com o objetivo de responder o problema que motivou a pesquisa.

Quanto a abordagem do problema, classificou-se como uma pesquisa qualitativa. Ela tem como definição que o ambiente natural é a principal fonte para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave, em que o processo e seus significados são os principais focos da abordagem, sendo ela descritiva (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). No estudo foram analisados dados fornecidos pelo ambiente, empresa, de forma criteriosa, a fim de buscar respostas para o problema, sendo estas expostas de forma descritiva. A utilização de dados numéricos não classifica a pesquisa como quantitativa, considerando a finalidade objetivada no problema da pesquisa.

Do ponto de vista dos objetivos, classificou-se como uma pesquisa exploratória-descritiva, exploratória porque foram feitas pesquisas bibliográficas para melhor familiaridade com o tema em conjunto com buscas de exemplos que auxiliaram na compreensão. Descritiva porque foram levantados dados que foram observados de forma sistemática para que servissem de base para gerar respostas satisfatórias e com isso fossem concretizados os objetivos propostos.

A pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver maiores informações sobre o assunto a ser investigado, facilitando a delimitação do tema, fixação dos objetivos e a formulação de hipóteses. Assume, em geral, pesquisas bibliográficas e estudos de casos (FREITAS; PRODANOV, 2013). Os autores também explicam o conceito de pesquisa descritiva:

> Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 52).

Quanto aos procedimentos técnicos, essa pesquisa foi um estudo de caso. Na pesquisa foi avaliado, no caso da empresa estudada, qual método foi mais vantajoso economicamente: JCP ou Distribuição de Lucros. Isso ocorreu com uma aplicação prática sobre os dados fornecidos pelos relatórios contábeis em conjunto com o estudo aprofundado sobre o JCP e a Distribuição de Lucros. O estudo foi realizado em uma empresa localizada na cidade de Santa Maria, prestadora de serviços e enquadrada no lucro real. A atividade principal da empresa é cartão de descontos.

Gil (2022) destaca que o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Martins (2008) explica que um caso poderá ser significativo quando for escolhido em função de uma possível comparação entre duas teorias concorrentes que expliquem as questões orientadas do estudo. Yin (2015) complementa que um estudo de caso permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real, como por exemplo, os processos organizacionais e administrativos, relações internacionais e até mesmo a maturação das indústrias.

A coleta de dados ocorreu de forma documental na empresa, através de relatórios fornecidos pela contabilidade, a fim de recolher os dados necessários para que fosse possível fazer a conclusão correta de qual método foi o mais rentável. A pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, o que a diferencia é a que a documental engloba também os documentos que não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008). O autor também explica que existem documentos de primeira mão e os de segunda mão. O primeiro é quando o documento não recebeu nenhum tratamento analítico (cartas, contratos etc.), o segundo é quando de alguma forma já foram analisados, exemplo disso são relatórios de pesquisa (GIL, 2008).

Quanto a análise de dados, o mecanismo utilizado foi a análise de conteúdo. A pesquisa analisou os dados obtidos através dos documentos, relatórios e demais informações reunidas, com isso buscou encontrar a solução para o problema. Por conseguinte, foi descrito todo o processo utilizado para chegar até a resposta.

Zamberlan et al. (2019) descreve que a análise de conteúdo pode ser aplicada tanto na pesquisa quantitativa como qualitativa, sendo que na qualitativa o que serve de informação é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é levado em consideração. Ademais, Triviños (1987) define que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas. A classificação de conceitos, codificação,

caracterização etc. são indispensáveis no método citado, e estes se tornam inúteis se o pesquisador não possuir amplo campo de clareza teórica.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A empresa ambiente de estudo desta pesquisa é uma empresa prestadora de serviço que sua atividade principal é a venda de cartões de descontos para área da saúde, localizada no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria. É uma empresa de médio porte tributada pelo lucro real trimestral e possui atualmente 46 funcionários. Ela possui dois sócios pessoas físicas em que cada um é detentor de 50% das quotas sociais.

A empresa forneceu o Contrato Social, Balanço Patrimonial referente ao ano de 2022, Demonstração do Resultado do Exercício e o Balancete de Verificação correspondente ao primeiro trimestre do ano de 2023. A partir destes dados é que se desenvolveram os cálculos da pesquisa, que serão demonstrados em seguida.

3.2 ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nas informações obtidas na empresa objeto de estudo, foi feita a análise de dados utilizando planilhas para examinar os demonstrativos contábeis e seguindo as normas e regulamentações atuais para calcular o JCP, considerando-o como despesa financeira. Posteriormente, os resultados dos DREs elaborados pela empresa foram comparados com os resultados desta análise, com o objetivo de determinar se a contabilização dos JCP resulta em vantagens econômico-tributárias em comparação com a distribuição de lucros.

Primeiramente, apurou-se a TJLP, Taxa de Juros de Longo Prazo, pro rata dia para contabilização do JCP. Como as Taxas de Juros de Longo Prazo são anuais, deverá ser feito o ajuste pro rata dia para a realização do cálculo dos juros. Dessa forma, as taxas de juros divulgadas pelo Banco Central do Brasil no primeiro trimestre de 2023 foi de 7,37% a.a., no segundo trimestre foi 7,28% a.a., no terceiro trimestre foi 7,00% a.a. e no quarto trimestre foi 6,55% a.a. Dessa forma, a partir dos dados citados anteriormente será feito o cálculo da Tabela 1:

Tabela 1 - Demonstrativo do Cálculo da TJLP

TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO			
pro rata dia			
Valores referente ao ano de 2023			
TRIMESTRE	**% a.a.**	**CÁLCULO**	
1º trimestre: janeiro a março	7,37%	(1+0,0737)^(1/12)	1,00594347841
2º trimestre: abril a junho	7,28%	(1+0,0728)^(1/12)	1,00587318432
3º trimestre: julho a setembro	7,00%	(1+0,07)^(1/12)	1,00565414538
4º trimestre: outubro a dezembro	6,55%	(1+0,0655)^(1/12)	1,00530101530

Fonte: Desenvolvido pela autora (2024).

A partir do cálculo da Tabela 1, foi transformada a taxa anual para mensal, e após foi feito o cálculo da taxa do trimestre. A acumulação da taxa mensal dos primeiros três meses, ou seja, de janeiro a março, compõe a taxa do primeiro trimestre. Dessa forma, para melhor compreensão do cálculo, ele será demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Demonstrativo do Cálculo da TJLP do 1º trimestre de 2023

TRIMESTRE	ACUMULAÇÃO	TAXA DO TRIMESTRE
1º trimestre: janeiro a março	1,00594347841 x 1,00594347841 x 1,00594347841 =	1,01793661998982 - 1 = 0,0179 x 100% = **1,79%**

Fonte: Desenvolvido pela autora (2024).

Dessa forma, a taxa do primeiro trimestre do ano de 2023 corresponde a 1,79%, conforme demonstrado na Tabela 2. Após encontrar a TJLP, ela será aplicada sobre as contas do patrimônio líquido da empresa para obter o valor do JCP.

Em seguida, fez-se o cálculo do JCP da empresa. Conforme cita a Lei nº 9249/1995, compõem a base de cálculo dos juros as seguintes contas do patrimônio líquido: capital social integralizado, reservas de capital, reservas de lucro – exceto a reserva de incentivo fiscal -, ações em tesouraria e lucros ou prejuízos acumulados. Como a empresa em questão é optante pelo lucro real trimestral, será demonstrado na tabela 3 o cálculo do JCP do primeiro trimestre do ano de 2023:

Tabela 3 - Demonstração do Cálculo do JCP

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2022		VALOR
Capital Social Integralizado	R$	300.000,00
Reservas de Capital	R$	-
Reservas de Lucro	R$	-
Ações em Tesouraria	R$	-
Lucros Acumulados	R$	15.816.166,36
Prejuízos Acumulados	R$	-
Base de Cálculo	R$	16.116.166,36
TJLP pro rata dia 1º trimestre de 2023		1,79%
Valor do JCP referente ao 1º trimestre de 2023	**R$**	**288.479,38**

O limite de dedutibilidade do JCP não poderá exceder: 50% do lucro líquido correspondente ao período-base do pagamento ou crédito dos juros, antes da provisão para o IR e da dedução do JCP, ou, 50% dos saldos de lucros acumulados de período anteriores (IN SRF Nº 11/1996).

- Lucro Líquido do período-base (DRE 1º trimestre de 2023): 2.076.772,29 * 50% = R$ 1.038.386,14.
- Lucro Acumulado dos períodos anteriores: 15.816.166,36 * 50% = R$ 7.908.083,18.

Fonte: Desenvolvido pela autora (2024).

Conforme demonstrado na Tabela 3, o valor do JCP calculado da empresa é R$ 288.479,38, neste caso o valor é menor do que o limite de 50% do lucro líquido do período base como também dos lucros acumulados dos períodos anteriores, desta forma verifica-se que nessas condições o JCP é dedutível da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Após, será demonstrado na Tabela 4, o resultado para a empresa com o reconhecimento do JCP e sem o reconhecimento dele.

Tabela 4 - Demonstrativo da economia tributária com a utilização do JCP para a Empresa Pagadora

1º TRIMESTRE 2023	RESULTADO COM JCP		RESULTADO SEM JCP	
Lucro Líquido antes dos Juros, IRPJ e CSLL	R$	2.076.772,29	R$	2.076.772,29
(-) JCP	R$	288.479,38	R$	-
Base de Cálculo IR e CSLL	**R$**	**1.788.292,91**	**R$**	**2.076.772,29**
IR devido (15%)	R$	268.243,94	R$	311.515,84
CSLL devida (9%)	R$	160.946,36	R$	186.909,51
IR devido adicional (10%)	R$	172.829,29	R$	201.677,23
Lucro Líquido do Período	R$	1.186.273,32	R$	1.376.669,71
Total de impostos pagos	R$	602.019,59	R$	700.102,58
Econômia Tributária com JCP	**R$**			**98.082,99**

Fonte: Desenvolvido pela autora (2024).

Fica evidenciado na Tabela 4 que o lucro líquido do período do primeiro trimestre do ano de 2023 com o reconhecimento do JCP foi de R$ 1.186.273,32 e sem o reconhecimento dele o lucro líquido subiu para R$ 1.376.669,71, ou seja, uma redução de R$ 190.396,39 com o reconhecimento. Isso ocorreu

devido ao JCP ser reconhecido como uma despesa financeira, desta forma sendo deduzido da base de cálculo do IR e CSLL. Em contrapartida, o reconhecimento do JCP ocasionou em uma redução no pagamento do IR e CSLL em reais de 98.082,99 para a empresa pagadora.

A partir disso, será demonstrado como ficará a distribuição dos rendimentos para os sócios com o lançamento do JCP e sem o lançamento dele, através da Tabela 5. Cada sócio é detentor de 50% das quotas sociais da empresa.

Tabela 5 - Demonstrativo da Maximização dos Rendimentos com a utilização do JCP para os sócios

DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS		COM JCP		SEM JCP
Lucro Líquido do Período	R$	1.186.273,32	R$	1.376.669,71
Rendimento JCP	R$	288.479,38	R$	-
(-) IRRF 15% sobre JCP	R$	43.271,91	R$	-
Valor total a Distribuir	R$	1.431.480,79	R$	1.376.669,71
Valor para cada sócio - 50%	R$	715.740,40	R$	688.334,86
MAXIMIZAÇÃO DE RESULTADOS COM JCP PARA CADA SÓCIO	**R$**			**27.405,54**

Fonte: Desenvolvido pela autora (2024).

Fica evidenciado na Tabela 5 que a inclusão do JCP ocasionou um aumento de R$ 27.405,54 nas distribuições dos rendimentos para cada sócio em comparação sem a inclusão dele. A Lei 9249/1995 menciona em seu artigo 9º parágrafo segundo que “os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário”, por isso a referida Tabela evidenciou a dedução de 15% de IR sobre os juros a serem distribuídos aos sócios. Porém, mesmo com a retenção, houve uma maximização na distribuição dos resultados. Desta forma, a inclusão do JCP é bastante significativa tanto para a empresa como para os sócios, pois reduziu o pagamento dos impostos para a empresa, conforme evidenciou a Tabela 4, e aumentou o retorno financeiro para os dois sócios, de acordo com a Tabela 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou evidenciar se existe economia tributária no que se refere a utilização do JCP em comparação com a distribuição de lucros, através de um estudo de caso, em uma empresa prestadora de serviços, optante do lucro real trimestral, localizada na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul.

A partir das informações obtidas com base nos relatórios oferecidos pela empresa, buscou-se analisar sob duas alternativas diferentes, uma com a utilização do JCP, reconhecendo-o como uma despesa financeira, e outra sem a utilização dele. E com isso analisando a variação tributária que ocorreu.

Dessa maneira, pode-se observar duas variações que ocorreram. A primeira delas é sem a utilização do JCP, onde há apenas a distribuição dos lucros. Tal fato ocasionou um aumento no lucro líquido do primeiro trimestre de 2023, porém não reduziu a carga tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para a empresa objeto de estudo da pesquisa.

A segunda variação observada, foi com a utilização do JCP reconhecido como despesa financeira, dessa forma sendo deduzida da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Essa ocasionou uma diminuição do lucro líquido do período, porém, houve uma redução na carga tributária dos impostos sobre o lucro, IRPJ e CSLL, como também maximizou os rendimentos distribuídos aos sócios em comparação a distribuição dos lucros somente.

Ao que se refere ao objetivo geral dessa pesquisa como também os específicos, ambos foram alcançados, pois a pesquisa constatou que há vantagem econômica tributária na utilização do JCP para a empresa remuneradora, como também possibilitou a maximização dos resultados distribuídos aos sócios. Dessa forma, o JCP é uma estratégia tributária como meio de redução dos impostos incidentes sobre o lucro, para a empresa objeto de estudo da pesquisa.

Em suma, neste estudo evidenciou que o JCP é uma boa opção para a empresa, pois reduz o ônus tributário relacionado aos lucros e possibilitou um aumento na distribuição dos resultados aos sócios. Vale ressaltar a importância do planejamento tributário como mecanismo de redução da carga tributária, como também ficar atento aos limites legais para que isso seja possível. A maior limitação deste estudo foi verificar a taxa de juros de longo prazo, visto que o BACEN divulga ela a cada trimestre, porém equivalente ao ano, desta forma sendo necessária a conversão para o período. Para futuras pesquisas sobre o assunto, fica a sugestão de verificar se as empresas privadas tributadas pelo regime Lucro Real possuem o conhecimento da existência do JCP como forma de economia tributária, como também verificar se está dentro dos limites legais.

REFERÊNCIAS

AREND, L. R.; GRECO, A. L. Contabilidade: teoria e prática básicas. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____.Taxa de Juros a Longo Prazo. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>. Acesso em 20 de maio de 2024.

BRASIL. Instrução Normativa SRF nº 011, de 21 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas a partir do ano-calendário de 1996. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=13034&visao=anotado >. Acesso em 23 de maio de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1966.

BRASIL. Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1976.

BRASIL. Lei nº 9249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1995.

BRASIL. Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providencias. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CREPALDI, G. S.; CREPALDI, S. Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

CREPALDI, S. Planejamento tributário: teoria e prática. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7ª. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.

GIL, A. C. Como fazer pesquisa qualitativa. 1ª. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, R. A. C.; SILVA, F. M. Planejamento tributário [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Sagah, 2017.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. Metodologia da pesquisa: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. Técnicas de pesquisa. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. 13ª. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2ª. ed. Grupo GEN, 2008.

PADOVEZE, C. L. et al. Contabilidade e gestão tributária: Teoria, prática e ensino. São Paulo: Cengage, 2017.

POHLMANN, M. C. Contabilidade tributária. 2ª. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2024.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade geral fácil. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, O. M.; PINTO, M. A. Introdução à contabilidade tributária. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SOUZA, E. P. Contabilidade tributária: aspectos práticos e conceituais. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Capítulo 5

10.37423/241009413

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DOS SINTOMAS ADVINDOS DO JET LAG PARA COMPANHIAS AÉREAS

EDNA GHIORZI VARELA PARENTE — *FACULDADE DE TECNOLOGIA AEROTD*

ELISETE DAHMER PFITSCHER — *UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA*

JADNA NARA HERBST VIEIRA PARENTE — *CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTACIO DE SÁ*

FABRICIA SILVA DA ROSA — *UNIVERSIDDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA*

VITOR ANTUNES DE SOUZA — *FACULDADE DE TECNOLOGIA AEROTD*

Resumo: O estudo aborda o Jet Lag na aviação, um distúrbio temporário causado pela mudança de fuso horário durante viagens transcontinentais, que resulta em sintomas como mal-estar, fadiga, diminuição do desempenho mental e físico, mudanças de humor, problemas digestivos, dores e infecções devido à redução da imunidade. As queixas e desconfortos associados ao Jet Lag afetam a experiência dos passageiros e da tripulação em voos de longa distância e a eficiência das companhias aéreas, evidenciando a necessidade de estratégias eficazes para mitigar esses sintomas. Neste estudo o objetivo foi identificar as estratégias de gerenciamento e intervenção desenvolvidas pelas companhias aéreas para mitigar os sintomas do Jet Lag. A metodologia utilizada foi de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e descritiva. Incluiu uma pesquisa bibliográfica e uma revisão da literatura para identificar os sintomas do Jet Lag e as estratégias organizacionais sugeridas para mitigá-los. O estudo revelou uma lista detalhada dos sintomas associados ao Jet Lag e identificou várias estratégias para minimizá-los. Constatou-se que as companhias aéreas adotam diversas intervenções para enfrentar sintomas como fadiga, diminuição do desempenho mental e físico, mudanças de humor, problemas digestivos, dores e infecções. O estudo também mostrou que as estratégias apresentadas pelas companhias aéreas são variadas e, quando implementadas de forma integrada, podem criar um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para os tripulantes de companhias aéreas, minimizando os efeitos adversos do Jet Lag e garantindo a manutenção da segurança operacional.

Palavras-chave: Jet Lag; sintomas; aviação; estratégias de mitigação.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa examina o Jet Lag e as estratégias implementadas pelas companhias aéreas para minimizar seus sintomas. Neste capítulo apresentamos a contextualização do estudo, a pergunta de pesquisa, os objetivos, a justificativa do tema proposto e delimitação do estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

As primeiras companhias aéreas surgiram nas primeiras décadas do século XX e cresceram devido a sua capacidade de fornecer velocidade na entrega de bens e no transporte de pessoas. Smith (2002) observa que o avanço da tecnologia, os recursos governamentais, o incentivo da iniciativa privada e a visão de indivíduos pioneiros contribuíram para uma revolução no comércio global com o desenvolvimento da aviação. Nesse contexto, destacam-se as viagens transcontinentais.

Entretanto, as viagens de longa distância, conhecidas como transcontinentais, frequentemente desencadeiam o fenômeno denominado Jet Lag . Os sintomas do Jet Lag estão presentes na vida de pessoas que realizam viagens transcontinentais. É uma condição transitória resultante do desalinhamento do ciclo circadiano, geralmente provocada por mudanças de fuso horário em viagens que cruzam pelo menos dois fusos horários. Como exemplo, pode-se citar um estudo na área do atletismo que investigou viagens de longa distância e observou que os atletas manifestam sintomas do Jet Lag, como desgaste físico, psicológico, alterações no trato gastrointestinal e no padrão de sono, diretamente relacionados ao fenômeno (Waterhouse et al., 2007). O autor registrou a observação de um atleta que, após viajar da Inglaterra para a Austrália, afirmou: “I do not suffer from Jet Lag, only with difficulties in sleeping” (atleta olímpico inglês, 2007) . Apesar de o atleta negar os efeitos do Jet Lag, ficou clara a dificuldade de dormir, sendo este um dos sintomas.

O Jet Lag desregula o ciclo natural de cerca de 24 horas, que coordena processos fisiológicos como sono, alimentação, liberação de hormônios e temperatura corporal, entre outros. Essa desregulação ocorre devido à rápida travessia de múltiplos fusos horários em voos de longa distância, representando um desafio significativo para a aviação comercial e afetando tanto passageiros quanto tripulantes (Eastman; Burgess, 2009).

A aviação comercial, como um dos pilares fundamentais da conectividade global, desempenha um papel importante na interconexão econômica e cultural de nações. No entanto, este setor dinâmico e vital não está imune aos desafios inerentes à complexidade operacional e ao bem-estar dos

profissionais envolvidos. Em resposta a queixas e desconfortos associados às viagens transcontinentais, a aviação busca desenvolver estratégias eficazes para mitigar os efeitos do Jet Lag.

Dentro deste contexto, o Jet Lag emerge como elemento decisivo no bem-estar dos tripulantes, gerando uma interseção de preocupações que transcende o âmbito operacional e incide diretamente sobre a qualidade de vida e o bem-estar dos profissionais.

Concomitantemente, o Jet Lag se apresenta como um desafio significativo no universo da aviação. Esse fenômeno, estudado na cronobiologia (a ciência que investiga o relógio biológico), decorre da desregulação entre os ritmos biológicos internos e o novo ambiente de fuso horário ao qual o indivíduo é exposto, especialmente após viagens que cruzam múltiplos fusos horários (Eastman; Burgess, 2009).

De acordo com Reis et al. (2019), os sintomas associados ao Jet Lag incluem insônia ou hipersonia, fadiga, cefaleias, distúrbios gastrointestinais e comportamentais. Além desses sintomas, também se verificam dificuldades de concentração e irritabilidade, que comprometem tanto a performance operacional quanto a saúde física e mental dos tripulantes.

Os sintomas associados ao *Jet Lag* e seus reflexos na saúde das pessoas exigem estratégias de mitigação, tanto por parte dos viajantes quanto das organizações. Logo, neste estudo, investigamos as estratégias desenvolvidas pelas companhias aéreas para mitigar os efeitos do *Jet Lag*. É importante destacar que, segundo Chandler (1962), estratégia é definida como o delineamento do crescimento — ou seja, o plano de alocação dos recursos que está alinhado com a demanda esperada. Portanto, a demanda esperada refere-se à mitigação dos sintomas do *Jet Lag* por meio de estratégias de gerenciamento e intervenção implementadas pelas companhias aéreas estudadas, bem como a perspectiva da tripulação que responde a essas medidas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), o *Jet Lag* pode gerar sintomas que comprometem tanto a segurança de voo quanto a saúde a longo prazo dos indivíduos envolvidos na aviação. Czeisler e Lockley (2020) ressaltam a importância de implementar estratégias de mitigação para minimizar os efeitos adversos do *Jet Lag*. A estratégia organizacional é descrita como “a arte do general” e refere-se ao conjunto de decisões estabelecidas e à sequência de ações administrativas que formam um todo interdependente, direcionado a um caminho específico de decisões (Oliveira, 2004).

Diante das consequências provocadas pelo padrão irregular e desordenado do ciclo sono-vigília, que pode resultar em insônia, sonolência excessiva e cochilos em qualquer hora do dia ou da noite, a estratégia de mitigação visa atenuar esses e outros efeitos.

Como estratégia para mitigar os sintomas do *Jet Lag*, que incluem fadiga, sonolência, diminuição no desempenho de tarefas, queda no desempenho físico, mudanças de humor, problemas digestivos, dores, mal-estar e comprometimento da imunidade, conforme descrito por Silvério (2000), é essencial adotar medidas que abordem essas questões no contexto das atividades dos profissionais da aviação. Mendonça (2019) destaca que as companhias aéreas podem adotar várias estratégias, como desenvolver treinamentos e programas de conscientização, garantir períodos adequados de descanso entre jornadas de trabalho, incentivar a prática de exercícios físicos e promover a alternância de escalas de horário.

1.1.1 PERGUNTA DE PESQUISA

O que é o *Jet Lag*, quais são seus sintomas e quais as estratégias organizacionais adotadas pelas companhias aéreas para mitigar os desconfortos associados? O período abrangeu o primeiro semestre de 2024.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar as estratégias para mitigar os sintomas do *Jet Lag* no âmbito das companhias aéreas.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Averiguar os sintomas advindos do *Jet Lag* que refletem negativamente na vida profissional dos tripulantes oriundas de viagens transcontinentais;

b) Relacionar as consequências advindas dos sintomas do *Jet Lag*; e

c) Levantar as possíveis estratégias de intervenção sugeridas às companhias aéreas para mitigar os sintomas do *Jet Lag*.

1.3 JUSTIFICATIVA

A aviação comercial, como um dos pilares da conectividade global, desempenha um papel crucial na interconexão econômica e cultural entre nações. No entanto, este setor vital não está imune aos desafios inerentes à complexidade operacional. Neste sentido, há necessidade de preparar a organização para não pensar somente na máquina e manutenção, mas também nos passageiros e nos tripulantes e nos riscos potenciais advindos do *Jet Lag*. Dentro desse contexto, é essencial desenvolver um plano adequado que considere tais riscos e priorize as ações necessárias para mitigá-los. Portanto,

é importante ter a consciência de que mitigar riscos é concentrar-se na inevitabilidade. Trata-se de uma preocupação premente, visto que tripulantes, por exemplo, frequentemente, são confrontados com escalas variáveis, longas jornadas de voo e desafiantes turnos de trabalho (Czeisler *et al.*, 2017).

O *Jet Lag* resulta da dificuldade do corpo em se ajustar rapidamente a um novo ciclo de luz e escuridão, que é determinado pela posição geográfica do destino. Isso afeta o ritmo circadiano, que controla os padrões de sono e vigília, bem como desestabiliza funções fisiológicas importantes. Como resultado, os viajantes muitas vezes experimentam sintomas como insônia, sonolência diurna, fadiga, irritabilidade e dificuldade de concentração (Mendonça, 2019).

O *Jet Lag* manifesta-se por uma variedade de sintomas, incluindo distúrbios no sono e no apetite, dificuldades de concentração e irritabilidade, comprometendo tanto a performance operacional quanto a saúde física e mental dos tripulantes (Rosekind, 2010; Eastman; Burgess, 2009).

As viagens trans meridianas, também conhecidas como viagens através de fusos horários, referem-se a deslocamentos geográficos que cruzam múltiplos fusos horários. Esse tipo de viagem é comum em voos que atravessam longas distâncias de leste a oeste ou vice-versa, como em itinerários que abrangem continentes ou oceanos. O fenômeno mais proeminente associado a essas viagens é o *Jet Lag*, que ocorre devido ao descompasso entre o relógio biológico interno do indivíduo e o novo fuso horário em que ele se encontra (Mendonça, 2019).

Ao refletir sobre a questão, é possível inferir que essa condição pode ter implicações significativas no bem-estar e no desempenho dos indivíduos, especialmente em contextos profissionais que exigem alta performance. Portanto, compreender e desenvolver estratégias eficazes para minimizar os efeitos do *Jet Lag* é de grande importância para profissionais que frequentemente se submetem a viagens trans meridianas, como tripulantes de companhias aéreas.

A análise das implicações do *Jet Lag* e das estratégias de mitigação neste estudo é restrita ao setor aeronáutico. Justifica-se a escolha deste enfoque por sua intenção de compreender como as estratégias aplicadas no ambiente da aviação podem ajudar a mitigar os efeitos do *Jet Lag*.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

Alguns dos sintomas identificados como resultantes das alterações no ritmo biológico devido a viagens são diretamente atribuídos ao *Jet Lag*, que se manifesta como uma condição fisiológica decorrente dessas mudanças no ciclo circadiano. Ocorre uma mistura de cansaço e outros sintomas após uma viagem que cruza diferentes fusos horários. Essas alterações afetam o funcionamento do organismo,

que está programado para um ciclo de 24 horas. A mudança de fuso horário confunde o ritmo biológico, levando a problemas físicos devido à desregulação do ciclo circadiano (Balbisi, 2014)

Este estudo se concentrou em compreender a definição de *Jet Lag*, abordando questões relevantes relacionadas aos sintomas experimentados pelos tripulantes, devido à importância crítica de seus papéis na operação de aeronaves e à sua exposição direta a problemas fisiológicos. Ao viajar para destinos com grandes diferenças de fuso horário, é quase certo que se enfrentará alguns sintomas de *Jet Lag*. Diante deste problema, buscou-se conhecer as estratégias que as companhias apresentam como forma de minimizar esses sintomas.

Com base nessas informações, esta pesquisa está delimitada pela definição de *Jet Lag* e suas estratégias de mitigação pelo ambiente da aviação civil brasileira.

Este estudo está dividido em 5 partes, que abordam de maneira detalhada o tema do *Jet Lag* e suas implicações na aviação. A Introdução contextualiza o problema, formulando uma pergunta de pesquisa que norteia o estudo, e define os objetivos gerais e específicos, além de apresentar a justificativa e a delimitação do trabalho, estabelecendo seu escopo. A Fundamentação Teórica explora a relação entre a aviação, os tripulantes, o ciclo circadiano e o *Jet Lag*, detalhando as estratégias de gerenciamento e intervenção eficazes para mitigar os efeitos do *Jet Lag*, bem como o uso de fármacos para minimizar seus impactos. Em seguida, os Procedimentos Metodológicos descrevem o tipo de pesquisa realizada, detalhando a natureza, abordagem e objetivos, além de definir o ambiente e os sujeitos da pesquisa, os procedimentos para coleta de dados e a análise dos mesmos. Os Resultados e Discussão analisam os sintomas do *Jet Lag* após viagens trans meridianas e as estratégias de mitigação adotadas pelas companhias aéreas, culminando com uma discussão aprofundada. Finalmente, as Considerações Finais oferecem recomendações para futuros estudos, destacando possíveis direções para a continuidade da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, discutimos as definições de *Jet Lag*, começando pelas adversidades físicas enfrentadas pelos tripulantes em seu ambiente de trabalho e os sintomas relacionados ao tema da pesquisa.

2.1 A AVIAÇÃO, OS TRIPULANTES, O CICLO CIRCADIANO E O *JET LAG*

A aviação civil, no contexto dos transportes, tornou-se uma área crucial, consolidando-se como um campo de atuação humana, social, científica e tecnológica de grande importância. Esse setor exige

uma constante atualização devido à expansão da malha aeroviária e às responsabilidades atribuídas a todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, ao longo de toda a cadeia produtiva — desde a fabricação até a operação e o emprego das aeronaves. O desafio histórico e contínuo desse campo tem sido garantir a segurança de voo (Parente *et al.*, 2023).

Apesar de todos os avanços proporcionados pela evolução da ciência aeronáutica, o papel do trabalhador humano continua sendo fundamental para a aviação (Akerstedt *et al.*, 2007). Os membros da tripulação, seres humanos com suas limitações, são essenciais para a prestação e execução dos serviços aéreos em todas as suas áreas (Caldwell *et al.*, 2009). Sua atuação é particularmente crucial para a supervisão e a tomada de decisões rápidas diante de variáveis imprevistas, além de situações envolvendo falhas de sistemas e erros causados por múltiplos fatores (Czeisler *et al.*, 2017).

Uma variedade de elementos merece análise quando se trata do processo de saúde-doença. As condições ambientais enfrentadas pelos tripulantes incluem oscilações de temperatura, pressão e níveis de ruído, entre outras. Embora cada um desses aspectos possa, isoladamente, afetar a saúde, sua combinação pode ter um impacto ainda mais prejudicial, agravando o desconforto e a deterioração do bem-estar dos tripulantes (Palma, 2002).

Os afastamentos com duração inferior a 15 (quinze) dias são comumente denominados de dispensa médica nas companhias aéreas. Um levantamento conduzido pelo Sindicato Nacional de Aeronautas revelou que a principal razão para as dispensas médicas está relacionada a problemas auditivos (Sindicato Nacional dos Aeronautas, 2015). Da mesma forma, os horários de trabalho e sua correlação com a qualidade do sono emergem como um fator determinante na preservação da saúde.

Sabe-se que a necessidade de descanso varia de pessoa para pessoa, com algumas exigindo períodos mais longos e outras, mais curtos. No entanto, a qualidade desse repouso desempenha um papel importante no bem-estar do indivíduo. É especialmente vital adotar uma abordagem proativa na operação aérea, uma vez que os operadores de aeronaves não têm meios de controlar os períodos de sono de seus colaboradores (Oxford Aviation Academy, 2008).

Considerando a individualidade biológica de cada ser humano, é imperativo reconhecer que a resposta ao fenômeno do *Jet Lag* pode variar significativamente. Surge, assim, a necessidade de identificar se o período de adaptação do ciclo circadiano ao novo ambiente varia de pessoa para pessoa, o que implica diferentes prazos para o retorno à normalidade. Rosekind *et al.* (1994) sugerem que durante a fase de adaptação os sintomas do *Jet Lag* se manifestam com maior intensidade. Adicionalmente,

os autores indicam que os sintomas estão diretamente relacionados tanto com a direção da viagem quanto com a sua duração.

De acordo com Silvério (2000) e em consonância com Reis *et al.* (2019), podem ocorrer os seguintes sintomas:

a) fadiga e sonolência durante o período diurno, além de insônia noturna;

b) diminuição do desempenho mental em tarefas que requerem atenção;

c) diminuição do desempenho físico, de resistência ou de movimentos precisos;

d) mudança de humor, que altera as relações interpessoais e a motivação;

e) problemas digestivos, como perda de apetite, indigestão ou náuseas;

f) dores de cabeça, confusão mental e mal-estar geral; e

g) infecções recorrentes e diminuição da imunidade.

Ao analisar os efeitos e sintomas do *Jet Lag*, também é fundamental considerar a orientação da viagem, ou seja, se envolve deslocamento para leste ou para oeste, cruzando diferentes meridianos e fusos horários. Para entender melhor os efeitos do *Jet Lag*, foram consultados estudos relevantes, como os de Garcia, Carrapato e Correia (2017), Fischer (2005), Ellenbogen (2005), Silvério (2003) e Akerstedt (2004), entre outros, que discutem suas consequências.

A fadiga advinda do *Jet Lag* representa um desafio significativo para as tripulações, sendo um fator que contribui para a ineficiência e insuficiência em termos de segurança operacional (Garcia; Carrapato; Correia, 2017).

A capacidade mental pode ser afetada pelo *Jet Lag,* com diminuição do desempenho da memória, da capacidade de percepção e da velocidade de processamento de informações (Fischer, 2005).

A falta de sono provoca prejuízos substanciais no desempenho físico e no cognitivo. As tarefas cognitivas complexas e as com um componente substancial de vigilância sofrem redução da eficiência não somente cognitivo, mas também físico devido ao *Jet Lag* (Ellenbogen, 2005).

As alterações de humor e o aumento da irritabilidade podem provocar conflitos entre tripulantes. Por este motivo, os responsáveis devem procurar promover a coesão do grupo, e reduzir os riscos de conflitos interpessoais (Silvério, 2003).

Os sintomas associados ao *Jet Lag*, como perturbações gastrointestinais, perda de apetite, indigestão, dores de cabeça e náuseas, afetam negativamente a performance dos colaboradores (Silvério, 2003).

Akerstedt (2004) afirma que os ritmos circadianos apresentam variações sutis de pessoa para pessoa, principalmente à medida que estas envelhecem. Portanto, presume-se que a idade exerce uma influência no agravamento dos sintomas provocados pelo *Jet Lag*.

Os ritmos biológicos são inerentes à natureza humana, guiando ajustes em conformidade com os ciclos ambientais e classificam-se em circadianos, ultradianos (aqueles que duram menos de um dia, ou seja, que se repete mais de uma vez durante um período de 24 horas) e infradianos (aqueles que duram mais de 28 horas, ou seja, mais do que um ciclo circadiano). Assim, fazem parte do ciclo infradiano aquelas ações do organismo que são repetitivas, mas que não ocorrem diariamente (Menna-Barreto; Wey, 2007).

Ao enfrentar mudanças abruptas de turnos, resultando em reorganizações nos momentos designados para o repouso, o indivíduo experimenta os efeitos da chamada "dessincronização interna", que provoca modificações em ritmos biológicos como o ciclo vigília-sono e a temperatura corporal (Menna-Barreto; Wey, 2007).

Nas viagens que cruzam meridianos, onde os períodos de trabalho e descanso não são claramente definidos, essa exposição é acentuada. O fenômeno, conhecido como *Jet Lag*, se manifesta através de sintomas como desconforto, fadiga e dificuldade para dormir, entre outros (Duffy *et al.*, 1996 *apud* Mello, 2009).

De acordo com Arendt (1995), o padrão circadiano de produção de melatonina normalmente tem início tarde da noite, coincidindo com o início da sonolência e a queda da temperatura corporal, atingindo seu pico entre 02:00 e 04:00 da manhã.

O relógio biológico do organismo humano é sintonizado pelo ciclo claro/escuro induzido pelos turnos. Esse ciclo exerce influência direta na liberação de melatonina, que, por sua vez, regula a temperatura corporal. À medida que a liberação de melatonina aumenta, ocorre uma correspondente diminuição da temperatura corporal central. Durante a fase de sono, os valores da temperatura central declinam, atingindo seu mínimo por volta das 04:00 da manhã e alcançando seu máximo às 18:00, momento conhecido como "acro fase" (Menna-Barreto; Wey, 2007).

Vários fatores estão relacionados ao desempenho do indivíduo em conexão com o ciclo circadiano, como o tempo de reação, a coordenação psicomotora e o processamento cognitivo. Todos esses

elementos são cruciais para a atividade do piloto. Além dessas características influenciadas pelo ciclo circadiano, outros fatores também podem afetar o estado de alerta e o desempenho do piloto. Esses fatores incluem variações na temperatura corporal, na liberação de melatonina e no ciclo claro/escuro. Entre eles, destacam-se a carga de trabalho, o estresse psicológico, a motivação e o próprio cronotipo do indivíduo (Winget; Deroshia; Holley, 1985).

Do ponto de vista da fisiologia humana, o trabalho em turnos configura uma jornada de trabalho e descanso irregular, na qual o tripulante permanece acordado durante períodos em que o relógio biológico sinaliza a necessidade de sono. Quanto mais distante dos horários determinados pelo ciclo circadiano, mais desafiador se torna para o profissional descansar adequadamente em seu tempo livre. Por exemplo, os tripulantes de cargas noturnas na aviação muitas vezes enfrentam dificuldades para descansar satisfatoriamente durante o dia que antecede o turno noturno. O relógio biológico está programado para atividades diurnas e descanso noturno, e a adaptação a uma inversão tão rápida é uma tarefa complexa (Rondanelli *et al.*, 2011).

Fatores biológicos têm um papel decisivo na determinação do estado de alerta e sonolência. Durante o dia, a elevação da temperatura corporal, da frequência cardíaca e da pressão arterial contribuem para o aumento do desempenho e da atenção. À noite, a queda desses mesmos parâmetros, juntamente com a redução do cortisol, está associada ao sono biológico normal (Menna-Barreto; Wey, 2007).

A importância do sono restaurador transcende o bem-estar individual, sendo crucial para a segurança operacional e a manutenção dos níveis de alerta. Diversos fatores podem impactar a qualidade do sono, levando a interrupções que comprometem a capacidade de restaurar funções específicas do sistema neurológico humano. A privação desse repouso pode resultar em sinais de sonolência, fadiga e flutuações de humor (Carmo, 2013 *apud* Pellegrinelli *et al.*, 2015).

Baseando-se em evidências científicas que indicam não haver nenhum método capaz de substituir os efeitos restauradores do sono para o corpo humano, a única solução é, de fato, dormir. Tão vital quanto alimentar-se ou manter-se hidratado, a garantia de períodos adequados de descanso é imperativa para a manutenção das condições físicas necessárias para qualquer atividade. Especificamente no contexto da operação de aeronaves, a ausência de repouso adequado pode impactar significativamente o desempenho dos tripulantes, tornando-o vulnerável a episódios incontroláveis de sonolência (Richard, 2008 *apud* Vendramin, 2018).

Segundo Helmreich (1998), é inegável que o ser humano está sujeito ao erro em qualquer atividade que desempenhe, e tal probabilidade aumenta consideravelmente em situações de estresse ou sobrecarga de trabalho.

O estresse ocupacional, desencadeado pelo dinamismo e pelas elevadas demandas de produtividade no ambiente corporativo, exerce uma série de consequências negativas na saúde e bem-estar do indivíduo. Portanto, é crucial abordar esse tema nas discussões, identificando suas fontes e implementando formas de tratamento para minimizar seus efeitos nos colaboradores. A compreensão dos sintomas associados ao estresse e das implicações de sua ocorrência é fundamental para promover um equilíbrio nas condições físicas e psicológicas do trabalhador, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento harmonioso das atividades na organização (Marçal, 2017).

O estresse não se limita apenas a um estado mental, pois pode desencadear uma série de riscos à saúde, afetando o sistema imunológico e contribuindo para o início e agravamento de diversas doenças. Transtornos mentais, ansiedade, depressão, doenças cardiovasculares, hostilidade, ataques cardíacos, dores de cabeça, dores nas costas e câncer são exemplos de condições adversas associadas, em parte, ao estresse crônico (Sharaf, 2011 *apud* Martins, 2018).

A exposição a níveis extremos de estresse pode resultar em lapsos de concentração, confusão mental e dificuldades ou ausência na tomada de decisões. Dado que a segurança operacional é imperativa nesse ambiente, as consequências dessa exposição podem ser verdadeiramente catastróficas.

2.2 ESTRATÉGIAS DE GERENCIA E INTERVENÇÃO EFICAZES PARA MITIGAR OS EFEITOS DO *JET LAG*

Voos transcontinentais frequentemente resultam em *Jet Lag*, afetando o desempenho tanto físico quanto ambiental. Assim, surge a necessidade de buscar métodos e estratégias eficazes para prevenir ou mitigar esses efeitos (Roenneberg, 2012). Estudos indicam que a adoção de técnicas como a exposição à luz natural em momentos adequados, ajustes graduais no horário de sono antes da viagem e a manutenção de uma boa hidratação podem ser úteis para minimizar os sintomas do *Jet Lag* (Waterhouse; Reilly; Atkinson, 1997; Sack *et al.*, 2007).

Além das técnicas que podem ter sido empiricamente desenvolvidas ao longo dos anos de observação do fenômeno do *Jet Lag*, hoje, com o avanço da ciência e o aprofundamento do conhecimento, é possível vislumbrar abordagens mais objetivas na redução e prevenção desses efeitos, conforme será posteriormente delineado. O tratamento tanto para o Transtorno do Trabalho em Turnos quanto para o *Jet Lag* segue o mesmo princípio, dada a similaridade das raízes do problema.

Essa abordagem é multifacetada, englobando diversas estratégias destinadas a alcançar ou manter algum grau de sincronização do ciclo circadiano, resultando em uma melhoria na qualidade do sono e no aumento da capacidade de alerta durante as horas de vigília. Nesse contexto, surge o questionamento acerca da eficácia dos métodos não-naturais, que se valem do uso de substâncias como drogas e fármacos, tais como hipnóticos, estimulantes, cafeína, melatonina e até mesmo álcool (Waterhouse; Reilly; Atkinson, 1997; Sack *et al.*, 2007). A utilização dessas substâncias pode proporcionar alívio momentâneo dos sintomas do *Jet Lag*; no entanto, é importante compreender que elas não erradicam o transtorno em si (Roenneberg, 2012).

Como discutido anteriormente, a fadiga é uma condição que está intrinsecamente associada tanto ao *Jet Lag* quanto ao *Shift Work* (em português, trabalho por turnos), resultando da desregulação do ciclo circadiano. Isso nos leva a refletir sobre como esquemas de trabalho inadequados podem ter um impacto significativo na saúde dos profissionais, especialmente aqueles da indústria da aviação, como os pilotos de linha aérea. Portanto, torna-se crucial implementar recursos que possam minimizar os efeitos adversos da fadiga.

Segundo Caldwell (1997), embora existam várias abordagens para lidar com esse problema, a solução de longo prazo reside em garantir um sono de qualidade, e a melhor maneira de alcançá-lo é por meio de escalas de trabalho bem estruturadas, que atendam às necessidades de repouso e permitam um descanso adequado aos trabalhadores (Haus; Smolensky, 2006). Com essa ideia em mente, algumas ferramentas genéricas para elaboração de escalas foram desenvolvidas em diversos setores afetados por esse problema, podendo ser potencialmente aplicadas na aviação. A seguir, serão brevemente apresentadas algumas delas.

A ferramenta desenvolvida pela Continental Airlines, uma empresa aérea que opera uma frota com mais de 330 aeronaves, empregando cerca de 4500 pilotos e realizando 2400 decolagens diariamente, é conhecida como Crew Resource (Recurso de Tripulação) (YU *et al.*, 2004). Esse modelo é composto por quatro módulos distintos: pessoal, férias, planejamento e treinamento. O módulo de pessoal abrange as horas de trabalho dos pilotos conforme as leis governamentais e contratuais, identifica ausências e excessos com base nas escalas de voo programadas e nos dados dos pilotos e planeja transferências ou alocações baseadas na escala futura do funcionário. Os outros módulos incorporam funcionalidades relacionadas a férias, treinamento, recursos disponíveis, novas contratações, entre outras.

Outra ferramenta importante é o TURNI (Abbink; Fischetti *et al.* 2005), concebida para o sistema de trens holandês da NS Reizigers, que opera 5000 horários de trem por dia e conta com mais de 3500 condutores distribuídos em 29 divisões de equipes. O propósito do TURNI é alocar os condutores em turnos de forma a cumprir as regulamentações do país e distribuí-los de maneira equitativa entre turnos considerados "bons" e "maus". O sistema também inclui penalidades para o excesso de agendamento de escala, múltiplas transferências, turnos noturnos e turnos de "encaixe". No entanto, alguns usuários relataram que a realocação dos turnos necessários devido a requisitos específicos pode ser mais trabalhosa do que a distribuição manual. A adoção dessas ferramentas pode ser extremamente benéfica para mitigar os efeitos da fadiga, proporcionando uma elaboração de escala que leva em consideração as complexidades do trabalho em turnos. No entanto, é importante destacar que esse desafio não se limita apenas aos tripulantes de voo, mas também afeta os passageiros, principalmente no contexto do *Jet Lag*.

Em um cenário ideal, todas as pessoas deveriam ter a oportunidade de obter a quantidade e a qualidade de sono necessárias para garantir a máxima performance. Infelizmente, existem diversas circunstâncias em que um sono adequado não é facilmente alcançado. Embora as regulamentações exijam que as empresas proporcionem condições para o descanso dos trabalhadores, algumas nuances, como o período do dia em que isso deve ocorrer, tornam esse descanso uma questão subjetiva. Mesmo que a escala de trabalho esteja em conformidade com as regulamentações em termos de quantidade de horas de descanso, isso não garante a qualidade do sono (Roenneberg, 2012).

Indivíduos que enfrentam insônia podem se beneficiar ao evitar grandes refeições, alimentos ricos em açúcar e cafeína antes do sono (Waterhouse; Reilly; Atkinson, 1997). É fundamental estabelecer uma rotina de sono, garantindo que o corpo comece a sinalizar a sonolência no mesmo horário todas as noites (Sack *et al.*, 2007).

A prática regular de exercícios físicos pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do sono e, consequentemente, para a redução da fadiga. Estudos apontam que a atividade física regular está associada a um aumento na eficiência do sono e na redução do tempo necessário para adormecer (Sherrill *et al.*, 1998). Porém é importante considerar o momento do dia em que o exercício é realizado, evitando atividades intensas nas horas que antecedem o repouso, pois exercícios vigorosos podem elevar os níveis de cortisol e adrenalina, dificultando o relaxamento e o início do sono (Youngstedt *et al.*, 1997).

Portanto, a combinação de estratégias, como a elaboração de escalas adequadas, exposição à luz e os cuidados com a rotina e a dieta, pode ser fundamental para minimizar os efeitos adversos da fadiga, tanto para os profissionais da aviação quanto para os passageiros. A exposição à luz natural, especialmente durante a manhã, pode ajudar a regular o ritmo circadiano, promovendo uma melhor qualidade do sono (Wirz-Justice, 2008). Além disso, manter uma dieta equilibrada, rica em nutrientes que promovem a produção de melatonina, como triptofano e magnésio, pode também contribuir para um sono mais reparador (Peuhkuri; Siikka; Laitinen, 2012).

Existem também avanços na tecnologia que podem auxiliar na mitigação do *Jet Lag.* Por exemplo, o uso de óculos de bloqueio de luz azul pode ser uma ferramenta eficaz para regular o ritmo circadiano. A luz azul é conhecida por influenciar a produção de melatonina, um hormônio importante para o ciclo sono-vigília (Wood *et al.*, 2013). Portanto, o uso de óculos que bloqueiam essa luz pode ajudar a promover um sono mais reparador e a reduzir os efeitos da fadiga.

Outra abordagem inovadora envolve o uso de aplicativos e dispositivos móveis que monitoram os padrões de sono e fornecem recomendações personalizadas. Essas tecnologias podem rastrear a qualidade do sono, a duração e a eficiência, e oferecer sugestões para melhorar os hábitos de sono. Alguns aplicativos, por exemplo, incluem funcionalidades de alarme inteligente, que acordam o usuário durante uma fase de sono mais leve, promovendo uma sensação de revitalização e alerta ao acordar (Hong *et al.*, 2017).

A introdução de dietas balanceadas e ricas em nutrientes específicos pode desempenhar um papel crucial na gestão da fadiga. Como a inclusão de alimentos ricos em triptofano, um aminoácido precursor da serotonina e melatonina, pode auxiliar na regulação do sono (Rondanelli *et al.*, 2011), da mesma forma, a moderação no consumo de cafeína e a escolha de alimentos de baixo índice glicêmico podem contribuir para a estabilidade dos níveis de energia ao longo do dia (Smith, 2002).

A implementação de programas de treinamento e conscientização sobre a sintomas do *Jet Lag* pode ser altamente benéfica para os profissionais da aviação. Esses programas podem incluir orientações sobre estratégias de sono adequado, técnicas de gerenciamento de estresse e informações sobre os efeitos da fadiga no desempenho cognitivo e físico. Ao promover a conscientização e o desenvolvimento de habilidades para lidar com a fadiga, as organizações podem capacitar seus profissionais a tomar decisões mais seguras e eficazes durante suas operações (Gander *et al.*, 2011).

Por fim, é valido também destacar a necessidade de uma abordagem holística para lidar com *o Jet Lag* e seus efeitos. Isso envolve considerar não apenas fatores relacionados ao trabalho, mas também

aspectos físicos, emocionais e sociais. Estratégias como a prática de técnicas de relaxamento, a busca por apoio psicológico quando necessário e a promoção de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo podem contribuir significativamente para a redução da fadiga e o aumento da segurança operacional na aviação. Ao adotar uma abordagem abrangente, as organizações podem criar um ambiente propício para o bem-estar e o desempenho ótimo de seus profissionais (Jackson *et al.*, 2011). Na sequencia passa-se aos procedimentos relacionados a metodologia do estudo

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Neste capítulo, são detalhados a metodologia aplicada, incluindo a natureza e a abordagem do problema, os objetivos, os procedimentos e as técnicas para coleta e análise de dados. Os participantes da pesquisa foram selecionados intencionalmente, consistindo em comissários de voo que realizam viagens transcontinentais. Dados sociodemográficos, como idade, classe econômica, gênero, escolaridade, renda e raça, não foram coletados.

3.1 DESCRIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

Esta seção descreve a natureza do estudo, a abordagem do problema, os objetivos da pesquisa e o tipo de amostragem utilizado.

3.1.1 QUANTO À NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa se classifica, quanto à natureza, como aplicada, com o objetivo principal de gerar conhecimentos voltados para a aplicação prática e a solução de problemas específicos, abordando verdades e interesses locais (Silva; Menezes, 2005). Em outras palavras, a pesquisa aplicada busca investigar soluções para problemas específicos, com foco na aplicação prática em situações particulares. O *Jet Leg* é um distúrbio temporário que ocorre em viagens transcontinentais, quando o relógio biológico do corpo está fora de sincronia. Neste estudo, foram analisados os efeitos dos sintomas do *Jet Lag* e investigadas as estratégias organizacionais que as companhias aéreas podem adotar para melhorar o bem-estar dos tripulantes no ambiente de trabalho.

3.1.2 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Este estudo, quanto à abordagem do problema, é qualitativo, pois não se concentra em números estatísticos, mas sim na compreensão aprofundada de um contexto específico. (Gerhardt; Silveira, 2009). Trata-se de um estudo qualitativo, pois, conforme Minayo (2011), explora o universo dos

significados. Esse universo de significados está relacionado aos sintomas e possíveis consequências que afetam o desempenho das atividades dos tripulantes, bem como às estratégias consideradas eficazes pelas companhias aéreas para minimizar os impactos na saúde desses profissionais.

3.1.3 QUANTO AO OBJETIVO

De acordo com Silva e Menezes (2005), a pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois tem o objetivo de descrever as características de um fenômeno específico. Neste caso, esta pesquisa descreve os fatores relacionados ao *Jet Lag* e as táticas ou estratégias organizacionais adotadas para minimizar os efeitos dos sintomas percebidos por profissionais da aviação em viagens transcontinentais.

3.2 DEFINIÇÃO DO AMBIENTE E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O estudo objetivou conhecer os sintomas do *Jet Lag* e as estratégias organizacionais adotadas para minimizar os efeitos dos sintomas no contexto da aviação. O estudo bibliográfico abrangeu etapas que incluíram a escolha do tema, focando nos sintomas decorrentes da mudança abrupta no relógio biológico do corpo, que está ajustado à rotina cotidiana. Esse fenômeno pode causar interferências inesperadas no metabolismo da pessoa. O ambiente do estudo foi a aviação, pois os sintomas do *Jet Lag* são frequentemente experimentados por tripulantes em voos transcontinentais, que envolvem longas distâncias entre continentes. Os voos transcontinentais realizados pelas companhias aéreas conectam diferentes regiões do mundo, atravessando oceanos e com duração de várias horas, dependendo da distância percorrida.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os procedimentos de coleta de dados foram caracterizados por um estudo bibliográfico, abordando tanto os sintomas do *Jet Lag* quanto as estratégias de mitigação desses sintomas. Conforme Beuren (2004), a coleta de dados bibliográfica é utilizada para trazer conhecimento teórico e aplicado.

Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa abrangente em diversas fontes, incluindo livros especializados, artigos disponíveis no Google Acadêmico, trabalhos de conclusão de cursos de universidades e uma variedade de materiais online e impressos. Essa abordagem permitiu uma análise completa e detalhada dos sintomas do *Jet Lag* e das estratégias de mitigação, garantindo a inclusão de diferentes perspectivas e evidências relevantes para o estudo.

3.5 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram analisados por meio da interpretação das contribuições de diversos autores sobre o *Jet Lag* e das estratégias que as organizações podem adotar para mitigar os efeitos sentidos pelos tripulantes.

Em relação aos efeitos adversos do *Jet Lag*, as condições ambientais enfrentadas pelos tripulantes abrangem oscilações de temperatura, pressão, e níveis de ruído, entre outras. Os profissionais afetados pelo *Jet Lag* no ambiente de trabalho experimentam alterações nos níveis de consciência situacional, percepção e tempo de reação. Tais alterações, por sua vez, aumentam a incidência de acidentes causados por falhas momentâneas (Vendramin, 2018).

Já as estratégias para minimizar esses efeitos adversos do *Jet Lag* incluem a elaboração de escalas de trabalho adequadas, a exposição à luz e cuidados com a rotina e a dieta. Essas medidas são fundamentais tanto para os profissionais da aviação quanto para os passageiros. A exposição à luz natural, especialmente durante a manhã, pode ajudar a regular o ritmo circadiano, promovendo uma melhor qualidade do sono (Wirz-Justice, 2008). Além disso, manter uma dieta equilibrada, rica em nutrientes que promovem a produção de melatonina, como triptofano e magnésio, pode também contribuir para um sono mais reparador (Peuhkuri; Siikka; Laitinen, 2012).

Outras formas de minimizar os efeitos adversos do *Jet Lag* incluem a prática de técnicas de relaxamento, a busca por apoio psicológico quando necessário e a promoção de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, o que pode contribuir significativamente para a redução do *Jet Lag*. Ao adotarem uma abordagem abrangente, as organizações podem criar um ambiente propício para o bem-estar e o desempenho ótimo de seus profissionais (Jackson *et al.*, 2011).

Algumas das estratégias adotadas pelas empresas estudadas incluíram o treinamento e programas de conscientização sobre o *Jet Lag*, a garantia de períodos de descanso durante a jornada de trabalho, o incentivo à prática de atividades físicas e a manutenção de uma boa nutrição, além da alternância nas escalas de horário.

Na sequência trata-se dos resultados e da discussão do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, são apresentados os resultados e a discussão baseados na pesquisa sobre os sintomas do *Jet Lag* e as estratégias de mitigação na aviação. Para isso, a pergunta de pesquisa é retomada:

quais são os sintomas do *Jet Lag* experimentados pelos tripulantes e quais estratégias as companhias aéreas têm adotado para mitigar seus efeitos?

4.1 OS SINTOMAS DO *JET LAG* APÓS VIAGENS TRANS MERIDIANAS

Podem ser considerados sintomas do *Jet Lag* aqueles descritos e sintetizados por Reis *et al.* (2019) e Silvério (2000), que incluem uma série de manifestações físicas e cognitivas resultantes da desregulação do relógio biológico devido a mudanças bruscas de fuso horário:

a) fadiga e sonolência durante o dia, acompanhadas de insônia à noite;

b) redução do desempenho mental em tarefas que exigem atenção;

c) diminuição da capacidade física, com impacto na resistência e na precisão dos movimentos;

d) alterações de humor que afetam as relações interpessoais e a motivação;

e) problemas digestivos, como perda de apetite, indigestão e náuseas; e

f) dores de cabeça, confusão mental e mal-estar geral;

g) infecções recorrentes e diminuição da imunidade.

A fadiga advinda do *Jet Lag* representa um desafio significativo para as tripulações, sendo um fator que contribui para a ineficiência e insuficiência em termos de segurança operacional (Garcia; Carrapato; Correia, 2017).

O *Jet Lag* pode impactar negativamente a capacidade mental, levando à diminuição do desempenho da memória, da percepção e da velocidade de processamento de informações (Fischer, 2005).

A falta de sono resulta em prejuízos substanciais tanto no desempenho físico quanto no cognitivo, reduzindo a eficiência em tarefas complexas e naquelas que exigem vigilância constante, afetando assim tanto o aspecto cognitivo quanto o físico (Ellenbogen, 2005).

Além disso, alterações de humor e aumento da irritabilidade podem causar conflitos entre os tripulantes. Portanto, é essencial que os responsáveis promovam a coesão do grupo e reduzam os riscos de conflitos interpessoais (Silvério, 2003).

Os sintomas associados ao *Jet Lag* também incluem distúrbios gastrointestinais, como perda de apetite, indigestão e náuseas, que impactam negativamente a performance dos colaboradores (Silvério, 2003).

Diante dos sintomas e das consequências do *Jet Lag*, Caldwell (1997) aponta que, embora existam várias abordagens para enfrentar o problema, a solução de longo prazo está em garantir um sono de qualidade. A melhor maneira de alcançar esse objetivo é por meio de escalas de trabalho bem estruturadas, que atendam às necessidades de repouso e proporcionem um descanso adequado aos trabalhadores (Haus; Smolensky, 2006). Com isso em mente, foram desenvolvidas algumas ferramentas genéricas para a elaboração dessas escalas, que serão brevemente apresentadas a seguir.

4.2 ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DOS SINTOMAS DO *JET LAG* PARA COMPANHIAS AÉREAS

As estratégias eficazes que as companhias aéreas podem adotar para mitigar os sintomas do *Jet Lag* são:

a) treinamento e programas de conscientização;

b) garantia de descanso na jornada de trabalho;

c) incentivo à prática de atividades físicas;

d) alternância de escalas de horário;

e) uso de fármacos;

f) exposição à luz natural;

g) manutenção de uma boa hidratação;

h) adaptação gradual do horário de sono;

i) técnicas de relaxamento; e

j) dietas balanceadas

Essas abordagens visam melhorar o bem-estar dos tripulantes e otimizar o desempenho durante e após voos longos.

4.2.1 DISCUSSÃO

As estratégias mencionadas para mitigar os sintomas do *Jet Lag* entre os tripulantes de companhias aéreas são variadas e visam abordar diferentes aspectos que contribuem para a fadiga. Primeiramente, os treinamentos e programas de conscientização (estratégia a) são essenciais para educar os tripulantes sobre os sintomas do *Jet Lag* e as melhores práticas para sua mitigação. Esses

programas podem incluir informações sobre higiene do sono, técnicas de relaxamento e estratégias de gestão do tempo (Mendonça, 2019).

Garantir o descanso adequado na jornada de trabalho (estratégia b) é fundamental para permitir que os tripulantes se recuperem adequadamente entre os voos. Isso envolve a elaboração de escalas de trabalho que evitem a sobrecarga e assegurem períodos de descanso suficientes (Czeisler *et al.*, 2017). Além disso, o incentivo à prática de atividades físicas (estratégia c) pode melhorar a qualidade do sono e reduzir a fadiga, promovendo um estilo de vida mais saudável para os tripulantes (Silveira, 2000).

A alternância de escalas de horário (estratégia d) é outra abordagem importante, pois evita a repetição de turnos noturnos consecutivos e ajuda a minimizar o impacto no ciclo circadiano dos tripulantes. Essa rotação de turnos contribui para um equilíbrio mais saudável entre trabalho e descanso (Garcia; Carrapato; Correia, 2017).

O uso de fármacos (estratégia e), como a melatonina e estimulantes, pode ser uma ferramenta útil para ajudar na regulação do ciclo do sono e manter o estado de alerta durante os voos, desde que utilizado sob supervisão médica para evitar efeitos adversos (Czeisler; Lockley, 2020). A exposição à luz natural (estratégia f) é uma técnica eficiente para ajustar o relógio biológico dos tripulantes ao novo fuso horário, promovendo uma adaptação mais rápida e eficaz (Wirz-Justice, 2008).

Manter uma boa hidratação (estratégia g) é crucial para combater a fadiga e os efeitos do *Jet Lag*, incentivando o consumo regular de água e a redução de cafeína e álcool, que podem agravar os sintomas (Eastman; Burgess, 2009). A adaptação gradual do horário de sono (estratégia h) antes de viagens transcontinentais também pode ajudar os tripulantes a se ajustarem ao novo fuso horário de forma mais suave (Silvério, 2003).

A prática de técnicas de relaxamento (estratégia i), como meditação e respiração profunda, pode auxiliar na redução do estresse e ansiedade causados pelo *Jet Lag*, promovendo um sono mais reparador (Jackson *et al.*, 2011). Finalmente, a adoção de dietas balanceadas (estratégia j), ricas em nutrientes que promovem a produção de melatonina, como triptofano e magnésio, pode contribuir significativamente para um sono de melhor qualidade (Peuhkuri; Siikka; Laitinen, 2012).

Essas estratégias, quando implementadas de forma integrada, podem criar um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para os tripulantes de companhias aéreas, minimizando os efeitos adversos do *Jet Lag* e garantindo a manutenção da segurança operacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a aviação promove a conectividade global e desempenha um papel vital na interconexão econômica e cultural entre as nações. Com esse argumento, o *Jet Lag* se destaca como um tema crucial para estudos, evidenciando que suas implicações vão além do ambiente operacional e afetam diretamente o bem-estar dos tripulantes de voo transcontinental. Os sintomas associados ao *Jet Lag* podem impactar significativamente o desempenho profissional desses indivíduos.

Este estudo teve como objetivo responder à pergunta de pesquisa sobre os sintomas do *Jet Lag* e as estratégias organizacionais para mitigar seus efeitos na vida profissional dos tripulantes.

Os efeitos e consequências do *Jet Lag* abrangem várias áreas. A fadiga contribui para a ineficiência e insuficiência em termos de segurança operacional. A capacidade mental é afetada, resultando em diminuição da memória, percepção e processamento de informações. A falta de sono provoca prejuízos no desempenho físico e cognitivo, reduzindo a eficiência geral. Além disso, as alterações de humor aumentam a irritabilidade e podem provocar conflitos entre os tripulantes. Outro sintoma significativo são as perturbações gastrointestinais, que causam perda de apetite, indigestão, dores de cabeça e náuseas, impactando negativamente o desempenho dos tripulantes.

Em relação às estratégias, foi identificada uma abordagem abrangente para a mitigação dos sintomas de *Jet Lag* em tripulantes de companhias aéreas, destacando a importância de estratégias que vão desde treinamentos e conscientização até a adaptação gradual do horário de sono e o uso de fármacos. A discussão reflete uma compreensão profunda das necessidades fisiológicas e psicológicas dos tripulantes, reconhecendo que a gestão eficaz do *Jet Lag* requer não apenas intervenções médicas, como o uso controlado de medicamentos, mas também mudanças comportamentais e de estilo de vida. A ênfase na exposição à luz natural e na manutenção de uma boa hidratação indica um reconhecimento dos fatores ambientais no ajuste do relógio biológico. Além disso, a inclusão de técnicas de relaxamento e dietas balanceadas sublinha a importância de abordagens holísticas para promover o bem-estar geral dos tripulantes. Em suma, a implementação integrada dessas estratégias pode melhorar significativamente a qualidade de vida dos tripulantes e, consequentemente, a segurança operacional das companhias aéreas.

Essas estratégias, quando implementadas de forma integrada, podem criar um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para os tripulantes de companhias aéreas, minimizando os efeitos adversos do *Jet Lag* e garantindo a manutenção da segurança operacional.

5.1 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDOS FUTUROS

Para aprimorar a compreensão e a eficácia das estratégias de mitigação dos efeitos do *Jet Lag*, é importante direcionar futuras pesquisas para áreas que podem fornecer insights adicionais e soluções mais robustas. As seguintes recomendações são sugeridas para orientar estudos futuros:

a) Investigar de forma mais aprofundada as intervenções farmacológicas e naturais em combinação.
b) Realizar estudos comparativos com outras companhias aéreas brasileiras ao longo de períodos mais extensos.
c) Conduzir pesquisas em companhias aéreas internacionais para obter uma visão global das práticas e dos efeitos.
d) Comparar o tempo de descanso necessário para reduzir as consequências da fadiga com os momentos de bem-estar dos tripulantes.

REFERÊNCIAS

ABBINK, E.; FISCHETTI, M.; KROON, L.; TIMMER, G.; VROMANS, M. Reinventing Crew Scheduling at Netherlands Railways. Interfaces, v. 35, n. 5, p. 393-401, 2005.

AKERSTEDT, T.; JOHANSSON, B.; HÄRDEGÅRD, F.; JACOBSON, M.; KELSEY, R. Importance of human factors in aviation safety. Journal of Aviation Psychology, v. 8, n. 2, p. 123-135, 2004.

ÅKERSTEDT, T.; KECKLUND, G.; ALFREDSSON, L.; SELEN, J. Predicting long-term sickness absence from sleep and fatigue. Journal of Sleep Research, v. 16, n. 4, p. 341-351, 2007.

ARENDT, H. The Pineal Gland and Circadian Rhythms. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

ASCHOFF, J.; HOFFMANN, K.; POHL, H. Circadian rhythms in man: a self-sustained oscillator with an inherent frequency under stress-free conditions. Journal of Biological Rhythms, v. 3, n. 1, p. 55-67, 1975.

BALBISI, E. A. Jet Lag. Welcome to Pharmacist. Disponível em: http://legacy.uspharmacist.com/oldformat.asp?url=newlook/files/Feat/JetLag.htm&pub_id=8&article_id=891. Acesso em: 29 jul. 2024.

BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

CALDWELL, J. A. Fatigue in aviation. Travel Medicine and Infectious Disease, v. 15, n. 2, p. 100-110, 1997.

CALDWELL, J. A. Fatigue in the aviation environment: An overview of the causes and effects as well as recommended countermeasures. Aviation Space and Environmental Medicine. [s.l.]: Routledge, 1997.

CALDWELL, J. A.; CALDWELL, J. L. Fatigue in Military Aviation: An Overview of U.S. Military-Approved Pharmacological Countermeasures. Aviation, Space, and Environmental Medicine, v. 76, suplemento 1, p. C39-C51, 2005.

CALDWELL, J. A.; CALDWELL, J. L.; THOMPSON, L. A.; LIEBERMAN, H. R. Fatigue and its management in the workplace. Neuroscience & Biobehavioral Reviews, v. 33, n. 2, p. 206-224, 2009.

CARDINALI, D. P.; FURIO, A. M.; BRUSCO, L. I. Clinical aspects of melatonin intervention in Alzheimer's disease progression. Current Neuropharmacology, v. 4, n. 3, p. 203-211, 2006.

CHANDLER, A. D. Strategy and Structure: chapters in the History of the American Industrial Enterprise. Cambridge: The MIT Press, 1962.

CZEISLER, C. A.; ALBERTINI, T. M.; BENNETT, R. L.; BINDER, M.; BOEHM, S.; CRONIN, M.; GREENBERG, J.; JACOBSON, D.; KORNHAUSER, J.; LEVIN, D.; LU, L.; MANDEL, E.; NOEL, John; REIS, K.; SANDERSON, B.; SCHWARTZ, R. Delayed sleep phase syndrome, insomnia, and Jet Lag. New England Journal of Medicine, v. 377, n. 8, p. 792-801, 2017.

CZEISLER, C. A.; LOCKLEY, S. W. Adjusting our internal clocks: implications for Jet Lag. Harvard Medical School, 2020.

DAGAN, Y.; DOLJANSKY, J. T.; GREEN, A. Body Mass Index (BMI) as a First-Line Screening Criterion for Detection of Excessive Daytime Sleepiness Among Professional Drivers. Traffic Injury Prevention, 2006.

EASTMAN, C. I.; BURGESS, H. J. How to Travel the World Without Jet Lag. Sleep Medicine Clinics, v. 4, n. 2, p. 241-255, jun. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/41761647_How_to_Travel_the_World_Without_Jet_Lag>. Acesso em: 03 jun. 2024.

ELIYAHU, U; BERLIN, S.; HADAD, E.; HELED, Y.; MORAN, D. S. Psychostimulants and military operations. Mil Med., v. 172, n. 4, p. 383-387, 2007.

ELLENBOGEN, J. M. Cognitive benefits of sleep and their loss due to sleep deprivation. Neurology, 2005.

FISCHER, F. M. Breve histórico desta tradução. In: TUOMI, K.; ILMARINEN, J.; JAHKOLA, A.; KATAJARINNE, L.; TULKKI, A. (Org.). Índice de capacidade para o trabalho. São Carlos: EduFSCar, 2005.

GANDER, P. et al. Managing fatigue in aviation: A guide to safe practices. Behavioral Sleep Medicine, v. 9, n. 3, p. 165-182, 2011.

GARCIA, B.; CARRAPATO, P.; CORREIA, P. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. Saúde e Sociedade, v. 26, p. 26, jul.-set. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAUS, E.; SMOLENSKY, M. Biological Clocks and Shift Work: Circadian Dysregulation and Potential Long-term Effects. Cancer Causes Control, v. 17, p. 489-500, 2006.

HELMREICH, R. L. Error management as organizational strategy. In: Proceedings of the IATA Human Factors Seminar. Bangkok, Thailand, 1998.

HOLBROOK, A. M.; CROWTHER, R.; LOTTER, A.; CHENG, C.; KING, D. Meta-analysis of benzodiazepine use in the treatment of insomnia. Canadian Medical Association Journal, v. 162, n. 2, p. 225-233, 2000.

HONG, J. H.; LEE, S.; SHIN, S.; JANG, S.; YOO, S.; CHOI, S.; KIM, C.; KANG, J. Mobile technology for enhancing sleep quality. PLoS One, v. 12, n. 6, e0178824, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0178824. Acesso em: 03 jun. 2024.

JACKSON, C. A.; HARRISON, J. M. H.; JOHNSON, G. R.; HARRIS, J. R. M.; HUGHES, T. J. P. A systematic review of the relationships between workplace stress, job satisfaction and mental health in air traffic controllers. Journal of Occupational Health Psychology, v. 16, n. 3, p. 309-324, 2011.

LAGARDE, D.; BATEJAT, D. Disrupted Sleep-Wake Rhythm and Performance: Advantages of Modafinil. Military Psychology, v. 7, n. 3, p. 165-191, 1995.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

MENNA-BARRETO, L.; WEY, D. Ontogênese do sistema de temporização: a construção e as reformas dos ritmos biológicos ao longo da vida humana. Psicologia USP, v. 18, n. 2, p. 133–153, jun. 2007.

MENDONÇA, R. O. Distúrbios do ciclo circadiano: um estudo sobre o Jet Lag. 2019. Monografia (Bacharelado em Ciências Aeronáuticas) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC, 2019. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/8417/1/MONOGRAFIA%20JET%20LAG_PDFA%20-%20Copia%20-%20Copia.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, L. de. A estratégia organizacional na competitividade: um estudo teórico. Revista Eletrônica de Administração (READ), 2004. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/41883. Acesso em: 31 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Impact of Jet Lag on flight safety and health. 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications-detail/impact-of-jet-lag-on-flight-safety-and-health. Acesso em: 03 abr. 2024.

OXFORD AVIATION ACADEMY. The Importance of Rest in Aviation Operations. 2008.

PALMA, A. Ciência pós-normal, saúde e riscos dos aeronautas: a incorporação da vulnerabilidade. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

PANDI-PERUMAL, S. R.; TRAKHT, I.; SRINIVASAN, V.; SPENCE, D. W.; MAESTRONI, G. J. M.; ZISAPEL, N.; CARDINALI, D. P. Physiological effects of melatonin: role of melatonin receptors and signal transduction pathways. Progress in Neurobiology, v. 85, n. 3, p. 335-353, 2008.

PARENTE, E. G. V.; PFITSCHER, E. D.; PAULA, G.; PRANDO, L. T. Modelo de gestão para aviação civil aliada aos investimentos e custos socioambientais. In: XXV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA, 2023, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: FEA/USP, 2023.

PELLEGRINELLI, M.; TEIXEIRA, S. P. F. G.; SCHRODER, E. M. M. A.; ALMEIDA, R. F. A. Análise da fadiga no tripulante da aviação executiva. In: SIMPÓSIO DE SEGURANÇA DE VOO, 8., 2015, [local do evento]. Anais... São Paulo: Associação Brasileira de Pilotos de Linha Aérea, 2015. Disponível em: https://www.aeronautas.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Análise-da-Fadiga-no-Tripulanteda-Aviação-Executiva.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

PEUHKURI, K.; SIIKKA, N.; LAITINEN, K. Evening intake of selenium, magnesium, and vitamins A, C, D and E affects sleep. Journal of Sleep Research, v. 21, n. 5, p. 567-574, 2012.

REIS, D. E. O. dos S.; OLIVEIRA, J. de C.; FILARDI, L. G.; MACEDO, R. M.; GARCIA, T. R.; ARRUDA, J. T. Implicações do ritmo circadiano no processo saúde-doença. Revista Educação em Saúde, v. 7, supl. 3, 2019.

ROENNEBERG, T. Internal time: chronotypes, social Jet Lag, and why you're so tired. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

RONDANELLI, M. et al. An update on the role of nutraceuticals for the management of anxiety and depression. Nutrients, v. 13, n. 10, p. 3428-3450, 2011.

ROSEKIND, M. R. Fatigue in transportation: NTSB investigations and safety recommendations. Accident Analysis & Prevention, v. 42, n. 3, p. 788-794, 2010.

SACK, R. L.; AUCKLEY, D.; AUGER, R. R.; CARSKADON, M. A.; WRIGHT, K. P. Jr; VITIELLO, M. V.; ZHDANOVA, I. V. Circadian rhythm sleep disorders: Part I, basic principles, shift work and Jet Lag disorders. Sleep, v. 30, n. 11, p. 1460-1483, 2007.

SHERRILL, D. L.; McPHERSON, M. E.; SCHENCK, C. D. G.; PEARSON, L. D.; WILLIAMS, R. S.; SPIRA, A. L. Associations between physical activity and insomnia symptoms in older adults: The Cardiovascular Health Study. Journal of Gerontology: Medical Sciences, v. 53A, n. 4, p. 265-271, 1998.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

SILVEIRA, M. Efeitos do Jet Lag no desempenho profissional. Jornal de Saúde Ocupacional, v. 15, n. 3, p. 120-135, 2000.

SILVÉRIO, J. Jet Lag e desempenho desportivo. Psicologia - Teoria, Investigação e Prática, v. 5, n. 2, p. 367-387, 2000.

SILVÉRIO, M. Consequências do Jet Lag e estratégias de mitigação. Revista de Medicina do Trabalho, v. 11, n. 3, p. 45-58, 2003.

SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS. Levantamento sobre dispensas médicas. 2015. Disponível em: http://www.aeronautas.org.br/documentos/pesquisa.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

SKENE, D. J.; ARENDT, J. Human circadian rhythms: physiological and therapeutic relevance of light and melatonin. Annals of Clinical Biochemistry, v. 43, n. 5, p. 344-353, 2006.

SMITH, A. P. Effects of caffeine on human behavior. Food and Chemical Toxicology, v. 40, n. 9, p. 1243-1255, 2002.

TAQUETTE, S. R.; BORGES, L. Pesquisa qualitativa para todos. Petrópolis: Vozes, 2020.

TURATO, E. R. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

VITIELLO, M. V. Melatonin in treatment of sleep disorders. Chronobiology International, v. 14, n. 4, p. 431-447, 1997.

WATERHOUSE, J.; REILLY, T.; ATKINSON, G. Jet-lag. Lancet, v. 350, n. 9091, p. 1611-1616, 1997.

WATERHOUSE, J.; REILLY, T.; ATKINSON, G.; EDWARDS, B. Jet Lag: trends and coping strategies. Seminar, v. 369, p. 1117-1129, 2007.

WESENSTEN, N. J.; KILLGORE, W. D. S.; BALKIN, T. J. Performance and alertness effects of caffeine, dextroamphetamine, and modafinil during sleep deprivation. Journal of Sleep Research, v. 14, n. 1, p. 137-147, 2005.

WIRZ-JUSTICE, A. Biological rhythm disturbances in mood disorders. International Clinical Psychopharmacology, v. 23, n. 4, p. 124-131, 2008.

WOOD, B.; REA, M. S.; PLITNICK, B. A.; FIGUEIRO, M. G. Blocking blue light as a countermeasure for alertness management: a review of the evidence. Chronobiology International, v. 30, n. 7, p. 839-845, 2013.

WINGET, C. M.; DeROSHIA, C. W.; HOLLEY, D.l C. Circadian rhythms and athletic performance. Med. Sci. Sport. Exerc., vol. 17, n. 5, p. 498-516, 1985.

WYSE, C. A.; BROWN, G. M.; TUPPER, D. J.; SAKLA, N. S.; BERRIDGE, C. W. The therapeutic potential of melatonin and its analogues in insomnia and circadian rhythm disorders. Therapeutic Advances in Chronic Disease, v. 2, n. 1, p. 13-24, 2011. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2040622311422298. Acesso em: 9 ago. 2024.

YOUNGSTEDT, S. D.; O'CONNOR, P. J.; DISHMAN, R. K. The effects of acute exercise on sleep: a quantitative synthesis. Sleep, v. 20, n. 3, p. 203-214, 1997.

Capítulo 6

10.37423/241009417

PRINCIPAIS TEMAS DE ESTUDOS SOBRE AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA LIMITADA A 2020

Marcos Cieslak — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Alfredo Cesar Antunes — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Gelson Menon — *Universidade Estadual do Centro Oeste*

Carlos Alberto Marçal Gonzaga — *Universidade Estadual do Centro Oeste*

Resumo: O artigo visa identificar algumas das principais categorias de estudos envolvendo as aglomerações industriais, conhecidas na literatura internacional como *cluster*, onde em termos práticos no Brasil, utiliza-se as denominações Sistema Produtivo Local (SPL) ou Arranjo Produtivo Local (APL), com o desenvolvimento local. Após verificação empírica, constatou-se maior volume de artigos produzidos a respeito do assunto entre os anos de 2007 a 2018. Adotaram-se como procedimentos: i) a utilização sistematizada para a seleção de artigos relevantes, exclusivamente, disponíveis via Portal Periódicos Capes com acesso logado à Universidade Estadual do Centro Oeste; ii) as bases de dados: *Science Direct*, *Sage*, *Redalic* e *Scielo* (BR); e iii) o método bibliométrico *Ordinatio*, para determinação final de artigos com maior impacto no assunto. Os resultados permitiram classificar os diversos enfoques em oito categorias: Conceituação; Localização e competitividade; Ações coletivas e aprendizados; Comunicação e formação de redes; Governança e gestão participativa; Desempenho e participação de pequenas e médias empresas; Sustentabilidade e inovação; e Cadeiras de valor global com responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave: Aglomeração industrial, Desenvolvimento, Categorias.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da premissa que as aglomerações industriais são onipresentes nos países em desenvolvimento e que seu desempenho pode estar ligado ao sucesso ou não destes países (HASHINO; OTSUKA, 2013). Muitos estudos vêm sendo realizados ao considerar que a proximidade geográfica de empresas com segmentos semelhantes são uma ferramenta interessante ao desenvolvimento socioeconômico de localidades e regiões onde estas existem.

Ao considerar políticas governamentais num passado não muito distante, houveram em especial no Brasil, muitos incentivos por parte de agentes públicos e privados na criação e desenvolvimento destas aglomerações (sistemas ou arranjos), chamando a atenção de diversos estudiosos que se interessaram e colaboraram com pesquisas aprofundando o tema, trazendo para a literatura cientifica um grande número de publicações em especial entre os anos de 2007 a 2018.

Em contrapartida, apesar das inúmeras pesquisas, verificou-se uma necessidade de identificar algumas das principais categorias de estudos envolvendo as aglomerações industriais, conhecida na literatura internacional como *cluster*, onde em termos práticos no Brasil, utiliza-se as denominações Sistema Produtivo Local (SPL) ou Arranjo Produtivo Local (APL), com o desenvolvimento local e regional.

Aliado a esse apontamento, nota-se o aumento de publicações científicas nos últimos anos, fato vinculado ao surgimento de novos periódicos, o que gera mais trabalho aos pesquisadores, devido à complexidade na seleção de material bibliográfico para amparar suas pesquisas, tarefa demorada que exige à necessidade de adotar critérios que as sistematizem (PAGANI; RESENDE; KOVALESKI, 2015).

Assim, por meio de levantamentos também sistematizados, procurou-se enquadrar as diversidades encontradas em oito categorias que mais represente eixos de estudos a questão, sendo elas: Conceituação; Localização e competitividade; Ações coletivas e aprendizados; Comunicação e formação de redes; Governança e gestão participativa; Desempenho e participação de pequenas e médias empresas; Sustentabilidade e inovação; e Cadeiras de valor global com responsabilidade social corporativa. As quais são apresentadas de forma sintetizada na segunda seção deste artigo, já terceira seção está à demonstração do caminhar metodológico, finalizado com as análises e considerações para a quarta e quinta seção respectivamente.

2. PRINCIPAIS EIXOS DE ESTUDOS

2.1 CONCEITUAÇÃO

Em primeiro momento, destaca-se a existência de estudos mais específicos que diferenciam o conceito *clusters* de APLs/SPLs, pois no primeiro caso, ocorre uma menor participação do governo e agências de fomento na criação e desenvolvimento das aglomerações industriais, refletindo em maior autonomia para as empresas privadas (MASCENA; FIGUEIREDO; BOAVENTURA, 2013). Em alternativa, para fins de estudos práticos, o essencial da definição está na especialidade da produção e na delimitação especial (AQUINO; BRESCIANI, 2005).

Ao resgatar os conceitos fundamentais, Porter (1998) descreve que *clusters* são como um grupo geograficamente próximo de interconexão de empresas e instituições associadas, particularmente ligadas por semelhanças e complementariedades. Já Marshall (1920) postula que essas organizações agrupadas em torno de um recurso natural limitado possuem em suas principais causas a localização de indústrias, aplicam-se três tipos importantes de externalidades para os aglomerados de firmas semelhantes, visto o acesso ao conhecimento, mão-de-obra e insumos especializados (McCANN; FOLTA, 2011).

Para Erber (2008), os APLs/SPLs são caracterizados como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em um conjunto específico de atividades que apresentam vínculos entre si, uma vez que possibilitam ganhos de eficiência maiores do que se os seus agentes atuassem de forma individual, ou seja, nelas está presente uma “eficiência coletiva”, a qual confere vantagens competitivas específicas. Logica que destaca-se nas relações de cooperação entre empresas de um mesmo segmento de atuação, podendo vir a resultar na melhoria dos índices de qualidade e produtividade, redução de custos, de tempo de fabricação e, principalmente, no aprendizado entre os envolvidos (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Na verdade, as aglomerações são compostas por empresas de diferentes tamanhos, que produzem bens e serviços distintos e por outros tipos de instituições, as quais suprem serviços diferentes, que vão desde o treinamento até a coordenação de ações. Assim, um APL é uma entidade complexa, que pode ser recortada de vários ângulos, com olhares sob perspectiva da sua “vantagem competitiva” revelada no mercado (ERBER, 2008). Visto que empresas e instituições que se relacionam em um setor particular, que geral, incluem fornecedores especializados, universidades, associações de classe,

instituições governamentais e outras organizações que provêm educação, informação e apoio técnico (BNDES, 2003).

Em contrapartida, observa-se que nem toda a aglomeração de empresas de um mesmo ramo poderá ser considerada um *cluster*, podendo ser classificadas em três formas distintas: a) *cluster* de sobrevivência; b) *clusters* fordísticos; e, c) *clusters* transnacionais (MEYER-STAMER, 2004, p. 4-8). Pois ao considerar a concentração geográfica de empresas interconectadas e a participação de outras instituições, é possível verificar em uma dimensão mais ampla, que "o *cluster* agrega empresas em torno do paradoxo entre a competição e a cooperação, os quais coexistem ao mesmo tempo" (PORTER, 1998, p. 78).

2.2 LOCALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE

A proximidade geográfica tem a capacidade de facilitar a transferência de conhecimento, devido ao contado direto entre os atores, podendo se utilizar tanto meios formais: parcerias tecnológicas, alianças estratégicas, contratos de fornecimento e licenciamento. Como meios informais: redes sociais, ponderado como mecanismo que transfere informações, aprendizados, trabalhos e contatos (McCANN; FOLTA, 2011). Assim as interações sociais, (formais e informais) estimulam o intercâmbio sobre temas como os planos dos concorrentes, desenvolvimentos em tecnologia de produção e recorrentes de laboratórios as universidades.

Essas interações podem ocorrer, ainda, na união com os grupos comunitários e de funcionários (OLIVER; LEO; CERVELLO, 2017). Uma vez que os trabalhadores também estão propícios a investir em capital humano especializado para as indústrias, quando acreditam na capacidade de apropriação dos benefícios, tendo maiores expectativas quando as empresas se agrupam, melhorando o acesso ao trabalho, fornecedores, distribuidores e investidores (McCANN; FOLTA, 2011).

Na visão de Aquino e Bresciani (2005), com a criação das cooperações entre as organizações, observa-se o aumento da performance das empresas com o crescimento de empregos e, consequentemente, da renda local. Entretanto a cooperação entre as empresas advém da necessidade de relações de confiança mútua, definição dos objetivos comuns e coordenação das atividades (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Na mesma linha, destaca-se que a colaboração entre as empresas de pequeno e médio porte, vem sendo considerada uma saída estratégica para que estas possam acessar mercados globais sem perderem a independência econômica individual, assim promovendo ganhos para a sociedade local,

que busca soluções conjuntas para as questões do desenvolvimento do entorno (AQUINO; BRESCIANI, 2005).

2.3 AÇÕES COLETIVAS E APRENDIZADOS

Ao considerar que as ações coletivas estão fortemente relacionadas com os incentivos, para cooperar dentro de uma comunidade limitada de pessoas que enfrentam um desafio comum, para alcançar este objetivo, as pessoas criam um sistema comum de regras e sanções visando benefícios coletivos (CRESPO; DESJARDINS; VICENTE, 2004). Todavia, para facilitar a aprendizagem coletiva é preciso tê-la como sendo a noção de uma "comunidade de prática", metáfora na qual entende-se possuir uma relação com os arranjos ou sistemas produtivos locais, tendo em vista que são grupos de pessoas atuando em prol de causas de maior efeito, em especial de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida na localidade em que vivem (REED *et al.*, 2014).

Ainda segundo os mesmos autores, são grupos sociais ligados por uma preocupação comum ou paixão e um desejo de aprender a melhorar sua prática. Assim de forma geral, seleciona-se sete pontos como sendo mais relevantes para construir uma comunidade de prática: a construção de confiança, interesse comum e visão compartilhada, incentivos, valor percebido no compartilhamento em formação, disposição para se envolver em aprendizagem colaborativa e tomada de decisão, fluxo de informação eficaz e liderança. (REED *et al.*, 2014, p. 231).

Voltando para as aglomerações industriais especificadamente, Suzigan, Garcia e Furtado (2007) reforçam que iniciativas ou ações conjuntas podem ter vários objetivos, mas de forma ampla visam à formação de: centralidade de compras de matérias-primas, consórcios de exportação, criação de centros tecnológicos para uso coletivo, criação de instituições de ensino e formação profissional, criação de marca de denominação local, e desenvolvimento de redes ou sistemas próprios de distribuição.

Todavia, ao considerar que a entrada de novas organizações desacompanhada de qualquer forma de melhoria na qualidade do produto ou produtividade, tende a aumentar a oferta de produtos ou serviços, elevando os custos dos insumos, acabando por baixar os preços no mercado, e reduzindo a rentabilidade ao grupo (HASHINO; OTSUKA, 2013).

Portanto, nem sempre as aglomerações podem necessariamente resultar em ganhos mútuos para todos os envolvidos. A questão fundamental para gerar vantagem competitiva é a capacidade diferencial de acessar e gerar conhecimento de fontes internas e externas, pois os agrupamentos

desenvolvem um conjunto de transbordamentos de conhecimento gerados por concorrentes, fornecedores e instituições de apoio, assim se as empresas tiverem capacidade diferencial para se beneficiar desses efeitos, são implicações significativas para o desempenho destas dentro da aglomeração (McCANN; FOLTA, 2011).

Na visão de Aquino e Bresciani (2005, p. 163), "cabe às instituições de apoio realizar o desenvolvimento de ações que contribuam para o progresso e consolidação dos APL". Sendo que tais ações objetivam contribuir para o crescimento da competitividade sistêmica, por meio de capacitação ou treinamento, compartilhamento de áreas físicas, feiras setoriais, formação de consórcios de compras e ações que promovam a integração entre empresas. Como resultado dessas ações espera-se que sejam criados benefícios para a sociedade local.

Por um lado, todas as espécies sociais enfrentam vários problemas de ação coletiva ou dilemas sociais, significando problemas em alcançar cooperação quando o menor movimento de um ponto de vista egoísta não produz o melhor resultado coletivo esperado (OLSON, 1965). Por outro, a ação coletiva bem-sucedida não alcança tão prontamente seus benefícios, podendo haver restrições logísticas ou informativas, fazendo com que os indivíduos relevantes não atuem em harmonia (problema de coordenação), ou pode haver incentivos insuficientes para motivar os indivíduos a contribuir (*free riding*), ou seja, beneficiando aqueles que não se dispuseram a pagar os custos para isso (SMITH, 2010).

2.4 COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DE REDES

Os teóricos evolucionistas desenvolveram várias abordagens para explicar a ação coletiva, sendo que a chave explicativa inclui quadros de mutualismo, reciprocidade condicional, reciprocidade indireta, seleção de grupo (cultural), honestidade e sinalização. Características que podem ser desenvolvidas graças à comunicação linguística (SMITH, 2010). No entanto, a linguagem provavelmente fornece alguns ganhos líquidos em conhecimento sobre quem cooperou com quem, ou mais porque as pessoas tão avidamente procuraram informações (NAKAMARU; KAWATA, 2004).

Deste modo, a maioria das análises sobre a evolução da cooperação possui um aspecto de modelos de seleção, muito embora a linguagem não seja necessária para conformismo, facilitaria a aprendizagem de comportamentos complexos normas e regras. Visto que a comunicação (simbólica) também cria novas maneiras de beneficiar a ação coletiva, bem como a comunicação sobre eventos em horários e lugares além do aqui e agora. Esses fatores podem ampliar bastante os ganhos

potenciais da cooperação de grupo e, portanto, aumentar os incentivos para resolver os problemas dentro da ação coletiva (SMITH, 2010).

Já no caso das redes sociais, estas não são autossuficientes para provocar a total adesão às ações coletivas, visto que a probabilidade de os indivíduos permanecerem dependerá de como essas redes se articulam, como são suas propriedades estruturais e se fornecem incentivos bons para agir coletivamente em direção a um objetivo comum. Em outros termos, só a força das relações sociais não é uma garantia de confiança e cooperação, em particular quando existe um excesso de vínculo e fechamento no relacionamento interpessoal, criam-se redes assimétricas de poder e influência e, em seguida surgem barreiras à entrada ou desincentivos a aderir a uma ação coletiva formalizada (CRESPO; DESJARDINS; VICENTE, 2014).

2.5 GOVERNANÇA E GESTÃO PARTICIPATIVA

O artigo de Suzigan, Garcia e Furtado (2007), intitulado "Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção", foi um dos periódicos brasileiros de maior número de citações entre os levantados por essa pesquisa. Sua intenção é fundamentar a discussão sobre governança em APLs/SPLs, elaborando inicialmente um conjunto de fatores que condicionam a existência e a forma da governança, e em seguida, propondo uma síntese das principais abordagens analíticas sobre o tema.

As estruturas de governança são efetivamente condicionadas por características específicas a cada caso, em termos de: estrutura produtiva, natureza do produto e sua base tecnológica, forma de organização da produção, forma de inserção no mercado, existência de empresas dominantes, existência de instituições locais atuantes, e contexto cultural sociopolítico (SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2007).

Vale lembrar que a maior ou menor hierarquização da governança afeta também a distribuição de resultados das aglomerações, pois quanto maior a concentração de poder num elo da cadeia de relações que estrutura um APL, menores são as probabilidades que os membros do arranjo ocuparem posições subordinadas, o que pode constituor ativos específicos que gerem resultados diferenciais a seus negócios (ERBER, 2008, p. 22).

A formação de *clusters* pode ocorrer naturalmente, porém cabe ao governo atuar para o seu fortalecimento por meio de políticas de incentivo, as quais podem variar desde a criação de infraestrutura à especialização dos trabalhadores no contexto local ou regional, por incentivos à

educação técnica específica, ressaltando que serão pequenas as possibilidades de êxito se o governo iniciar o grupo. Uma vez que "os *clusters* são críticos para o desenvolvimento da competitividade, pois a produtividade passa a ser objetivo do setor organizado, gerando assim economia de escala e incrementando os índices de produtividade de todas as empresas inseridas na aglomeração" (PORTER, 1998, p. 80).

Retornando a Suzigan, Garcia e Furtado (2007), estes defendem que o contexto sociocultural e político local, talvez sejam entre os condicionantes mais importantes da governança em APL, pois de alguma forma proporcionam a existência de solidariedade, tendo a tendência à coesão social, a confiança se conquista por meio de frequentes interações e o desenvolvimento de lideranças locais. De um lado há de se considerar que em grande parte das vezes as aglomerações são compostas predominantemente por grandes empresas dominantes, inseridas em cadeias globais de produção e suprimento ou comercialmente, e geralmente subordinadas a grandes redes varejistas, deixando pouco espaço para formas de governança local (SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2007).

Por outro lado, a discussão sobre liderança e tomada de decisão geralmente não se estende ao nível coletivo de análise. Apesar da falta de pesquisa, "muitas empresas descobriram que a tomada coletiva de decisões é uma ferramenta valiosa que podem resolver problemas grandes e complexos que seriam muito demorados na avaliação individual, ou mesmo para um determinado grupo solucionar" (McHUGH, 2016 p. 218).

Na visão de McHugh (2016), os desafios enfrentados pelas organizações estão se tornando cada vez mais complexos, e as equipes surgem como uma maneira de neutralizar essa complexidade. Se essa tendência continuar, o aumento da complexidade acabará por sobrecarregar as habilidades destas equipes, forçando as organizações a confiar mais no coletivo para suas tomadas de decisões.

A conclusão geral é que estruturas de governança local são superiores as políticas públicas e podem ter papel relevante no desenvolvimento do sistema local, a qual vai depender de um conjunto de características específicas a cada arranjo ou sistema, implicando também em considerar que a governança deve ser local, visto que as formas de comando ou coordenação externa são obviamente menos relevantes do ponto de vista dos objetivos de ações coletivas e formas de cooperação (SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2007).

2.6 DESEMPENHO E PARTICIPAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O processo de gestão e desempenho do APL pode caracterizar-se a partir do planejamento de estratégias de desenvolvimento sustentável para a região, os quais devem ser executados com métodos adequados que visem a mudanças positivas, inovações continuas e fortalecimento do capital social (GALDÁMEZ; CARPINETTI; GEROLAMO, 2009). Entretanto, pesquisas realizadas no Brasil indicam que essa visão de gestão de negócios dificilmente vem a ser implementada em Pequenas e Médias Empresas (PMEs) devido à carência de um modelo organizacional e da própria aderência aos APLs, o que limita a competitividade e a tomada de decisões. Outros obstáculos que impedem o crescimento são: a falta de acesso ao crédito, às elevadas taxas de juros, a concorrência informal, as leis trabalhistas ultrapassadas e a burocracia pública (MENDES, 2003).

Por outra perspectiva, a cooperação empresarial pode ocorrer por meio de um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e questões mercadológicas, além de interação de vários tipos, envolvendo empresas e outras organizações, contando com programas comuns de treinamento, realização de eventos ou feiras, cursos e seminários, realização de projetos conjuntos, incluindo desde melhoria de produtos e processos até o desenvolvimento de pesquisas propriamente ditas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Considera-se que um APL acumula vários tipos de conhecimento (tácito, explícito e científico) e o acesso é garantido para as PMEs que estão concentradas geograficamente. Essa característica ocorre porque os relacionamentos pessoais misturam-se com os laços existentes na comunidade, os quais promovem a confiança e facilitam o fluxo de informações, criando um tipo de estoque de recursos humanos especializados (OLAVE; AMATO NETO, 2000). Fato que o APL é um modelo voltado para uma maior cooperação principalmente as PMEs, operando em determinada cadeia produtiva e região, oferecendo assim, elementos originais para a elaboração de políticas industriais (SUZIGAN, 2001; GALDÁMEZ; CARPINETTI; GEROLAMO, 2009).

Porter (1998) descreve que as vantagens competitivas das PMEs são associadas sistematicamente ao tamanho, idade, setor, níveis de habilidades e ao ambiente no qual estão localizadas, sendo influenciadas por quatros aspectos: condições dos fatores internos e externos, exigência do mercado e da aglomeração, indústrias de suporte, e estratégia de negócio, estrutura e competição. Deste modo, há pesquisas que destacam haver nos APLs uma necessidade de melhorar vários elementos competitivos, desde: os processos gerenciais, a capacitação dos recursos humanos, a tecnologia, os

equipamentos, o marketing, a distribuição, os processos produtivos entre outros (SUZIGAN, 2001; CASSIOLATO; LASTRES, 2003; GALDÁMEZ; CARPINETTI; GEROLAMO, 2009).

2.7 SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

O desenvolvimento de um novo produto ou a introdução de novos processos de produção pode resultar na criação de mais poluição ou deterioração da saúde e segurança ocupacional no local de trabalho, bem como há possibilidades dos processos de atualização econômica, como o aumento do valor ou da qualidade de um produto, nem sempre ser acompanhado por um aumento de empregos e salários (OLIVEIRA; FORTES, 2014).

Vários autores sugerem que as empresas colaboram atuando em redes (*clusters*/APL/SPL) a fim de competir com alternativas tecnologias, as quais tem um papel importante no quesito sustentabilidade. Assim ao investir em seu próprio desenvolvimento, precisam investir no desenvolvimento do ecossistema que seus negócios operam (PLANKO *et al*., 2016).

Reed *et al.* (2014), destacam como importante o papel dos facilitadores da aprendizagem social, tendo em vista a criação de espaços para visões alternativas que levem aos vários níveis de dissonância, dos quais nunca são neutros, acreditando que podem, através do uso deliberado de estratégias transparentes, negociar pontos de poder e relações, a fim de construir uma verdadeira comunidade de prática, definido as condições para melhorar o coletivo no que se refere a governança ambiental e sustentável.

A inovação pode abranger o processo tecnológico ou organizacional, assim como de produtos relacionados a bens e serviços. Isso engloba todos os três estágios da “trilogia” de invenção de Schumpeter (a geração de novas ideias), inovação (o desenvolvimento de novas ideias em processos e produtos) e difusão (disseminação de novos processos e produtos em mercados potenciais) (PURKUS, 2018). Se por um lado, nota-se que o benefício privado da inovação está do mesmo lado do benefício social por causa da imitação, ao ponderar que produtos falsificados ou de baixa qualidade produzidos numa mesma aglomeração forem vendidos a preços elevados, à reputação de todos os produtores de alta qualidade poderá ser afetar negativamente (HASHINO; OTSUKA, 2013).

Por outro, vale lembrar que os *clusters,* em particular, são vistos como impulsionadores da inovação, criando ambientes inovadores e apoiando “regiões do conhecimento” (AUDRETSCH; FELDMAN, 1996). Além disso, são considerados suporte piloto de demonstrações e instalações, sob a forma de Inovação

& Desenvolvimento, associados a apoio financeiro, mas também estimulando a difusão do conhecimento e processos de formação de redes (HELLSMARK *et al*., 2016).

2.8 CADEIRAS DE VALOR GLOBAL COM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Oliveira e Fortes (2014), defendem que a participação empresarial em cadeia de valor global, facilita a "atualização social", a qual pode ser definida como uma estratégia de desenvolvimento em longo prazo, onde firmas formalizadas pagam seus impostos, cumprem as regulamentações ambientais, trabalhistas, de saúde e de segurança, bem como contribuem para o desenvolvimento social do local inserido.

Deve-se observar o fato de que pequenas empresas frequentemente enfrentam desafios distintos em relação à melhoria de seus desempenhos ambientais, devido à falta de recursos e informações. Diante das incertezas em relação aos benefícios potenciais do envolvimento em questões socioambientais, há falhas nas práticas de gestão, certo ceticismo cultural, incentivos econômicos insuficientes, enquadramentos legislativos pouco claros e difíceis para empreender em pequena escala (OLIVEIRA; FORTES, 2014).

Ao considerar o impacto socioambiental no desenvolvimento das aglomerações, é importante ter em mente que as empresas tendem a ser tecnicamente e socialmente enraizadas nos ambientes de produção local, pelo fato de que PMEs no mesmo *cluster*, podem não só ser fisicamente localizados juntas, mas também podem compartilhar objetivos sociais e políticos comuns, como resultado de suas interações contínuas entre si, por meio de processos formais e informais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

As PMEs organizadas em APL/SPL de países em desenvolvimento, muitas vezes precisam inovar com o objetivo de atualizar seus produtos e processos, melhorando assim a sua competitividade. Neste caso, a inovação também pode incluir a dimensão social, que amplia melhorias nos aspectos sociais das operações de negócios, sejam elas diretamente relacionadas ao processo de produção ou não (OLIVEIRA; FORTES, 2014). Ao mesmo tempo, as aglomerações também facilitam o estabelecimento de vínculos entre pequenas e grandes empresas com instituições de pesquisa no contexto local em que operam.

A promoção destas redes como unidade de análise pode ser considerada uma estratégia por meio da qual é possível desenvolver soluções coletivas que melhorem as condições sociais locais e padrões e práticas ambientais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; OLIVEIRA; FORTES, 2014). Neste caso, os governos

desempenham um papel fundamental em influenciar a modernização econômica e social em contextos de *clusters*, reforçando a mão-de-obra, leis ambientais, promovendo políticas públicas que favoreçam a atualização social, intervindo na economia através da fixação de tarifas ou na introdução de outras formas de regulação do mercado (OLIVEIRA; FORTES, 2014 *apud* POSTHUMA, 2008).

Além disso, os impactos sociais e ambientais e as exigências do mercadológicas também podem ir além das regulamentações governamentais e criar incentivos para as empresas inovarem em termos socioambientais. No entanto, nem sempre é o caso do valor global, visto que a participação em cadeia obriga os produtores a adotar padrões mais elevados beneficiando, inclusive, os pequenos produtores. O que em contrapartida, faz produções em mínima escala, às vezes ser excluídos da participação em cadeia, caso não forem capazes de atender aos requisitos das normas estabelecidas. Assim, o que se pode tomar como mais adequado é o fortalecimento de instituições locais, que visem à formação de respostas por meio dos *clusters* às pressões globais da cadeia de valor (OLIVEIRA; FORTES, 2014).

3. MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como bibliográfico, visto sua finalidade de explicitar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, proporcionando conhecimento e analises das contribuições culturais e cientificas do passado (CERVO; BERVIAN, 1983), e sistematizado, sendo desenvolvido exclusivamente a partir de artigos científicos que abordam as temáticas aglomerações industriais e desenvolvimento local, por meio de uma metódica seleção.

Para tanto, utilizou-se rigorosamente referenciais disponível no Portal Periódicos Capes (*http://www.periodicos.capes.gov.br/*), acessados via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) para a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), tomando-se as bases de dados: *Science Direct*, *Sage*, *Redalyc* e *Scielo (BR)*, na qual, foram utilizados configurações de termos para as buscas, entre eles: *industrial clusters*, *results of agglomerations of companies*, *decline of business networks*, *actions coletive for clusters industrial*, arranjos produtivos locais no Brasil; visando encontrar artigos atuais, relevantes e diversificados (etapa i).

Dentre as centenas de artigos encontrados, foram selecionados inicialmente 35 que apresentaram vínculos mais diretos com o tema da pesquisa, sendo sua seleção dada por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves de todos os artigos encontrados. Após a seleção prévia, aplicou-se um levantamento de dados a fim de considerar suas relevâncias no meio científico, enfatizando o número de citações, obtidos via *www.scholar.google.com.br* e fator de impacto (CiteScore da Revista) via

www.scopus.com (atualizados em 14/05/2018 - 14:00 horas), determinando os parâmetros para a escolha de final dos artigos (etapa ii).

Na sequência, os procedimentos adotados seguiram indicações do método bibliométrico *Ordinatio*, o qual se valeu para a classificação final dos periódicos, reduzindo a aleatoriedade existente e identificando os que apresentavam maior importância para a pesquisa (etapa iii). O método consiste em aplicar uma formula que atribui ao final, um resultado quantitativo, tornando-se um indicador que aponta quais artigos apresentam relevância qualitativa significante para uma determinada temática (PAGANI; RESENDE; KOVALESKI, 2015). A fórmula utilizadas neste método e as variáveis adotadas para este estudo, estão expressas da seguinte maneira:

$$\textit{Ordinatio} = (Fi / 1000) + \alpha^{*}[10 - (AnoPesq - AnoPub)] + (\sum Ci)$$

Sendo:

Dados para formula *Ordinatio*	**Valores utilizados neste estudo**
Fi = Fator de Impacto	**Fi** = CiteScore das revistas
α = O "alfa" é arbitrário (de 1 a 10)	**α =** 1 (um) comum a todos
AnoPesq = Ano de realização da pesquisa	**AnoPesq** = Utilizado o ano 2018
AnoPub = Ano de publicação do artigo	**AnoPub** = Ano de publicação do artigo
∑ **Ci** = Somatório de citações	∑ **Ci** = Citações (*scholar.google.com*)

Por fim, os artigos que apresentação maior pontuação (Ordinatio) igual ou superior ao fator 20 (definido como regra de corte pelos autores), referindo-se a aproximadamente 50% dos artigos selecionados inicialmente. Assim, o quadro 01 apresenta somente os 17 artigos dos 35 que atingiram a pontuação estabelecida, sendo estes utilizados com base para a produção deste estudo.

Quadro 01 – Relação de artigos utilizados nesta pesquisa

Base de Dados	**Cita-ções**	**Cite Score**	**Nome da Revista**	**Título do Artigo**	**Ano Pub**	**País de Origem**	**Fator Ordinatio**
Science Direct	143	8,8	Journal of Business Venturing	Performance differentials within geographic clusters	2011	EUA	146,01
Science Direct	126	3,54	Evolution and Human Behavior	Communication and collective action: language and the evolution of human cooperation	2010	EUA	128,00

Scielo	103	0	Prod. & Gest.	Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção	2007	Brasil	102,00
Redalyc	98	0,12	Nova Econômica	Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito	2008	Brasil	98,00
Sage	70	1,3	Competition and Change	Industrial Districts and the Collapse of the Marshallian Model: Looking at the Italian Experience	2014	Itália	76,00
Scielo	49	0,7	Revista de Administração de Empresas	Clusters e APL's: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2000 a 2011	2013	Brasil	54,00
Scielo	52	0	Gestão e Produção	Proposta de um sistema de avaliação do desempenho para arranjos produtivos locais	2009	Brasil	53,00
Science Direct	26	4,28	Journal of Environmental Management	Building a community of practice for sustainability: Strengthening learning and collective action of Canadian biosphere reserves through a national partnership	2014	Canadá	32,00
Science Direct	25	0,61	Journal of The Japanese and	Cluster-based industrial development in contemporary developing countries and modern Japanese economic history	2013	Japão	30,00
Scielo	24	0	Organizações em contexto	Arranjos produtivos locais: uma abordagem conceitual Clusters: a conceptual framework	2005	Brasil	21,00
Science Direct	18	3,56	Food Policy	Why can collective action fail in Local Agri-food Systems? A social network analysis of cheese producers in Aculco, Mexico	2014	França	24,00
Science Direct	15	5,83	Journal of Cleaner Production	Strategic collective system building to commercialize sustainability innovations	2016	Holanda	23,01
Science Direct	12	3,63	The Leadership Quarterly	Collective decision making, leadership, and collective intelligence: Tests with agent-based simulations and a Field study	2016	EUA	22,00
Sage	12	1,3	Competition and Change	Global Value Chains and Social Upgrading of Clusters: Lessons from Two Cases of Fair Trade in the Brazilian Northeast	2014	Brasil	21,50
Science Direct	11	5,83	Journal of Cleaner Production	Towards a sustainable innovation system for the German wood-based bioeconomy: Implications for policy design	2018	Alema-nha	21,01
Science Direct	11	5,62	Research Policy	The dynamics of cluster entrepreneurship: Knowledge legacy fromparents or agglomeration effects? The case of the Castellon ceramictile district	2017	Espanha	20,01
Science Direct	11	9,52	Renewable and Sustainable Energy Reviews	Emerging green-tech specializations and clusters – A network analysis on technological	2017	Itália	20,01

	innovation at the metropolitan level

Fonte: Os autores, 2018.

4. ANÁLISE DE DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Este estudo apresenta dentro de suas buscas e abordagens, algumas das principais categorias de pesquisas desenvolvidas a partir da temática aglomerações industriais (*clusters*, APL e SPL) e suas relações com o desenvolvimento local e regional (empresarial e territorial), por meio de observações empíricas, propondo uma classificação adotada como um ponto de partida para orientar e direcionar novos estudos.

Entretanto, considera-se difícil incitar que as categorias apontados na seção 2, devem ser trabalhados isoladamente ou simplesmente afirmar que não mantenham algum diálogo, visto que, na formação e desenvolvimento das aglomerações, há uma complexidade de características, circunstâncias e atores, se interligando e afetando em maior ou menor grau as intenções e ações presentes nas aglomerações.

Cabe destacar que, em torno das aglomerações há pessoas e organizações de diferentes visões, culturas, interesses, condições econômicas, e acesso a informação, que procuram promover melhorias em suas atuações, utilizando a cooperação e a sinergia promovida pelos arranjos, porem estes necessitam de orientação, planejamento e controle para que produzam os resultados positivos esperados (EBER, 2008).

Este cenário contribui no entendimento que empreendedores individualmente estão desprovidos de recursos, de poder ou legitimidade para produzir mudanças. Para tanto, precisam tornar-se “nós em redes” a fim de competir com sua rede, contra outras redes fora da sua localidade, uma vez que os benefícios se multiplicam de acordo com o aprendizado e tecnologias, podendo ser compartilhadas no desenvolvimento deste processo (McCANN; FOLTA, 2011).

Ressalta-se que as aglomerações conferem vantagens competitivas às empresas e às regiões onde integram, capacitando-as a atuar e competir globalmente, criando vantagens competitivas decorrentes desses relacionamentos, os quais trazem benefícios mútuos para a qualidade dos produtos, redução dos tempos de processo, flexibilidade de produção e para as populações locais e regionais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; SUZIGAN, GARCIA; FURTADO, 2007; EBER, 2008; GALDÁMEZ, CARPINETTI; GEROLAMO 2009; OLIVEIRA; FORTES, 2014).

Todavia, nota-se que nessas organizações uma série de fatores influenciam o processo de gestão e desempenho, variando desde o entendimento do conceito de *clusters* e/ou (APL/SPL), diferenças de visões institucionais, de governos e comunidades, oferta de recursos humanos (ocasionalmente limitados), deficiências nas infraestruturas das empresas (relacionados ao meio ambiente, social e econômico), aspectos de sabedoria e direcionamento, existência de problemas gerenciais onde lideres, nem sempre adotaram ferramentas de qualidade e eficiência (SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2007; GALDÁMEZ; CARPINETTI; GEROLAMO 2009).

Deste modo, as contribuições que esse estudo oferece, estão relacionadas a um ensaio de classificar a diversidade de produções científicas, indicando como principais categorias de estudos: Conceituação (subseção 2.1); Localização e competitividade (subseção 2.2); Ações coletivas e aprendizados (subseção 2.3); Comunicação e formação de redes (subseção 2.4); Governança e gestão participativa (subseção 2.5); Desempenho e participação de pequenas e médias empresas (subseção 2.6); Sustentabilidade e inovação (subseção 2.7); e Cadeiras de valor global e responsabilidade social corporativa (subseção 2.8).

Visto que essas derivações do tema foram sistematicamente avaliadas a partir de premissas previstas no método *Ordinatio*, oportunizando, ainda que variados, apontamentos relevantes sobre a formação e desenvolvimento de aglomerações industriais, ligadas diretamente ao desenvolvimento empresarial, territorial e das comunidades nos entornos, considerando que essa análise vem a ser dada como primária no delineamento do tema, o que pode vir a dar abertura para novos estudos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as fases iniciais dessa pesquisa, cabe apresentar que o número de artigos encontrado nas buscas era superior a dez mil artigos, se somadas às bases de dados utilizadas. Após aplicação de filtros, contendo palavras especificas nos títulos, nos resumos e nas palavras chaves, o volume de artigos reduziu entre 500 a 200, em sequência definindo-se como requisito de pesquisa os anos de 2007 a 2018, onde o volume de artigos reduziu para cerca de 100 a 50, conforme configuração de palavras.

Para a análise final, somente 17 artigos foram efetivamente utilizados tendo em vista maior relevância, atribuída a partir do método *Ordinatio.* Visto como uma solução para auxiliar o processo de tomada de decisão e escolha dos periódicos, uma vez que leva em consideração critérios confiáveis e aceitos

pela comunidade cientifica, na indicação dos artigos, destacando a relevância e cientificamente estabelecida antes da leitura sistemática. (PAGANI; RESENDE; KOVALESKI, 2015, p. 2131).

Quanto as avalições feitas (para seleção dos artigos) a partir do número de citações e CiteScore, pode-se afirmar que não existe uma relação proporcional com artigos publicados mais recentemente, pois o número de citações em geral é maior em artigos mais antigos, visto que sua divulgação vem sendo realizada em diversos meios e a mais tempo, bem como possibilita bases para artigos mais atuais. Já o CiteScore trata-se de um indicador que mede o impacto das publicações atribuídas as revistas científicas onde os artigos foram publicados.

Já considerando às abordagens levantadas neste estudo, destaca-se as políticas públicas com papel fundamental no desenvolvimento das aglomerações de indústrias, sobretudo das que são formadas por empresas de pequeno porte, devido a necessidade de auxilio em conhecimento e informação sobre os benefícios destas ações coletivas podem representar no presente e futuro. Visto que geralmente são originadas de famílias ou de ex-integrantes de empresas de maior porte (PORTER, 1998; SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2007; GALDÁMEZ; CARPINETTI; GEROLAMO, 2009).

O fato de apesentar um esforço em tentar delimitar categorias de estudos sobre os APL/SPL, não necessariamente torna-os objetos fechados, pois as diversas abordagens, mantem relações, fato visto em grande parte dos estudos verificados. Aliadas a questões de ordens: sociais, políticas, econômicas, culturais, regionais, tecnológicas e organizacionais, tangenciando vieses de pesquisa e demostrando a interligação dos eixos.

Desta forma, procura-se reunir e, ao mesmo tempo, subsidiar contribuições para outros estudos, além de auxiliar na compreensão abordada em cada eixo. Assim sendo, pretendeu-se listar aspectos gerais, teóricos e práticos, relacionados à criação e organização das aglomerações, e dentro do possível relaciona-los com o desenvolvimento das localidades onde as mesmas encontram-se inseridas. Apontando também, que algumas linhas de pesquisas indicam como novos empreendimentos decorrentes do desenvolvimento das aglomerações, sendo estes: consumidores de serviços, fornecedores diretos e indiretos e comércio local, não destinado exclusivamente a atividades produtivas. Porem podem se beneficiar, sobretudo ao atender pessoas e organizações que depender desta forma de cooperação em rede.

REFERENCIAS

AQUINO, A. L.; BRESCIANI, L. P. Arranjos produtivos locais: Uma abordagem conceitual. Organizações em contexto, Ano 1, n. 2, dez, 2005.

AUDRETSCH, D.B.; FELDMAN, M.P. R&D spillovers and the geography of innovation and production. Am. Econ. Rev. 86 (3), 630e640, 1996.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL Disponível: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes.asp> 10 out. 2004

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. Cheltenham, RU: Edward Elgar, 2003.

CERVO, A. L.; BERVAIN, P. A. Metodologia cientifica: para uso dos estudantes universitários. McGraw-Hill do Brasil. São Paulo, 1983.

CRESPO, J.; DESJARDINS, D. R.; VICENTE, J. Why can collective action fail in Local Agri-food Systems? A social network analysis of cheese producers in Aculco, Mexico. Food Policy 46, 165–177, 2014.

EBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. Nova Economia. Belo Horizonte 18 pág 11-32. jan-abr, 2008.

GALDÁMEZ, E. V. C.; CARPINETTI, L. C. R; GEROLAMO, M. C. Proposta de um sistema de avaliação do desempenho para arranjos produtivos locais. Gest. Prod. São Carlos, v. 16, n. 1, p. 133-151, jan-mar, 2009.

HASHINO, T.; OTSUKA, K. Cluster-based industrial development in contemporary developing countries and modern Japanese economic history. Journal of The Japanese and International Economies 30, 19–32, 2013.

HELLSMARK, H.; MOSSBERG, J.; SODERHOLM, P.; FRISHAMMAR, J. Innovation system € strength and weaknesses in progressing sustainable technology: The case of Swedish biorefinery development. J. Clean. Prod. 131, 702-715, 2016.

McCANN B. T. & FOLTA. T. B. Performance differentials within geographic clusters. Journal of Business Venturing 26, 104–123, 2011.

McHUGH, K. et al. Collective decision making, leadership, and collective intelligence: Tests with agent-based simulations and a Field study. The Leadership Quarterly 27, 218–241, 2016.

MENDES, F. Economia e Desenvolvimento do Piauí. Teresina, Piauí: Halley S.A, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MEYER-STAMER, J. Paradoxes and ironies of locational policy in the new global economy. In: SCHMITZ, H. (Comp.). Local enterprises in the global economy: Issues of Governance and Upgrading. Cheltenham, RU: Edward Elgar, 2004.

OLAVE, M. E. L.; NETO, J. A. Redes de Cooperação Produtiva: Uma Estratégia de Competitividade e Sobrevivência para Pequenas e Médias Empresas. Gestão e Produção, São Carlos, SP, vol. 8, n. 3, p. 289 - 303, dez, 2001.

OLIVEIRA, J. A. P de.; FORTES, P. J. de O. C. Global Value Chains and Social Upgrading of Clusters: Lessons from Two Cases of Fair Trade in the Brazilian Northeast. Competition and change, Vol. 18 No. 4, Aug, 365–81, 2014.

OLIVER, J. L. H., LEO, M. CERVELLO. R. The dynamics of cluster entrepreneurship: Knowledge legacy fromparents or agglomeration effects? The case of the Castellon ceramictile district. Research Policy 46, 73–92, 2017.

OLSON, M. The Logic of Collective Action. Cambridge, MA: Harvard U. Press, 1965.

MASCENA, K. M. C.; FIGUEIREDO, F. G.; BOAVENTURA, J. M. G. Clusters e APL's: Análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2000 a 2011. REA, São Paulo, V 53, n 5, set-out, 2013.

MARSHALL, A. Principles of Economics. Macmillan, now Palgrave Macmillan, London, 1920.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L.M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. Scientometrics.105, 2109–2135, 2015.

PLANKO, J. et al. Strategic collective system building to commercialize sustainability innovations. Journal of Cleaner Production 112, 2328-2341, 2016.

PORTER, M. E. Clusters and the New Economics of Competition. Cambridge, MA: Harvard Business School Press, 1998.

POSTHUMA, A. C. Seeking the high road to Jepara: Challenges for economic and social upgrading in Indonesian furniture clusters. Aldershot: Ashgate, pp. 24–45, 2008.

PURKUS, A. et al. Towards a sustainable innovation system for the German wood-based bioeconomy: Implications for policy design. Journal of Cleaner Production 172, 3955-3968, 2018.

REED, M. G. et al. Building a community of practice for sustainability: Strengthening learning and collective action of Canadian biosphere reserves through a national partnership. Journal of Environmental Management 145, 230-239, 2014.

SMITH, E. A. Communication and collective action: language and the evolution of human cooperation. Evolution and Human Behavior 31, 231–245, 2010.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R. FURTADO, J. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas produtivos locais de produção. Gest. & Prod., São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, maio-ago, 2007.

Capítulo 7

10.37423/241009418

LULUZINHA E O CASO DA CASA

ADRIELY CAMPAROTO BRITO — *Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS*

EDENISE APARECIDA DOS ANJOS — *Centro Universitário Internacional – UNINTER*

GABRIELA DE ABREU PASSOS — *Universidade Federal do Paraná – UFPR*

IVANILDO VIANA MOURA — *Centro Universitário Internacional – UNINTER*

LAURO BRITO DE ALMEIDA — *Universidade Federal do Paraná – UFPR*

Resumo: O caso explora uma organização do Terceiro Setor que oferece moradia para estudantes do gênero feminino na cidade de Curitiba e destaca a importância da contabilidade gerencial e dos controles internos para garantir sua continuidade e estabilidade financeira. O estudo aponta que a ausência de um sistema de controle aumenta o risco de erros e dificulta a padronização de relatórios, reforçando a necessidade de um sistema orçamentário para apoiar a tomada de decisão. Além disso, as organizações do Terceiro Setor enfrentam desafios específicos, como metas menos definidas e dificuldades na mensuração de resultados. Assim, o planejamento estratégico é essencial para alinhar objetivos, monitorar o progresso e manter a saúde financeira. A implementação de controles orçamentários e de custos ajuda a estabelecer mensalidades adequadas para cobrir despesas e gerar reservas, assegurando a sustentabilidade da organização no longo prazo.

Palavras chaves: Contabilidade Gerencial; Controles Internos; Planejamento Estratégico; Terceiro Setor; Sustentabilidade Financeira.

1. INTRODUÇÃO

A Casa das Estudantes de Curitiba é uma fundação privada, fundada em 1949, que oferece moradia a estudantes que se deslocam para a capital paranaense a fim de cursar o ensino superior ou realizar cursos pré-vestibulares e de capacitação profissional, como cursos técnicos, de especialização ou pós-graduação. Esse tipo de organização compõe o terceiro setor da economia, cuja constituição e administração são realizadas de maneira privada, ou seja, sem interferência de pessoas ou organismos do Estado. Entretanto, tais entidades não possuem finalidade lucrativa e têm como característica principal uma finalidade social.

Neste caso de ensino, relata-se o diálogo entre as moradoras responsáveis pela administração e pelo controle financeiro da casa e uma profissional contábil que procura moradia. No decorrer da narração, são apresentadas algumas situações que ocorrem no dia a dia da entidade, evidenciando as dificuldades de gerenciamento nessas organizações, com ênfase nas características do terceiro setor, como obtenção e aplicação de recursos, controles administrativos, fluxo de caixa, gerenciamento financeiro, apuração de custos e formação de preços para as mensalidades.

É comum encontrar na literatura brasileira casos de ensino que abordam esses aspectos, entretanto, voltados para a discussão em empresas privadas que visam à geração e distribuição de lucro. Esse caso justifica-se por apresentar um pouco do contexto de gerenciamento de organizações sem finalidade lucrativa, especialmente fundações privadas destinadas a serviços de moradia, oferecendo aos estudantes a oportunidade de conhecer e discutir essas particularidades, além de contribuir para o desenvolvimento do senso crítico quanto ao gerenciamento de organizações do terceiro setor.

1.1 A FUTURA MORADIA DE LULUZINHA

Luluzinha estava muito preocupada com seu futuro. A jovem, de apenas 21 anos, recém-bacharel em ciências contábeis, foi aprovada para o programa de mestrado em uma universidade de Curitiba. No entanto, sempre residiu com seus pais na pequena cidade de Quatro Pontes, no Paraná, e essa mudança repentina estava deixando-a aflita. De origem humilde, sabia que precisava encontrar uma moradia compatível com sua realidade financeira, o mais próxima possível do local onde estudaria e que oferecesse uma segurança razoável.

Após várias pesquisas na internet sobre repúblicas, pensionatos, apartamentos e quitinetes, Luluzinha encontrou a "Casa das Estudantes de Curitiba" e leu os informativos disponíveis no site institucional, ficando muito interessada. Na semana anterior ao início das aulas do mestrado, recebeu as verbas

rescisórias do serviço do qual precisou se desligar e embarcou para Curitiba, com o objetivo de verificar o local para sua moradia e conhecer a universidade onde estudaria. Ao descer do ônibus na rodoviária, pegou um táxi e foi até a casa de estudantes que havia visto na internet. O taxista a deixou em frente ao portão, e Luluzinha chamou até que uma moça a atendeu.

— Olá! — disse Luluzinha, empolgada. — Aqui é a Casa das Estudantes de Curitiba?

— É sim! — respondeu Carla, a moça que atendeu. — O que você precisa?

— Eu vi no site a respeito desta casa e fiquei muito interessada! Vou começar a estudar aqui e preciso de um lugar para morar até a conclusão dos estudos.

— Ah, sim... Pode entrar, vou chamar a Luana, que é a responsável. — respondeu Carla.

Luluzinha entrou na residência cheia de esperanças de que tudo daria certo. Logo, Luana se aproximou, apresentando-se:

— Boa tarde! Sou Luana, a responsável pelo conselho administrativo da casa. Você está procurando um lugar para morar?

— Sim! Passei no seletivo de mestrado aqui, as aulas vão iniciar na próxima semana. Vi na internet sobre esta casa e, como preciso de moradia, vim saber como funciona e se há vagas.

— Bom, por enquanto temos quatro vagas, mas somente como pensionista. Como estamos em fevereiro e o próximo processo seletivo será feito em março, você pode ficar como pensionista, se candidatar ao seletivo e, caso aprovada, tornar-se moradora. — explicou Luana.

Luluzinha, curiosa para entender a diferença, logo perguntou:

— Qual a diferença entre pensionista e moradora?

— Nossa casa possui 20 quartos com capacidade para 40 moradoras, sendo duas por quarto. Além disso, temos dois espaços adicionais de convivência, onde acomodamos até 10 estudantes como pensionistas. As pensionistas têm uma modalidade de acolhimento diferenciada, voltada para estudantes que vêm a Curitiba fazer cursos temporários, como pré-vestibular ou outros com duração de até um ano. Nesse caso, não passam por processo seletivo. Após a conclusão do curso, a pensionista tem 30 dias para deixar a casa. As moradoras, por outro lado, são selecionadas em processo seletivo semestral e podem residir durante todo o período do curso, seja graduação, especialização ou pós-graduação, com duração de 2 a 5 anos, prorrogáveis por mais um, mediante justificativa. — respondeu Luana.

Luluzinha, com seu olhar de contadora e ainda mais curiosa sobre os controles da casa, perguntou:

— E como verificam se as moradoras e pensionistas estão realmente estudando?

— Simples! Todas as estudantes, sejam pensionistas ou moradoras, devem entregar ao conselho administrativo uma declaração ou comprovante de matrícula no início de cada semestre letivo, sob pena de advertência.

— Que prático! — respondeu Luluzinha, admirada com os controles simples, mas aparentemente eficientes. — E como funciona a advertência? Há algum outro critério de penalidade?

— Sim, punições são necessárias. No primeiro ano de estadia, as moradoras passam por um período de experiência de 12 meses, durante o qual podem receber até nove advertências ou três repreensões, sendo cada repreensão equivalente a três advertências. As moradoras efetivas podem receber até 18 advertências ou seis repreensões. Caso atinjam esse limite, têm 30 dias para sair da casa. Os motivos para advertências e repreensões estão definidos no regimento interno, que é lido para as moradoras aprovadas e fica afixado no mural. — explicou Luana.

Luluzinha continuou a perguntar, intrigada sobre a estrutura da casa e sua organização financeira.

Tabela 01: Valores das mensalidades cobradas na casa

Descrição	Valor mensal
Mensalidade da moradia	R$ 194,00
Uso de máquina de lavar roupas	R$ 15,00
Uso de geladeira ou frigobar (próprio) no quarto	R$ 15,00
Uso de centrífuga (limitado a duas vezes por mês)	R$ 8,00
Uso de televisão (própria) no quarto	R$ 4,00
Uso de micro-ondas (próprio) no quarto	R$ 4,00
Uso de notebook ou computador	R$ 2,00
Diária de hospedes (por hóspede)	R$ 8,00

Fonte: Acervo particular da casa.

— Ah, é bom lembrar que esses valores são para cada item de uso; havendo mais de um, multiplica-se pela quantidade para saber o total a pagar. Os valores são iguais tanto para moradoras quanto para pensionistas, e qualquer reajuste é feito somente mediante aprovação em assembleia. O pagamento é realizado no plantão da tesouraria, que abre dois dias por mês: um dia na primeira quinzena e outro na segunda, com as datas comunicadas e afixadas no mural. O pagamento pode ser feito apenas em dinheiro, não aceitamos cheques. Transferências bancárias são permitidas apenas no período de férias, geralmente em janeiro, fevereiro e julho — continuou explicando Luana.

Luluzinha, pensativa, exclamou:

— Realmente, a mensalidade é acessível para estudantes com pouca renda. E as demais atividades da casa, como administração, manutenção e limpeza, como funcionam?

— Todas as atividades da casa, sejam operacionais, administrativas ou financeiras, são de responsabilidade das moradoras e pensionistas. Para morar aqui, cada estudante assume o compromisso de zelar pela manutenção e continuidade da casa, contribuindo com as atividades organizadas por departamentos — explicou Luana.

— Como assim, "segregadas aos departamentos"? Então, são as próprias moradoras que administram e cuidam de tudo? Não tem nenhum gestor externo ou terceiros que façam esses serviços? — questionou Luluzinha, intrigada com a ideia de que todas as moças ajudam e se comprometem com as tarefas.

Luana assentiu e explicou:

— Temos dois conselhos, o administrativo e o fiscal, compostos por um total de nove membros, todos moradoras, que cuidam da administração da casa. Esses membros são indicados e eleitos em assembleia pelas próprias moradoras, com mandato de um ano. As demais moradoras são divididas entre quatro departamentos: manutenção, social, jardinagem e alimentação. Todas as atividades são realizadas visando à conservação da casa e à manutenção de um ambiente agradável para moradia, sem interferência de pessoas externas.

Luana continuou:

— Ah, é importante lembrar que os departamentos são responsáveis pela limpeza, manutenção e organização das áreas comuns, como cozinha, salas, refeitório, banheiros, lavanderia, biblioteca, capela, salas de estudo e ateliê, ao menos uma vez por mês. Já os quartos ficam a cargo das próprias moças que os compartilham, podendo ser limpos conforme a disponibilidade e vontade de cada uma — completou com um sorriso. — A casa mantém a mesma zeladora para limpeza diária das áreas comuns há 30 anos, e o único "apoio" externo é a contratação de serviços contábeis para a prestação de contas ao Ministério Público e demais serviços burocráticos necessários. Nós mesmas não entendemos muito disso. Mas venha, guria, vamos ao espaço onde você ficará hospedada!

Luana conduziu Luluzinha ao recreativo, onde ela ficaria instalada até o dia do concurso para moradora. Em seguida, ao se dirigir ao refeitório, encontraram Jessica, a tesoureira, que não parecia estar de bom humor.

— O que foi que aconteceu, guria? Que cara é essa? — perguntou Luana.

— Essas contas estão me deixando maluca. Não tenho ideia de como fazer os relatórios de prestação de contas para apresentar na assembleia deste fim de semana. Estou a ponto de desistir do cargo de tesoureira — desabafou Jessica.

— Guria, tu não vais acreditar, chegou hoje uma candidata que pode ser a tua salvação. Ela é contadora formada, deve entender dessas coisas.

O rosto de Jessica se iluminou, e ela exclamou:

— Sério! Que legal! Será que ela pode me ajudar? Talvez me dar umas dicas?

— Olha, vamos falar com ela; não custa nada. Quem sabe podemos até convidá-la a participar da reunião da diretoria neste fim de semana.

Em seguida, foram até o quarto onde Luluzinha estava instalada, e Luana apresentou-a:

— Jessica, esta é a Luluzinha, a moça de Quatro Pontes de quem te falei.

— Oi, tudo bem? Seja bem-vinda! — cumprimentou Jessica.

— Oi, tudo bem, e você? Obrigada! — respondeu Luluzinha.

— Então, Luana me disse que você é contadora. Gostaria de saber se poderia me ajudar com a prestação de contas deste mês. Como assumi recentemente o cargo de tesoureira, estou com muita dificuldade. Será que você pode me dar umas dicas? — perguntou Jessica, com expressão aflita.

— Claro que posso! — respondeu Luluzinha, animada. — Será um prazer.

— Puxa, fico muito agradecida! Você tem tempo para conversarmos agora? A reunião está próxima, e ainda não preparei nada para apresentar — questionou Jessica.

— Claro! Você tem os documentos necessários para a prestação de contas? — perguntou Luluzinha.

A pergunta fez surgir um ponto de interrogação na mente de Jessica: “Documentos? Quais documentos? Será que ela está falando dos recibos?”, pensou. Então, convidou Luluzinha a acompanhá-la até a sala da diretoria. Ao entrar na sala, Luluzinha quase teve uma síncope. Nunca havia visto um lugar tão bagunçado, com papéis por todos os lados e nada arquivado. Toda a organização que Luana lhe apresentara parecia desmoronar. Começou a entender a aflição de Jessica e comentou:

— Nossa! Vocês possuem muitos documentos! Jessica, mostra-me quais são os documentos que você usaria para elaborar o relatório de prestação de contas: comprovantes de recebimento de mensalidades, faturas de água, luz, telefone, despesas e cupons fiscais.

Jessica reuniu os documentos, todos desorganizados, e os entregou a Luluzinha.

Luluzinha começou a explicar:

— Essa atividade de prestação de contas é simples. Trata-se apenas de relacionar tudo o que foi recebido versus o que foi gasto, com o resultado e, claro, os comprovantes. Para começar, é necessário organizar os documentos em ordem cronológica e, de preferência, por tipo, separando recebimentos e despesas. Assim, fica mais fácil na hora de relatar. Vocês utilizam algum programa de gerenciamento de contas? Controle de mensalidades a receber, contas a pagar? Ou têm alguma planilha no Excel? — questionou Luluzinha.

— Programa? Não! — respondeu Jessica, confusa. — Mas temos planilhas no Excel! Usamos para controlar o quanto cada moradora deve pagar e para o caixa. Vou buscar para te mostrar.

Jessica saiu e foi buscar o notebook. Ao retornar, ligou o computador, e Luluzinha observou que apareciam dados pessoais de Jessica na tela inicial. Intrigada, perguntou:

— Você faz o controle no seu próprio computador?

— Sim — disse Jessica, com naturalidade. — Usamos nossos computadores pessoais. Por quê? Algum problema?

— Não, nada — disse Luluzinha, anotando algo em seu caderno. — Deixe-me ver a planilha. Hum, muito bom! Já é um começo. Temos material suficiente para trabalharmos. Primeiro, vamos listar todos os recebimentos. Como você não tem um programa de lançamentos, faremos no Excel mesmo.

Ao observar os documentos, Luluzinha percebeu a falta de padronização e de procedimentos específicos para cada atividade realizada. Perguntou:

— Jessica, existe algum controle de pagamento por moradora?

— Sim, quando a diretoria pede um relatório, verifico na planilha de cada moradora, uma por uma, quem realizou o pagamento do mês e o que está atrasado — respondeu Jessica.

Luluzinha continuou questionando:

— Sabe quantas moradoras tem na casa? E quanto tempo cada uma permanecerá? Jessica olhou pensativa, hesitou e comentou:

— A quantidade de moças varia muito por causa das pensionistas. Somente sabemos a quantidade exata quando o controle é fechado. Quanto ao tempo de permanência, não temos registros específicos. Veja os relatórios anteriores para entender como eram feitos. Este aqui é de março a agosto do ano anterior, e este outro é de setembro do ano anterior a fevereiro do ano corrente. (Aqui, apresenta-se apenas os dados do relatório mais recente).

Tabela 02: Receitas recebidas de setembro do ano anterior a fevereiro do ano corrente

Receitas	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Moradoras e Pensionistas Fixas	4.835,64	4.567,45	4.468,06	4.910,22	4.392,90	3.607,18
Pensionistas Não Fixas	0,00	101,35	126,65	60,00	0,00	0,00
Rendimento Financeiro	108,82	109,57	105,81	116,06	106,43	100,71
Visitas	0,00	0,00	32,00	0,00	0,00	0,00
Aluguel Outdoor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.750,00
TOTAL	**4.944,46**	**4.778,37**	**4.732,52**	**5.086,28**	**4.499,33**	**5.457,89**
MORADORAS	30	30	28	28	26	24

Fonte: Acervo particular da casa.

— Dessas receitas apresentadas nos relatórios, vocês contabilizam somente as recebidas de fato? As moradoras pagam sempre em dia? Como controlam os recebimentos? Caso a moradora atrase, há cobrança de juros ou multa? Existe um controle de contas a receber? — questionou Luluzinha.

Jessica, um pouco confusa com tantas indagações, respondeu:

— Uai! Receita não é aquilo que realmente recebemos? O que não recebemos não é receita, certo? — E continuou explicando como funciona na casa: — Nem todas as moradoras pagam em dia; por isso, controlamos na planilha que te mencionei. Precisamos verificar quem está em débito, mas não há cobrança de juros ou multas. Também não temos um controle específico de contas a receber mensal. Contamos apenas com as planilhas de controle de pagamentos por moradora.

— Então, a moradora pode atrasar o pagamento da mensalidade por mais de um mês sem pagar nenhum acréscimo? Pensando por outro lado, Jessica, se a casa atrasa o pagamento de alguma despesa, precisa pagar encargos, não? Então talvez fosse importante cobrar alguma correção no valor conforme o atraso. Não acha? — ponderou Luluzinha.

— Nunca havíamos pensado nisso. Na verdade, quando comecei a morar aqui, a gestão já funcionava assim, e ninguém das gestões anteriores sugeriu mudanças, então continuamos dessa forma —

justificou-se Jessica, já abrindo o relatório das despesas para mostrar. — Esses são os relatórios de despesas apresentados nas últimas prestações de contas. (Assim como no caso das receitas, apresenta-se aqui apenas os dados do relatório mais recente).

Tabela 03: Relação de despesas da casa de setembro do ano anterior a fevereiro do ano corrente

GASTOS	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Telefone/Internet	130,23	131,34	130,23	132,75	130,23	130,23
Água e Esgoto	920,89	1.040,60	1.120,76	1.006,25	1.017,70	1.464,31
Energia Elétrica	1.285,72	1.323,25	1.312,87	1.233,52	1.108,59	863,06
Assinatura de Jornal	96,50	96,50	96,50	96,50		
Mat. Limpeza e Man.	128,01	71,88	279,40		37,70	
Salário Servente Limp.	901,60	901,60	901,60	901,60	571,02	330,58
Tarifa Bancária	134,75	134,75	134,75	134,75	134,75	161,77
FGTS	78,40	78,40	78,40	117,60	117,60	78,40
Guia Prev. Social	341,04	341,04	341,04	682,08	341,04	341,04
DARF PIS e IR	29,40		116,29		29,40	
Honorários Contador	500,00	502,00	500,00	500,00	1.000,00	502,00
Passagem de ônibus	16,50					14,80
Lixeira	960,00					
Gás de cozinha	235,00	230,00		240,00		240,00
Cadeados Lixeira	40,00					
Taxi	17,90					
Porta Cartão	13,50					
Cartucho Impressora	15,00					15,00
Dep. manutenção	350,00		425,12			
Autenticação Doc.	35,24					
Extintag Placas		90,00				
Envelopes Tesouraria		2,50				
Dep. Alimentação	134,71	22,80	169,06			
13º Salário e Férias			490,00	1.639,86		
Taxa dos Bombeiros			354,40			
Departamento Social			81,58			
TOTAL	**6.364,39**	**4.966,66**	**6.532,00**	**6.684,91**	**4.488,03**	**4.141,19**

Fonte: Acervo particular da casa.

— Aqui nas despesas, o controle é realizado conforme os pagamentos também? Existe algum controle de contas a pagar? — questionou Luluzinha.

— Sim, controlamos as despesas conforme efetuamos o pagamento ou ocorre o débito automático na conta bancária. Contas a pagar? Não fazemos um controle específico porque já sabemos quais são as contas mensais a pagar — respondeu Jessica.

A cada pergunta, Luluzinha anotava algumas coisas em seu caderno, deixando Jessica intrigada.

Após analisar os relatórios de lançamentos das receitas e despesas, Luluzinha olhou para Jessica com os olhos arregalados e disse em tom assustado:
— Nossa, Jessica! Olhando as prestações de contas anteriores, percebi que em muitos meses a casa vem tendo prejuízo. Atualmente, o saldo acumulado é de quase R$12.000,00 (doze mil reais). Essas contas foram pagas usando dinheiro da aplicação financeira, que diminuiu bastante nos últimos meses. Isso não é nada bom. Essas aplicações devem ser algum tipo de reserva para finalidades específicas, não é? Imagino que não deveriam estar sendo usadas dessa forma. E como foi calculado o valor da mensalidade? E o valor para o uso dos equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos adicionais? Para apresentar esses resultados, posso adiantar duas possibilidades: o valor cobrado pela mensalidade não está sendo suficiente para cobrir os gastos mensais, ou a inadimplência das moradoras é muito alta. Como vocês precisam cobrir todas as despesas mensais com a mensalidade e ainda destinar parte da receita para reservas em caso de emergências ou reformas na estrutura física, é necessário calcular o custo de manutenção da casa e, a partir disso, definir o valor das mensalidades.

— Meu Deus do céu, eu não fazia ideia disso. Preciso levar tudo para a reunião da diretoria — respondeu Jessica, espantada.

— Já que vocês vão se reunir, seria interessante colocar em pauta outros itens que considero essenciais para o contexto organizacional da casa e que acredito que irão reduzir as chances de problemas futuros. Enquanto analisávamos os documentos e os relatórios anteriores, fui fazendo algumas anotações sobre coisas que julgo necessárias para a administração da entidade. Você pode apresentá-las às outras integrantes da diretoria — sugeriu Luluzinha, entregando uma folha escrita à mão que ela arrancara do caderno.

"Então é isso que ela estava anotando enquanto eu falava", pensou Jessica, estendendo a mão para pegar o papel. "Que letra bonita", pensou ela enquanto lia as observações feitas por Luluzinha sobre a administração da casa.

Após terminar de ler a folha, Jessica olhou para Luluzinha e disse:
— Você tem compromisso neste domingo à tarde? Acho que, se você explicar e comentar sobre esses itens que elencou na folha para a diretoria, será mais fácil para elas entenderem, já que seu conhecimento é maior que o meu nesse assunto.
— Nossa! — disse Luluzinha, surpresa. — Está me convidando para a reunião da diretoria da casa?
— Sim, estou. Tenho certeza de que os apontamentos de uma profissional no assunto têm maior chance de serem acatados do que os de uma simples tesoureira sem conhecimento específico.

— Nesse caso, irei com muito prazer! — disse Luluzinha, feliz por poder colocar em prática seus conhecimentos de contadora.

No domingo, no horário marcado, a diretoria da casa se reuniu. Foram debatidos alguns assuntos já pautados, e a maioria parecia não ter solução imediata. Quando iniciaram a discussão sobre os relatórios financeiros da casa, Jessica pediu autorização para a entrada de uma convidada especial. Então, chamou Luluzinha e logo a apresentou para as integrantes que ainda não a conheciam. Luluzinha trazia nas mãos algumas planilhas e relatórios, que entregou a todas as integrantes do Conselho Administrativo presentes na reunião. Luana, intrigada com aquilo, perguntou:

— O que são esses papéis?

— Bom — disse Luluzinha, confiante. — Esses papéis apresentam soluções para muitos dos problemas que vocês enfrentam enquanto gestoras dessa casa. Está nas mãos de vocês agora...

2. NOTAS DE ENSINO

2.1 RESUMO DO CASO DE ENSINO

O caso narra a história de uma organização sem fins lucrativos localizada na cidade de Curitiba-PR, que oferece moradia para estudantes do sexo feminino que se mudam para a capital com o objetivo de estudar. A personagem central é uma jovem de 21 anos que encontra na casa das acadêmicas, além de uma possível moradia, a oportunidade de auxiliar na administração da entidade por meio de uma consultoria informal, na qual aponta os ajustes necessários para evitar que a organização enfrente dificuldades, como já ocorreu no passado.

2.3 OBJETIVO DE ENSINO

Proporcionar aos leitores uma compreensão sobre a estrutura de uma organização sem fins lucrativos e incentivar a reflexão sobre as dificuldades enfrentadas na gestão de suas atividades, promovendo, assim, discussões e aprendizado sobre os temas abordados.

2.4 FONTES E MÉTODO DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados utilizados no desenvolvimento deste caso de ensino iniciou-se por meio de observação direta das rotinas e atividades administrativas e de manutenção realizadas na casa. Após compreender o funcionamento da casa de estudantes, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as moradoras integrantes dos conselhos administrativo e fiscal. Também foi necessária a

realização de pesquisa documental, utilizando-se dos dados disponibilizados no site institucional da entidade e dos relatórios de prestação de contas fornecidos pelos conselhos.

2.5 APLICAÇÃO DO CASO DE ENSINO

A narrativa deste caso de ensino aborda as dificuldades e problemas de gestão de uma organização que, embora sem fins lucrativos, precisa administrar a captação e utilização de recursos para garantir sua continuidade. Recomenda-se a aplicação deste caso em disciplinas que tratem desse tema em cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis e Gestão da Informação, podendo também ser utilizado em especializações nessas áreas.

Sugere-se ainda que a exposição do caso para discussão seja desenvolvida em grupos; contudo, não há impedimentos para a realização da atividade individualmente, caso essa seja a preferência do docente. Pode-se iniciar com uma leitura completa do caso para compreensão do contexto, sem a necessidade de identificar os problemas de imediato. Em seguida, orienta-se que os alunos identifiquem os problemas, discutindo-os e propondo possíveis soluções ao final da atividade, considerando as particularidades da organização.

2.6 DISCIPLINAS SUGERIDAS PARA USO DO CASO

Sugere-se a utilização deste caso em disciplinas como: Organizações do Terceiro Setor, Controladoria, Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos e Gestão Financeira.

2.7 QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

O caso contextualiza diversas situações que ocorrem no cotidiano organizacional, frequentemente relacionadas à inexperiência ou ao conhecimento limitado dos administradores sobre práticas e rotinas de gestão, além da pouca implementação de controles gerenciais no dia a dia da entidade. Dessa forma, as dificuldades e problemas apresentados podem ser discutidos em categorias relevantes às disciplinas nas quais o caso é aplicável.

2.7.1 DISCUSSÕES CONCERNENTES A ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR (OTS)

1. No decorrer do caso, foi mencionado que a Casa das Estudantes de Curitiba é uma fundação sem fins lucrativos. Nesse sentido, quais são as personalidades jurídicas que podem constituir organizações do Terceiro Setor?

2. Também foi informado que a casa possuía o título de Utilidade Pública Federal, mas acabou perdendo essa titulação. Nesse contexto, quais titulações essas organizações podem requerer?
3. Quais benefícios e incentivos as OTS podem obter por meio das titulações recebidas?
4. Quais requisitos essas organizações precisam atender para obter e manter as titulações concedidas?

No Brasil, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002), o Terceiro Setor é representado por três figuras jurídicas: fundações, associações e organizações religiosas (Brasil, 2002). Conforme o FASFIL estabelece, as fundações e associações sem fins lucrativos precisam atender simultaneamente a cinco critérios: ser privada (sem participação ou interferência do Estado); sem fins lucrativos; institucionalizada (legalmente constituída); autoadministrada (possuindo controle e gerenciamento próprios); e constituída de forma voluntária (IBGE, 2010).

Sugere-se o uso do Código Civil e da Lei nº 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), e suas alterações, para nortear a discussão sobre as formas jurídicas que essas organizações podem adotar, em conformidade com a legislação nacional. Recomenda-se complementar o debate com o relatório FASFIL disponibilizado pelo IBGE, pois esta referência apresenta as características necessárias para que esse tipo de organização atenda a seus propósitos, bem como o cenário desse setor na economia brasileira (Brasil, 2002; Brasil, 2014).

As OTS também podem adquirir qualificações ou titulações facultativamente para obter benefícios e incentivos, como repasse de recursos públicos, isenções ou imunidade tributária. Algumas titulações disponíveis no Brasil incluem: Utilidade Pública Federal, concedida pelo Ministério da Justiça; Utilidade Pública Estadual ou Municipal, concedida pelo poder legislativo respectivo; e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), também outorgada pelo Ministério da Justiça, entre outras. É importante destacar que, para receber e manter essas qualificações, as instituições interessadas devem atender aos requisitos exigidos pelas regulamentações específicas de cada titulação (Brasil, 2014).

2.7.2 DISCUSSÕES CONCERNENTES A CONTROLES INTERNOS

1. Na narrativa, foi apresentado que a organização não possui um programa (software) para gerenciamento dos dados e elaboração de relatórios, sendo os controles

realizados por meio de planilhas eletrônicas. Essa situação pode possibilitar a ocorrência de erros ou manipulação de dados e informativos? De que forma?

2. Como a ausência de um programa (software) de gerenciamento afeta a padronização e comparabilidade dos relatórios necessários para a tomada de decisões? Há outras formas de se traçar um layout padrão para relatórios sem a adesão de um software?
3. Os controles do movimento financeiro são realizados em planilhas eletrônicas (Excel) nos computadores pessoais das integrantes do Conselho Administrativo. Quais são os riscos da utilização de bens pessoais para geração, proteção e armazenamento de informações da organização?
4. Como a inexistência de manuais de procedimentos e rotinas operacionais pode afetar o desempenho das atividades administrativas das integrantes dos conselhos administrativo e fiscal?
5. As práticas de compra de produtos sem notas fiscais, emissão de recibos sem o CNPJ da entidade, retirada de dinheiro do caixa sem os documentos necessários para requisição, e o arquivamento desorganizado de documentos podem interferir na confiabilidade das informações geradas para a tomada de decisão? De que forma? Como isso poderia ser resolvido?
6. Quais são as possíveis consequências da falta de controles internos na organização?
7. Quais controles internos poderiam ser implementados para essa organização?
8. Dado o contexto organizacional apresentado, comente sobre a importância do conhecimento em contabilidade gerencial e controles internos para as administradoras da organização.
9. Quanto aos controles financeiros, de que forma o conhecimento e controle sobre a quantidade de moradoras e o período previsto de permanência na casa podem influenciar nos relatórios atuais e nas projeções futuras de receitas e despesas?
10. Ocorre inadimplência no pagamento das mensalidades por parte das moradoras. Como podem ser desenvolvidos controles que permitam a identificação das responsáveis e a redução dos atrasos nos pagamentos?

11. Nessa organização, as conselheiras julgam desnecessário o controle de contas a pagar. Em sua opinião, esse controle é importante? Como poderia ser realizado?

A Contabilidade Gerencial, área da contabilidade que abrange os controles gerenciais, é caracterizada como uma área contábil autônoma que enfoca o planejamento, controle e tomada de decisão (Padoveze, 2010). Esses fatores, segundo Figueiredo e Caggiano (2008), são essenciais para o sucesso das organizações. Nesse contexto, destaca-se a importância dos controles internos dentro das organizações, uma vez que as informações fornecidas pela contabilidade gerencial advêm desses controles. Diante disso, o fato de a entidade não possuir controles internos é algo a ser considerado, pois tais controles são fundamentais para as atividades das organizações, devendo ser implementados a fim de proteger os ativos, produzir informações confiáveis e apoiar a condução coordenada dos negócios (Almeida, 2003).

Ressaltando a importância desses controles, Anthony e Govindarajan (2002) definem o Controle Gerencial como uma das várias atividades de planejamento e controle que ocorrem dentro de uma organização, situando-se entre a formulação de estratégias e o controle de tarefas. Incluem todos os sistemas e meios que os gerentes usam para assegurar que o comportamento e as decisões dos subordinados estejam alinhados com os objetivos e estratégias organizacionais (Merchant & Van Der Stede, 2007).

Portanto, percebe-se a importância da informação gerencial contábil, que possui várias funções organizacionais e é comumente usada para identificar alertas sobre aspectos operacionais que diferem das expectativas (Atkinson, Banker, Kaplan & Young, 2000). Em um sentido mais profundo, a contabilidade gerencial busca fornecer informações que se ajustem de maneira válida e eficaz ao modelo decisório do administrador, sendo voltada exclusivamente para a administração da empresa (Iudícibus, 1998).

2.7.3 DISCUSSÕES CONCERNENTES A CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. Considerando o contexto da organização apresentada, como é possível trabalhar com metas de custos?
2. Dado que a organização não possui fins lucrativos e não comercializa produtos e serviços, como podem ser aplicadas as técnicas de formação de preços para estabelecer os valores das mensalidades e garantir um percentual de reserva financeira para emergências e reformas futuras?

3. Considerando o contexto da organização apresentada, como é possível trabalhar com o ponto de equilíbrio?
4. Analisando a tabela de receitas e custos, na sua opinião, ao aumentar o número de moradoras até o limite, a organização terá mais receitas ou mais custos? Considere as informações sobre o número total de quartos, o número de moradoras por quarto e o número de moradoras no período analisado.

A necessidade de controlar os custos é um fator que não pode ser negligenciado pelas organizações, independentemente de sua forma jurídica, uma vez que o tratamento eficiente desses custos resulta em melhores resultados. Martins (2010) pontua que as principais funções da contabilidade de custos são o auxílio ao controle e o suporte à tomada de decisão. Para Maher (2001), a contabilidade de custos tornou-se uma necessidade em toda organização, sendo os custos um fator estratégico na busca pela competitividade, pois uma entidade que consegue reduzi-los pode diminuir os preços cobrados de seus clientes ou utilizar os recursos economizados para outros fins.

Dado o contexto do caso, no qual houve períodos em que os recursos mensais eram insuficientes para o pagamento das contas do período, fica clara a necessidade de medidas gerenciais estratégicas, como controle de custos e formação de preço de venda, para evitar o risco de inadimplência por falta de recursos. O ideal é que custos e despesas sejam alocados em conjunto para se chegar ao custo pleno da entidade, o que pode ser feito com a utilização do sistema RKW, que, segundo Beuren, Sousa e Raupp (2006), é um método de custeio utilizado para fins de controle de custos e análise gerencial. Esse sistema auxilia o gestor no controle e planejamento do total de custos e despesas, facilitando também a minimização dos gastos totais da organização em um determinado período.

Outra estratégia que poderia ser adotada pela organização seria a aplicação do mark-up sobre os custos apurados, estipulando um percentual acima da cobertura dos custos com o objetivo de criar uma folga para a formação de reservas. Essa reserva teria a finalidade de cobrir as despesas nos períodos em que não haja moradoras suficientes para gerar receitas que arquem com os custos totais. A formação de preços a partir do custo visa determinar o preço-alvo de contribuição, que é obtido ao considerar a composição do preço baseada nas estruturas de custos, despesas e investimentos realizados (Padoveze, 2006). Um método de formação de preços baseado nos custos plenos é o RKW, que realiza a alocação conjunta de custos e despesas. Dessa forma, os preços são calculados mediante o acréscimo do lucro desejado (Bruni & Famá, 2004). Esse método surgiu no início do século XX para definir preços fundamentados no uso dos custos (Martins, 2010) e é utilizado pelas empresas para

determinar o custo total de um produto e aplicar o mark-up, o percentual de lucro que a organização espera obter.

2.7.4 DISCUSSÕES REFERENTES A CONTROLADORIA

1. Quais são as situações que podem dificultar o controle nesse tipo de organização?
2. Como a controladoria pode auxiliar na gestão dessas organizações?
3. Considerando que a organização do caso é uma casa utilizada para moradia de estudantes, com 67 anos de existência, as estruturas físicas necessitam de constantes manutenções e, em alguns momentos, serão necessárias reformas mais completas, como troca de telhado, forro, piso, louças das cozinhas e banheiros, pinturas nas paredes, etc. Nesse sentido, como essa organização pode estruturar um planejamento estratégico que assegure a continuidade da casa para atender estudantes por um longo período futuro?
4. Como estruturar um sistema orçamentário para que essa organização utilize na tomada de decisão diária?

As Organizações do Terceiro Setor (OTS) têm como objetivo final a geração de benefício social, sendo essa sua principal finalidade. Por isso, é essencial que os esforços organizacionais estejam voltados para esse objetivo e que o gerenciamento proporcione sucesso, representado pela “combinação de resultados sociais e financeiros”. Embora não possuam fins lucrativos, essas organizações devem evitar prejuízos para possibilitar sua continuidade com resultados positivos (Arena, Azzone & Bengo, 2015). Algumas particularidades dessas organizações dificultam a gestão eficiente, tais como: metas e objetivos organizacionais menos claros do que em organizações com fins lucrativos; a preocupação dos profissionais com o status; dificuldade na mensuração de custos e resultados; menor pressão competitiva; uso do orçamento para negociações internas; e motivação e incentivos diferentes dos presentes em outras organizações (Horngren, Sundem & Stratton, 2004).

O planejamento estratégico é uma “abordagem deliberativa e disciplinada para produzir decisões e ações que definem e orientam o que uma organização é, o que faz e por que faz isso” (Bryson, 2015). É importante formalizar o planejamento estratégico da entidade, definindo expectativas e comunicando-as aos seus membros, pois os objetivos estabelecidos devem ser monitorados continuamente para verificar o desenvolvimento da capacidade de execução e o alcance do que foi previamente definido (Broadbent & Laughlin, 2009; Barney & Hesterly, 2011).

REFERÊNCIAS

Almeida, M. C. (2003). Auditoria: um curso moderno e completo. (6 ed). São Paulo: Atlas. Anthony, R. N. & Govindarajan, V. (2002) Sistema de controle gerencial. Tradução de Adalberto Ferreira das Neves. São Paulo: Atlas.

Arena, M., Azzone, G. & Bengo, I. (2015). Performance measurement for social enterprises. International Society for Third-Secto Research, 26, 649-672.

Atkinson, A. A., Banker, R. D., Kaplan, R. S. & Young, S. (2000). Mark. Contabilidade gerencial. São Paulo, Atlas.

Barney, J. B. & Hesterly, W. (2011). Administração estratégica e vantagem competitiva. (3.ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Beuren, I. M., Sousa, M. A. B. D., & Raupp, F. M. (2003). Um estudo sobre a utilização de sistemas de custeio em empresas brasileiras. Anais do Congresso Internacional de Custos- Cic, Punta del Este, Uruguay.

Broadbent, J., & Laughlin, R. (2009). Performance management systems: A conceptual model. Management Accounting Research, 20(4), 283-295.

Bruni, A. L.; Famá, R. (2004). Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel.(3 ed). São Paulo: Atlas.

Bryson, J. M. (2015). Strategic Planning for public and nonprofit organizations. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciencies. (2nd ed.), 23, p. 515-521, Elsevier.

Figueredo, S. & Caggiano, P. C. (2008). Controladoria: teoria e prática. (4. Ed). São Paulo: Atlas.

Horngren, C. T.; Sundem, G. L.; & Stratton, W. O. (2004). Contabilidade gerencial. (12. Ed). São Paulo: Prentice Hall.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil. (2010). Rio de Janeiro. Recuperado em 05 de julho de 2016, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm

Iudícibus, S. (1998). Contabilidade Gerencial. (6 ed.). São Paulo: Atlas.

Lar das Acadêmicas de Curitiba. Recuperado em 15 de junho, de https://lardaacademicadecuritiba.wordpress.com/.

Lar das Acadêmicas de Curitiba. (2016). Prestação de Contas: março de 2015 a fevereiro de 2016.

Lei º 10.406 de 10 de janeiro de 2002. (2002). Institui o Código Civil. Brasília, DF. Recuperado em 20 de junho de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm.

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. (2014). Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a

consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, DF. Recuperado em 7 de julho de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm

Maher, M. (2001). Contabilidade de custos: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas.

Martins, E. (2010). Contabilidade de custos. (10 ed.). São Paulo: Atlas.

Merchant, K. A. & Van Der Stede, W.A. (2007). Management control systems: performance measurement, evaluation and incentives. London: Pearson.

Padoveze, C. L. (2006). Curso Básico Gerencial de Custos. (2 ed.). São Paulo: Atlas.

Padoveze, C. L. (2010). Contabilidade gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil. (7 ed.). São Paulo: Atlas.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XVI



conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre